



3 1761 07320057 8



PURCHASED FOR THE

University of Toronto Library

BY

Brascan
LIMITED

FOR THE SUPPORT OF

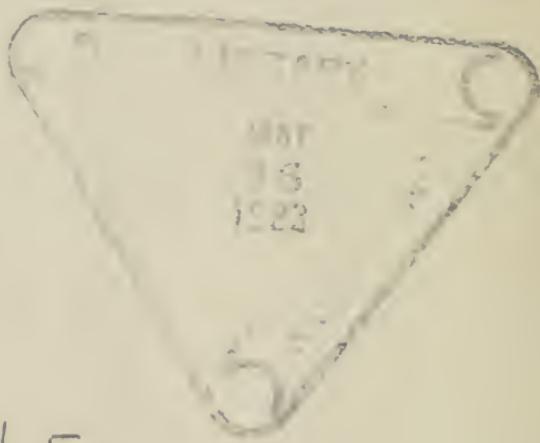
Brazilian Studies



Digitized by the Internet Archive
in 2010 with funding from
University of Toronto

A ACADEMIA DE S. PAULO

TRADIÇÕES E
REMINISCENCIAS



LE
31
S422
N65
Sér. 9

ALMEIDA NOGUEIRA

11 A ACADEMIA DE S. PAULO 11

TRADIÇÕES

SER 9

E

REMINISCENCIAS

ESTUDANTES

ESTUDANTÕES

ESTUDANTADAS

NONA SÉRIE

Por isso,
e uma a'

S. PAULO — 1912

PREFACIO

PARA esta *Nona Série* das nossas *Tradições e Reminiscencias* da Academia de S. Paulo depara-se-nos opportuno prefacio a reprodução, *data venia*, de amavel missiva que nos endereçou distinctissimo collega, ao mesmo tempo em que nos mimoseava com profusos aportamentos para o presente livro.

Tirante o excesso de elogios que nos prodigaliza a generosidade do eventual correspondente, os seus primorosos conceitos quadram perfeitamente neste logar.

São, com efeito, judiciosa apreciação, formulada com elegancia e colhida com agudeza de espirito e fina observação, sobre a utilidade destas chronicas, que rememoram a quadra juvenil dos nossos homens publicos.

No despreoccupado periodo da mocidade, mais espontaneo e sincero se manifesta o carácter pessoal, e a alma não tem refolhos nem usa mascara.

Por isso, não raro, um ingenuo episodio, um incidente, uma anecdota deixa perceber, embryonaria embora, uma tendencia psychologica que mais tarde avultará. O traço se accentúa, faz-se sulco; a propensão congénita desenvolve-se em força ou debilidade.

E, assim, as arcadas da Academia são ao mesmo tempo chrysalida de frageis borboletas ou ninho de aguias de onde os alariões ensaiam o vôo para as culminancias da sociedade.

Dão-se, não obstante, por vezes, estranhos pheno-menos que a historia natural não explica: das chrysalidas evoluem águias, e os alariões não alçam o vôo... Isto mesmo, porém, offerece margem para cogitações.

Cale-se, entretanto, a nossa van rhetorica, e ceda a palavra ao bondoso critico:

«Rio, Abril de 1909.

Illustre Patrício e Amigo Dr. José Luiz

Enviando estas ligeiras informações acerca da geração academica que encetou o seu curso jurídico em S. Paulo, no anno de 1874, terminando-o em 1878, não o faço sem felicitar-vos pelo brilhante pensamento que preside os vossos patrióticos intuitos, quando trazeis para os coetaneos magníficos elementos de observação e de critica sobre os estudantes que teem passado pela bella capital paulistana, desde a fundação da Academia de Direito.

O meu obscuro applauso ao vosso operoso trabalho sahe das raias da sinceridade desinteressada para cahir na admiração pelo vosso ingente objectivo, em face do muito que elle pôde produzir no seio da emulação por entre todas as camadas escolares da Republica.

O vosso soberbo livro *Tradições e Reminiscencias da Academia de S. Paulo* representa hoje um estímulo soridente nos meios intellectuaes de todas as aglomerações academicas disseminadas pelo paiz.

É um archivo precioso de estudo, de observação e de psychologia!

Para uns — elle se converterá em evangelho em que se destaquem fúlgidos exemplos do quanto pôde o esforço nos estadios da tarefa escolar, quando eleva ás

alturas do poder ou ao brilho das posições todos aquelles que, nos passos iniciaes da vida, já teem as frontes vincadas pelas vigilias do estudo, captivos dos sagrados ideaes que os acalentaram na juventude.

Para outros — surgirão os moldes do que valem a tenacidade e o carácter, agindo desde as primeiras etapas da existencia e robustecendo todas as esperanças do futuro.

Para todos, finalmente, o vosso livro se transformará num ensinamento valioso e numa prédica felicissima!

Eu desejára possuir arabescos de estylo para dar-vos noticia dos meus amados companheiros, quando perpassando pelas arcadas do velho mosteiro de S. Francisco, ainda nos tempos tradicionaes em que a Paulicéa dormia, no seio das suas névoas brancas, o somno pacato dos seus minguados vinte mil habitantes.

Acompanhando a vossa feição sympathica e correntia de escrever, eu quizera terçar a graça com que remoraes as mil e uma aventuras, as estroinices originalissimas da bohemia academica de S. Paulo.

O atticismo picante e inoffensivo com que commentaes as anecdotas e os costumes academicos da antiga cidade paulista, são contornos felizes, inteiramente inéditos, sobre aquellas figuras de poetas, literatos, juristas, tribunos, oradores de clubs, que por alli doidejaram, deixando atraz de si o brilho inconfundivel da sua intellectualidade primorosa.

A Academia foi sempre um fóco de luz intensa, e é em todos os tempos esse ninho de penhasco em que, no remanso da frouxa pennugem, as aguias ensaiam, nas suas tenras envergaduras, os primeiros vôos para as cumiadas alcantiladas do futuro!

Quanta psychologia magnifica e que grandiloquo arsenal de informações de valor!

Por outro lado, quantas desillusões na vida prática,

que sem numero de julgamentos desconfirmados — cá fóra, no grande scenario do viver positivo em que os sonhos se diluem aos primeiros alvores da realidade e a lucta feroz atira á arena os sonhadores da vespera!

Ora é o poeta de hontem, engolphado nas suas doces visões de arte e de esthetic, a deixar a sua lyra, cheia de esfluvios, pela charrua agreste dos campos, ora é o agitador das associações, pallido de emoção e de estimulo por entre as polemicas da palavra e da imprensa, a vir, para o amplo ambiente da actividade moderna, envolver o espirito na cogitação das industrias, pondo em destaque o grande apêgo ás equações materiaes do interesse.

Mais adeante, é a figura tribunicia, irrompendo aos choques da palavra ardente, nos circulos intellectuaes ou na praça publica, que, cá no mundo, despiu a roupagem caracteristica dos discursadores irreductiveis e impavidamente se atirou á dansa macabra das cifras, no anceio febril de enthesoirar fortuna.

Acolá, está um que foi sempre avesso ao direito, á propria carreira espontaneamente escolhida, perambulou por S. Paulo, indiferente á jurisprudencia, inerte deante do valor scientisico das lições dos mestres, e que, no entretanto, veiu apôs, desde os primeiros postos da judicatura ou da advocacia, revelar com surpreza os mais notaveis dotes de jurisconsulto e invencivel causidico.

É por tudo isso que o vosso livro avulta de merito e de incontestavel significação social e moral.

Sem aquelles elementos de *humour* que tão largamente distribuis nas vossas pittorescas descripções, nos perfis interessantes e nas *silhouettes* originalissimas com que condimentaes o vosso esplendido trabalho, eu tentarei, sem embargo, o grande esforço de enviar-vos umas resumidas notas sobre os meus inesqueciveis companheiros, hoje espalhados sobre o vasto territorio da Republica, saudosos, sem duvida, daquelles tempos dulcissimos,

em que tudo era uma visão meiga do risonho porvir que haviam sonhado.

Cordiaes saudações do vosso

Amigo, collega e admirador

J. B. DE SAMPAIO FERRAZ.»

Extremamente penhorados pelas carinhosas referencias do illustre collega ao nosso despretencioso trabalho e ainda mais pela bondade que teve de nos comunicar copiosas informações sobre a sua turma academica, voltamos á fala para registrar aqui a sincera expressão dêsse duplo reconhecimento.

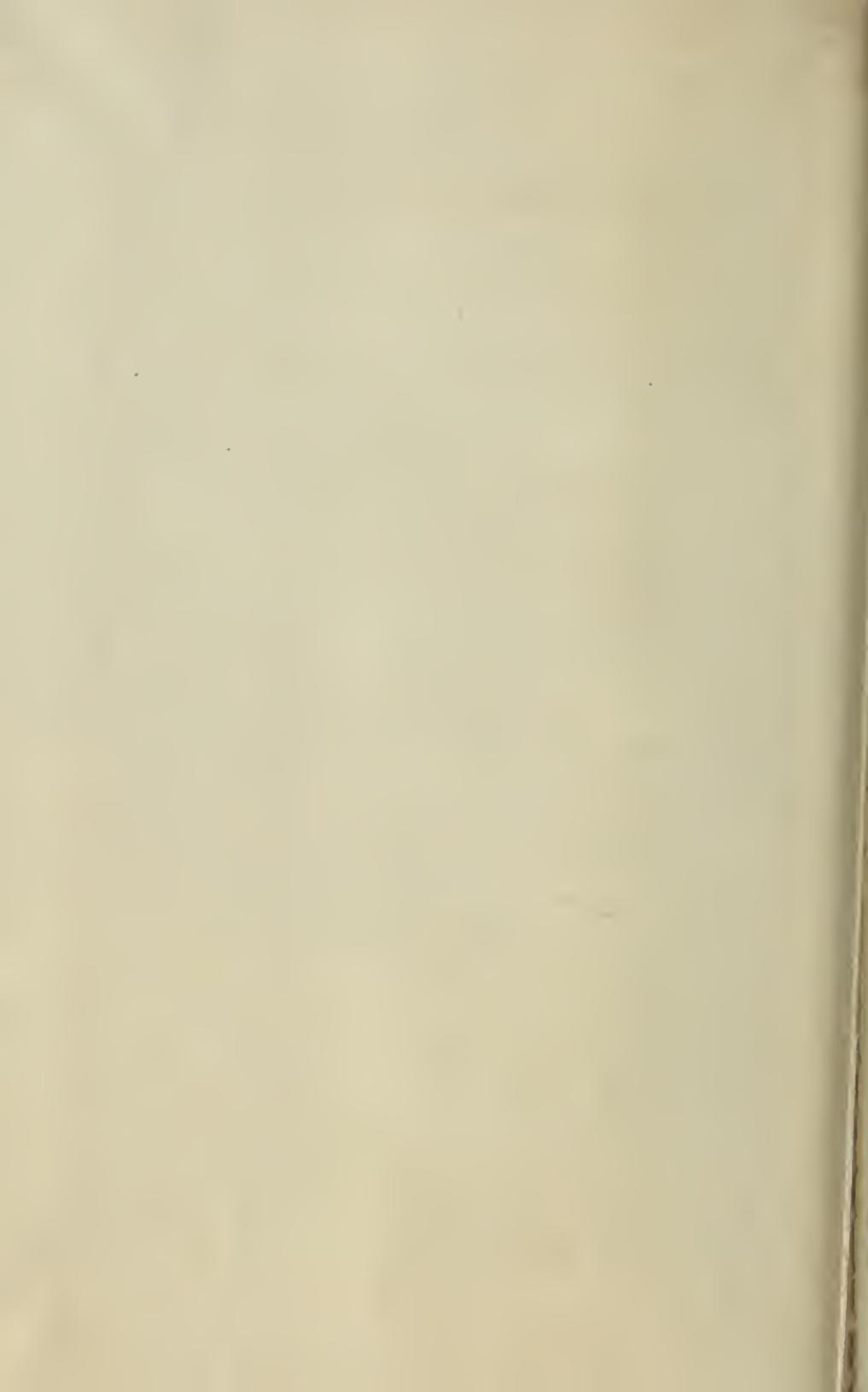
E ainda para outro fim.

Para impetrar de quantos folhearem este modesto livro a mesma indulgência liberalizada pelo publico ás oito séries já editadas.

Assim, num só termo, fiquem lavrados como fecho dêste prefacio — o registro do agradecimento e a inscrição do pedido.

S. Paulo, Julho de 1912.

J. L. DE ALMEIDA NOGUEIRA.



CAPITULO I

A turma academica de 1835-39

PARTE PRIMEIRA

Directoria e corpo docente — Balanco estatistico — O «grupo olimdense» — Perseguição aos refugiados — Alguns retardatarios — Muitos «naufragos» — Os bachareis de 1839 — Pinheiro Machado — Revolucionario em 1842 — Na magistratura — O «boi de botas» — Pleito memoravel — Emulo de Gaspar Martins — Durante a guerra do Paraguay — Notas complementares — Antonio Joaquim Ribas — Discípulo de Julio Frank — Quem era Julio Frank? — Ribas na quadra academica — No magisterio secundario e superior — Estreia de mestre — A melhor definição de «duvida» — Um beliscão apaziguador — Grande jurisconsulto — No jornalismo e na politica — Literato e dramaturgo — Dados biographicos — Claudino Guimarães — Constantino de Faria.



FORAM directores da Academia, durante o quinquennio de 1835 a 1839, os drs. Costa Carvalho (depois Marquez de Monte Alegre) até 24 de junho de 1836 e o senador Vergueiro de 8 de março de 1837 em deante, sendo preenchida a interinidade intermediaria pelo dr. Brotero, como o decâno da Congregação.

No mesmo periodo, regeram as cadeiras do curso, para a turma academica matriculada em 1835, os seguintes lentes:

Primeiro anno (1835) — Direito Natural, Público e das Gentes, Manuel Joaquim;

Segundo anno (1836) — A mesma cadeira, em continuaçāo, e o mesmo lente;

Direito Ecclesiastico — Padre Anacleto Coutinho.

Terceiro anno (1837) — Direito Civil, padre Vicente Pires da Motta;

Direito Criminal, Bernardino Ribeiro, o «Mestrinho»;

Quarto anno (1838) — Direito Civil, padre Vicente, em continuaçāo;

Direito Criminal, Clemente Falcāo.

Quinto anno (1839) — Economia Politica, Carneiro de Campos;

Processo Civil e Criminal, padre Antonio Maria de Moura.

Em março e abril de 1835, matricularam-se no primeiro anno do curso juridico de S. Paulo 43 estudantes.

Este numero logo no fim do anno lectivo ficou reduzido a 38, por terem perdido o anno cinco dos matriculados. Mais tarde, atrazaram-se, em caminho nessa jornada de um lustro, que se faz necessaria para a conquista do pergaminho de bacharel formado, mais 24 dos matriculados em 1835.

Assim, dos 43 que primitivamente constituiam essa turma academica, sómente 14 chegaram dentro do periodo normal ao termo da jornada, isto é — bacharelaram-se em 1839.

A não ser Cláudio Teixeira Guimarães, que, matriculado em 1834, repetiu o primeiro anno em 1835, nenhum outro alumno de anno superior veiu avolumar a turma dos matriculados em 1835.

De Olinda, porém, em demanda de juizes menos inclementes, emigrou para S. Paulo um grupo de estudantes que haviam despertado na academia pernambucana a cólera, justa ou injusta, da respectiva Congregação. Dêsse «grupo olindense» (assim se designavam os refugiados) agregaram-se em 1838 á turma que ora nos ocupa, já então no seu quinto anno, tres estudantes notaveis, dos quaes adeante nos ocuparemos: Furtado, Carvalho Moreira e Augusto Chaves.

Porque emigraram de Olinda? Que haviam feito para provocar as perseguições de que fugiam?

Ardua se faz a tarefa, após tantos annos decorridos, de reconstruir os acontecimentos, de modo a colherem-se a sua verdadeira causa e as consequencias que delles resultaram.

Dos documentos que nos foi dado folhear, pudemos colligir que certo grupo de estudantes

havia fundado em Olinda uma folha politica escripta em estylo violento e aggressivo.

Naquelle tempo, a imprensa partidaria raro discutia questões de principios e criticava a accão dos poderes publicos sob ponto de vista elevado: aferrava-se, de preferencia, ás personalidades, e aggredia-as com acrimónia, quando adversarias ou incursas no seu desagrado!... Como vão distantes esses tempos, e quanto mudadas as ho-diernas tendencias da imprensa patria! — dir-nos á sentencioso o ironico leitor.

O que é certo é que a attitude politica do *Argus Olindense* provocou serios desagrados, cujo éco repercutiu no seio da Congregação da Academia.

Eis o que sobre este ponto nos refere illustre chronista maranhense ⁽¹⁾:

«Redigiam por esse tempo (1838) o *Argus Olindense*, órgam de doutrinas liberaes, os estudantes Fabio Alexandrino de Carvalho Reis, Antonio Borges Leal Castello Branco, Carvalho Moreira (hoje Barão de Penedo) e Francisco José Furtado, e, de collaboração com elles, João Pedro Dias Vieira. Julgaram-se offendidos com isso os lentes de credo contrario; e como se envergonhassem de reprovar os que estavam a terminar o curso, desfecharam a mão tente seus botes contra o terceirannista. Em vista de tão cen-

⁽¹⁾ DR. ANTONIO H. LEAL — *Pantheon Maranhense*, tom. II, pag. 95.

suravel desforço, não quizeram Furtado e Carvalho Moreira expôr-se á mesma sorte e foram para S. Paulo, e com elles João Pedro Dias Vieira.»

Noutro logar da mesma obra (¹), accrescenta o auctor:

«Este funesto acontecimento (o assassinato do seu padrasto) não contribuiu pouco para que Furtado tomasse tão cedo parte nas discussões politicas e redigisse, no seu quarto anno, de colaboração com seus collegas Fabio Alexandrino de Carvalho Reis, João Pedro Dias Vieira, Borges, Vilhena e Carvalho Moreira, o *Argus Olindense*, de onde lhe resultaram malquerenças e rançor de alguns lentes. Para evitar que o desfeitessem no acto, como acontecera ao João Pedro, tomou o accordo de retirar-se para S. Paulo...»

Certo, não se perde por indiscreção o distinto biographo. Louvor ou vituperio para os seus conspicuos biographos, algo houve, está-se vendo, além dos peccados de imprensa, que determinou a emigração dêsses moços para as plagas paulistas. Vamos, por isso, preencher essa lacuna da interessante narração.

A severidade ou quiçá a injustiça do julgamento de João Pedro Dias Vieira irritou a mocidade academica de Olinda e deu origem a disturbios na Academia e a vaias e assuadas contra

(¹) DR. ANTONIO H. LEAL — obr. cit., tom. II, pag. 275.

alguns lentes e o vice-director, padre Miguel do Sacramento Lopes Gama.

Foi, em consequencia, instaurado processo academico contra os mais compromettidos nessas occorrencias, e do processo resultou a condemnação dos bachareis Antonio Borges Leal Castello Branco e Fabio Alexandrino de Carvalho Reis a terem suspensa a entrega das suas cartas, e dos estudantes Manuel Pereira da Silva e Felippe Alves de Carvalho á suspensão de estudos durante dois annos.

Essa narração vem confirmada no seguinte aviso, constante da Secretaria da nossa Faculdade:

«Communicando o director interino do Curso Juridico da cidade de Olinda, em seu officio de 15 do mez passado, que os estudantes Manuel Pereira da Silva e Felippe Alves de Carvalho foram sentenciados pela Congregação dos lentes a não poderem continuar por dois annos os seus estudos nas academias juridicas, em consequencia da parte que tiveram nos disturbios ocorridos nos dias 29 e 31 de outubro ultimo, manda o Regente, em nome do Imperador, assim participál-o a v. s., para o effeito da dicta sentença não ser illudida no Curso Juridico dessa cidade, remettendo-lhe por prevenção a relação inclusa por copia, em que se acham não só incluidos os dois mencionados estudantes, como tambem os

outros, que, posto não haja sentença contra elles, foram todavia dos que tomaram igualmente parte naquellas desordens. Deus Guarde a v. s. Palacio do Rio de Janeiro, em 8 de abril de 1839. *Bernardo Pereira de Vasconcellos. Sr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro.*»

«Relaçāo dos estudantes da Academia Juridica que mais tomaram parte nos disturbios dos dias 29 e 31 de outubro de 1838:

Bacharel formado Antonio Borges Leal Castello Branco;

Bacharel formado Fabio Alexandrino de Carvalho Reis.

Estudantes :

Manuel Pereira da Silva, do terceiro anno ;
Felippe Alves de Carvalho, do terceiro anno ;
Candido Rodrigues Ferreira, do terceiro anno ;
Francisco José Furtado, do quarto anno ;
Francisco Ignacio de Carvalho Moreira, do quarto anno.

Secretaria da Academia Juridica de Olinda, 14 de março de 1839. No impedimento do secretario : *José Miguel de Souza Magalhāes Junior.*»

De data posterior, e ainda em confirmação da nossa narração, ha outro aviso, o qual, bem como o precedente, revela a effectiva existencia de perseguição contra os redactores do *Argus Olindense*.

Felizmente, taes cartas de recomendação não

prejudicaram os distintos moços na Academia de S. Paulo, onde era muito outro o ambiente moral e dominavam então as ideias liberaes.

Eis o aviso a que ora nos referimos:

«Constando oficialmente ao governo que os estudantes Francisco José Furtado e Francisco Ignacio de Carvalho Moreira obtiveram guias de passagem do Curso Juridico da cidade de Olinda para o dessa cidade — Manda o Regente, em nome do Imperador, prevenir a v. s. que estes estudantes foram dos que perturbaram a tranquillidade e a ordem naquelle academia, por occasião dos actos que alli tiveram logar no dia 29 de outubro do anno passado. Deus guarde a v. s. — Palacio do Rio de Janeiro, em 23 de março de 1839. — *Bernardo Pereira de Vasconcellos. Sr. director do Curso Juridico da cidade de S. Paulo.*»

Dos quarenta e tres matriculados no primeiro anno, em 1835, alguns, ou por mal succedidos nas provas academicas ou por outras razões, atraoram-se um anno.

São elles: João Bonifacio Gomes de Siqueira, Luiz Antonio de Assumpção, Joaquim Caetano da Silva Guimarães e José do Amaral Gurgel, que se bacharelaram em 1840 e dos quaes na respectiva chronica nos occupamos.

Para outros, em numero de vinte e cinco, mais adversa ainda se mostrou a sorte, pois, se-

gundo parece, tiveram de abandonar os estudos. Dizemos — «segundo parece», porque não temos elementos para contestar que algum delles tenha vindo a formar-se no Curso Jurídico de Olinda.

Eis a respectiva relação:

LUIZ DA MOTTA LEITE DE ARAUJO. — Fluminense, nascido em 1818.

Temos delle noticia até ao seu quarto anno, pois consta dos assentos da Secretaria da Faculdade que elle foi approvado *simpliciter* no segundo e *plenamente* no terceiro anno.

ALEXANDRE JOSÉ DE SEIXAS. — Rio-grandense, nascido em 1812, filho de Bento Rodrigues de Seixas. Repetiu o primeiro anno, e no segundo foi approvado *simpliciter*, em 1836.

ANTONIO COELHO DA SILVA. — Rio-grandense, nascido em S. João da Cachoeira, a 11 de fevereiro de 1812.

JOSÉ ANTONIO DE OLIVEIRA E SILVA. — Fluminense, nascido a 17 de outubro de 1817; filho de Antonio José de Oliveira e Silva.

Repetiu o primeiro anno em 1835; approvado *simpliciter* no segundo, em 1836; reprovado no terceiro em 1837, ou, antes, em março de 1838.

JOÃO GOMES GUERRA. — Fluminense, filho de Albino Gomes Guerra.

LUIZ JOSÉ DE BRITTO. — Paulistano, nascido em 1816; filho de João Vicente de Britto.

Era repetente do primeiro anno. Não prossegui nos estudos.

IGNACIO ANTONIO DE SOUZA. — Fluminense, nascido em Iguassú, em 1815; filho de Ignacio Antonio do Amaral.

BRAZ FERNANDES CARNEIRO VIANNA. — Fluminense, carioca, nascido em 1815; filho de Paulo Fernandes Vianna.

JOSÉ COELHO DE ALMEIDA. — Fluminense, nascido na freguezia do Sacramento, em 1815; filho de Antonio Coelho de Almeida.

Approvado plenamente no segundo anno, em 1836.

JOSÉ PEREIRA DAS NEVES. — Fluminense, nascido na freguezia da Candelaria, em 1813; filho de José Pereira das Neves.

Approvado *simpliciter* no segundo anno, em 1836.

JOAQUIM MANUEL GASPAR DE ALMEIDA. — Fluminense, nascido na freguezia da Candelaria, em 1814; filho do dr. Joaquim Gaspar de Almeida. Approvado *plenamente* no segundo anno, em 1836.

CANDIDO RODRIGUES FERREIRA. — Fluminense, nascido em 1817; filho de Joaquim Rodrigues Ferreira.

JOSÉ BERNARDINO DE SENNA. — Paulistano, nascido em 1812.

FRANCISCO LUIZ DA MOTTA. — Fluminense, nascido em 1817; filho do capitão Francisco Luiz da Motta.

ANTONIO COUTO BRAM. — Bahiano, nascido em S. Salvador; filho de Bernardo do Couto Bram.

BOAVENTURA DIAS DA MOTTA. — Fluminense, nascido em 1813; filho de Boaventura Dias da Motta.

JOSÉ LEITE DE ABREU. — Paulista, nascido na «villa» de Lorena, em 1818; filho do capitão José Ventura de Abreu. Approvado *simplesmente* no segundo anno, em 1836.

Residiu em Silveiras, onde, por longos annos, foi chefe politico, liberal, e gosou de grande prestigio politico e da estima geral.

ANTONIO JOSÉ DA MOTTA CARVALHO. — Mineiro, nascido em Barbacena, em 1813; filho de Antonio José de Carvalho.

ANTONIO MAURICIO DA COSTA GUIMARÃES. — Paulista, nascido em Coritiba, em 1813; filho do capitão Mathias Gonçalves Guimarães.

CLARINDO JOSÉ CARVALHO DA FONTOURA. — Rio-grandense, nascido na villa do Rio Pardo, em 1813.

FRANCISCO TEIXEIRA DA CUNHA. — Paulista, nascido na villa do Príncipe (hoje Lapa, no Estado do Paraná); filho de Manuel Antonio da Cunha.

GUSTAVO ANTONIO DA COSTA FERREIRA. — Maranhense, nascido em 1812; filho do dr. Antonio Pedro da Costa Ferreira.

JOSÉ ALVARES FERNANDES. — Paulistano, nascido em 1817; filho de José Alvares Fernandes.

MANUEL FERNANDES COUTINHO. — Fluminense, nascido em 1816; filho de Vicente Ferreira Coutinho.

Approvado *plenamente* no segundo anno, em 1836.

MANUEL DE MACEDO CAMPOS PESSOA. — Fluminense, nascido em 1815; filho de Sebastião de Macedo.

Approvado *simplesmente* no segundo anno, em 1836.

Passemos agora, e já era tempo, á resenha de cada um dos dezesete bachareis formados de 1839.

ANTONIO GOMES PINHEIRO MACHADO. — Paulista, nascido em Sorocaba, a 23 de janeiro de 1820; (¹) filho de José Gomes Pinheiro.

Era o mais joven da turma.

Na Academia, fez curso regular, e foi aprovado *plenamente* em todos os actos, do primeiro ao quinto anno.

Depois de formado, exerceu por algum tempo a advocacia em Itapetininga.

De temperamento assomado e animo varonil, envolveu-se logo no movimento politico da época. Militava com ardor nas fileiras do partido liberal, cujos principaes chefes na Provincia de S. Paulo eram naquelle tempo o coronel Tobias, Feijó, Gabriel e outros prestimosos cidadãos.

Quando irrompeu na Provincia de S. Paulo a rebellião de 1842, o dr. Pinheiro Machado transportou-se a Sorocaba, séde do ephémero governo de Raphael Tobias e ahi tomou parte activa no movimento revolucionario.

(¹) Informações de sua familia nol-o dão nascido em 1819. A data que fica no texto é extraída do termo de matricula na Faculdade. Como este era basado no baptisterio, quem sabe se teria havido confusão entre a data do nascimento e a do baptismo?

Subjugada a rebellião, seguiu a sorte dos seus chefes e refugiou-se com elles nos confins da Província do Paraná.

De regresso a S. Paulo, quando serenou a tempestade política, fixou-se de novo em Itapetininga e ahi contraiu enlace matrimonial com D. Maria Manuella Ayres, filha do tenente-coronel Salvador de Oliveira Ayres, chefe político local e parente de Raphael Tobias.

Foi então nomeado juiz municipal do termo. Nesse cargo, porém, por pouco tempo se conservou, pois, a pedido seu, foi removido para o de Cruz Alta, no Rio Grande do Sul.

Para lá se transportou, fazendo o trajecto por terra, com sua família. Isto em 1846.

Não lhe aprazia a carreira da judicatura.

Demitiu-se do juizado municipal e poude dar expansão ao seu temperamento, empenhando-se nas agitações políticas e organizando as phalanxes do partido *luzia*, então desalentado e quasi exâmico pelos revezes que lhe oneravam o passivo, após longo decennio de cruentas e épicas contendas.

Em poucos annos, a influencia e o prestigio de Pinheiro Machado extendiam-se por toda a região alta do Rio Grande do Sul, abrangendo tambem as cidades de S. Borja, Itaqui, Uruguiana e Allegrete, na fronteira.

O partido liberal adorava-o; os adversarios respeitavam-no, embora na ausencia lhe chamassem com enfado *o boi de botas*, appellido que, aliás, o popularizou.

Em 1856, o dr. Pinheiro Machado foi eleito deputado provincial.

Em 1864, pleiteou vitoriosamente o mandato á Assembleia Geral.

Era seu competidor Gaspar Martins, que começava a aparecer.

Não se resignou este á derrota. Disputou perante a camara a cadeira de Pinheiro Machado e conseguiu a annulacão do collegio de Piratiny e de outros, cuja votaçao lhe fôra adversa.

Com taes depurações, deu-se empate entre os dois candidatos. Decidiu a sorte a favor de Pinheiro Machado.

Declarada a guerra do Paraguay, seguiu para o Rio Grande com o Imperador, e alli, utilizando-se de suas innumeras e devotadas relações, auxiliou o general Portinho, seu intimo amigo, a organizar uma forte divisão com o efectivo de quatro mil homens.

Ficou destacada essa força, no começo das operações, em Corrientes, sobre as ribanceiras do rio Aguapehy; invadiu posteriormente o Paraguay pelo Alto Paraná, e, sempre vitoriosa, tomou parte em varios combates.

Por esta época, tendo o seu filho primogénito, ainda menor, o actual senador e general Pinheiro Machado (¹), seguido para o Paraguai, sem sciencia e consentimento paternos, para lá se transportou o dr. Antonio Pinheiro Machado com o fito de reconduzil-o aos estudos.

Dessa excursão trouxe os germens de grave molestia, da qual veiu a fallecer, em 1874.

Quando deputado geral, em 1864, tomou parte em varios importantes debates de carácter politico, jurídico e administrativo e outros de interesse internacional, revelando em todos esses torneios oratorios grande aptidão intelectual e vigorosa dialectica.

Possuia aprofundado conhecimento das seculares questões de limites entre o Brazil e os nossos vizinhos. Consultado pelo illustre Barão de Cotegipe, seu adversario politico, que lhe conhecia a competencia, sobre o litigio que mantinha mos com a Argentina a respeito do territorio das Missões, o dr. Pinheiro Machado enviou ao preclaro estadista extensa monographia sobre o grave e complicado assumpto, para elle familiar.

Era pae do general dr. Pinheiro Machado e dos drs. Antonio e Angelo Pinheiro Machado,

(¹) E' o caso de repetir-se com Corneille . . . *la valeur n'attend pas le nombre des années!*

ormados todos por esta Faculdade, em 1878, 1880 e 1882.

ANTONIO JOAQUIM RIBAS. — Fluminense, nascido na cidade do Rio de Janeiro, a 3 de maio de 1818; filho de Antonio Joaquim de Macedo.

Alto, claro, olhos e cabellos castanhos, es-
es longos e repartidos ao lado; barba nenhuma:
eve-a depois e deixava-a toda, mas elegante-
mente aparada e bem tratada; fronte desenvol-
vida e pensadora. Olhar vago, quando meditava;
parecia então abstrahir-se, á medida que, ao con-
trario, mais se concentrava. Bello adolescente,
quando se matriculou no primeiro anno; bonita
figura varonil, um lustro depois.

No moral, talento superior, apto para todos os estudos scientificos, criterio seguro, e, não obstante, imaginação de poeta.

Ao matricular-se no Curso Juridico, dispunha o talentoso estudante da inapreciavel vantagem de poder construir o seu edificio scientifico sobre os solidos alicerces de bons estudos preparatorios. Discípulo dilecto de Julio Frank, delle recebera instrucção mais solida e mais copiosa que necessaria para a matricula na Faculdade. Es-
tudára bem philosophia e melhor ainda historia universal e literatura. Tambem apprendera latim e grego, além de varias linguas vivas, como o francêz, o inglez e o allemão.

Todo esse prepraro excepcional concorreu

com o seu precioso subsidio para a brillante carreira que o joven Ribas ia encetar e que deveria desde logo ser assinalada por successivos triumphos.

Mas, quem era o illustre Mentor a quem com justiça deve reverter grande parte na messe de glorias colhida por este outro Telemaco?

O nome de Julio Frank é ainda hoje profrido com amor na Academia de S. Paulo, onde perdura a sua memoria, perpetuada por um retrato a oleo no salão do director e um monumento erguido num pateo interno do vasto mosteiro de S. Francisco, exactamente em frente á sala, hoje modificada, onde leccionava historia o inclito professor ⁽¹⁾. Julio Frank era allemão, nascido em Gotha, em 1809.

(¹) Esse monumento funebre consta de um catafalco sobre plataforma quadrilatera, à qual dão acesso alguns degraus e encimado por um obelisco de cerca de quatro metros. Todo o monumento, que é de cantaria, está amparado por gradil de ferro preso nos angulos a quatro pilastras adornadas por mochos simbolicos. Obra modesta, mas de feição artistica. Numa das faces do pedestal lê-se este epitaphio:

HIC JACET JULIUS FRANK
IN HAC PAULOPOL. ACADEM. PUBL. PROF.
NATUS GOTHAE ANN. MDCCCIX
OBUT XIX JUNII ANN. MDCCCLXI
AETATE SUÆ XXXII
BIT EI TERRA LEVIS

A respeito dessas homenagens, escreve Couto de Magalhães na *Revista da Academia*, do 1859:

«Numa das salas da Academia existe um retrato a oleo, nun-

Bem joven ainda veiu para o Brazil. Do Rio passou por S. Paulo e seguiu para Sorocaba.

Sobre a sua estada nessa cidade correm varias tradições, mais ou menos imaginarias.

pateo um tumulo de cantaria sobre o qual se eleva uma alta pyramide: são de Julio Frank. Custaram quatro contos, e foram feitos por dois irmãos de nome Galvão.»

Esse monumento funebre foi levantado alli, porque, sendo Julio Frank protestante, não permittiram o seu enterro em sagrado. Fazia-se então nas egrejas a inhumação dos fieis defuntos. A recusa do bispo, posto que conforme ás leis canonicas, produziu certo desgosto. Dessa impressão ficou vestigio numa nénia de Passos Ourique, registada no *Parnaso Academico*, e na qual se lêem estes versos, tanto mais surprehendentes quanto o auctor delles pouco tempo depois recebia ordens sacras:

«Illustr Blumenback, o teu amigo,
O sabio Julio, o Julio sem igual,
Existe no jazigo;
E da sciencia a estrada eis sem fanal!
Morreu desconhecido.
E do bonzo a fanatica virtudo
Não quiz compadecido
Dar-lhe asylo sagrado ao ataúde!...
Mas quo sepulchro existe mais ditoso
Que nossos corações?
Que logar mais sagrado, mais honroso?
Quo cantos, quo aspersões
Equivalem ao pranto, aos ais, ao luto?
E negaram-lhe os homens tal tributo?
Oh não! infamia ora,
Nem os humanos têm alma tão fera.

A unica authentica, por nós haurida em fide-digna fonte, é a seguinte:

O chefe de numerosa familia ituana, a dos Kiehl, tinha então em Sorocaba uma venda na esquina da Rua do Commercio com a Rua Direita.

O menino Antonio Lopes de Oliveira (¹), de caminho para a sua escola parou um dia nessa esquina para repassar as lições de latim e de francez que tinha de dar na aula do padre-mestre José Gonçalves (²). Foi então interrogado por um joven allemão mal trajado e de tamancos, que lhe ensinou as lições. Este fél-o tão bem, que o alumno alcançou grandes elogios do severo pedagogo.

Sciente do facto, o pae do collegial interessou-se pelo alambazado repetidor: arranjou-lhe desde logo o logar de caixeiro na casa do Kiehl

Oh tu, Julio feliz, bemquisto Julio,
 Que desfrutas na placida mansão
 De seres virtuosos
 Divinal compensaçāo,
 Acolho os sentimentos d'amizade,
 De respeito e d'amor, com que teu nome
 A' sā posteridade
 Ha de ser transmittido com renomo.»

(¹) Esse menino veiu a ser pae do conhecido e estimado chefe republicano coronel Manuel Lopes de Oliveira, que foi empregado na Secretaria da Agricultura desto Estado e é fallecido ha quatro para cinco annos.

(²) O padre José Gonçalves, segundo vetusta chronica local, era o typo exemplar do antigo mestre-escola, risrido, severo e a todo momento... de férula em punho!

e mais tarde recommendou-o para S. Paulo ao brigadeiro Raphael Tobias.

E, assim foi sob os auspicios dêsse prestigioso chefe politico que Julio Frank (tal o nome do desconhecido estrangeiro) fez em S. Paulo a sua auspiciosa apparição. (¹)

Revelados ahi o seu talento e a sua erudição literaria, foi convidado a leccionar historia no curso annexo á Faculdade de Direito.

Em breve trecho conquistou o affecto da mocidade, a estima dos lentes e a admiração geral.

Era socio do Instituto Historico Brazileiro e autor de um *Compendio de Historia Universal*.

Voltemos a ocupar-nos de Antonio Joaquim Ribas (²).

(¹) Sobre Julio Frank, encontra-se no *Diccionario Bibliographico de Sacramento Blake* a seguinte curiosa informação :

«Julio Frank... falleceu em S. Paulo depois de naturalizar-se brazileiro, guardando, até ao tumulo, certo mysterio quanto á sua familia, sua posição social e até quanto á sua verdadeira patria e verdadeiro nome, que se suppõe não serem os designados. O que é certo é que chegou ao Rio de Janeiro sem que alguem o conhecesse, pauperrimo, sendo logo preso na fortaleza da Lage, por queixa ou coisa semelhante, do commandante do navio que o trouxe; sendo solto, foi caixeiro de uma estalagem.

Entretanto, conhecia perfeitamente as linguas vivas da Europa, inclusive a latina e a grega, era habil geómetra e metaphysico, tinha profundos conhecimentos de historia antiga e moderna e alguns de direito publico e de direito romano.

Deixando a estalagem, foi para S. Paulo e na villa de Sorocabá abriu uma aula de francez, de inglez, italiano e latim.»

(²) COUTO DE MAGALHÃES, *Revista da Academia* : «... Como orador

Após notavel curso academico durante todo o seu quinquennio juridico, obteve Ribas o grau de bacharel, e, no anno seguinte, propôz-se candidato ao de doutor.

A sua defesa de theses realizou-se nos dias 13 e 14 de novembro de 1840, e a approvação foi *simpliciter*, tendo deixado de comparecer dois dos lentes sorteados para o arguirem — Chrispiniano e Ramalho, que se deram por enfermos.

Taes ausencias, nos dias designados para defesa de theses, sóem ser interpretadas, qualquer que seja a excusa offerecida, como acto hostil ao candidato.

E o doutorando, effectivamente, assim considerou o caso e delle conservou memoria. Chrispiniano e Ramalho, aquelle principalmente, nunca foram, de então em deante, santos da devoção do Ribas. Essa indisposição recrudesceu alguns annos depois, por ter o Chrispiniano deitado um «R» num filho delle, que, por isso, foi terminar o curso na Faculdade do Recife, para, no espirito paterno, «livrarse das garras do Ramalho».

Vagando no Curso Annexo á Faculdade, com a morte de Julio Frank, a cadeira de Histo-

parlamentar, de uma voz sonora e apaixonada, às vezes elle (Ribas) prima pela correcção da dicção e dos periodos e pela deducção logica dos argumentos, encarando as questões com a superioridade do seu espirito.»

ria Universal, offereceu-se a regê-l-a interinamente o dr. Ribas; accepto pelo governo o gracioso offerecimento, o joven professor entrou em exercicio a 1 de julho de 1841.

Foi posteriormente nomeado cathedratico dessa mesma disciplina, por decreto de 18 de março de 1842.

Brilhantes foram as suas explicações. O talentoso discipulo manteve-se na altura do illustre mestre, e, como elle, segundo attestam chro-nistas contemporaneos, fez da historia um estudo verdadeiramente scientifico, contribuindo com muita efficacia para o progresso da mentalidade brazileira.

Crescia diariamente na literatura, no jornalismo e na cáthedra o renome de Ribas. Assim, quando, apôs a reforma dos Cursos Juridicos em 1854, teve o governo de preencher os logares recem-creados na congregação dos lentes, a opinião publica applaudiu a nomeação de Ribas, conjunctamente com a de Gabriel para a Faculdade de S. Paulo, e as de José Bonifacio, Broterinho e Silveira de Souza para a do Recife.

Ninguem sobre elle se avantajou no exercicio do alto magisterio. Era um lente completo. Methodico e claro na exposição, profundo nas investigações, criterioso nos conceitos, logico e agudo na critica, invencivel na argumentação. E todas estas vantagens realçadas, quanto á

fórmula, por palavra fluente e elegante, dicção nítida e voz de agradável timbre.

Pouco tempo depois da sua nomeação, foi convidado Ribas a reger a cadeira de Direito Administrativo, confiada primeiramente a Silveira da Motta.

O velho lente não se tinha sahido bem no ensino da nova disciplina. Pouco estudososo, embora talentosíssimo, Silveira da Motta difficilmente arcava com as objecções e fingidas duvidas que por malicia lhe suscitavam os mais fortes dos seus discípulos. E note-se: era um quinto anno de notabilíssimas figuras, o de 1855; basta lembrar que fulguravam nelle nomes como Paulino, Ferreira Vianna, Falcão Filho, Americo Brasiliense, Simplicio de Salles, Evaristo Veiga, Caetano Pinto, Guanabara, Ferreira Rezende, Mafra e tantos outros.

Sempre foi vezo dos rapazes nas Academias tomarem o pulso aos lentes novos, para saberem com quem lidam. Se o verificam fraco, ai dos resultados do ensino! Se, ao contrario, lhe reconhecem talento, erudição e amor ao estudo, aumenta-se o respeito que lhe tributam, e, com real proveito para o progresso scientifico, maior se faz sobre o espirito da mocidade o poder sugestivo da palavra do mestre.

Inteirado dessa malicia inherente á psychologia do ensino, o dr. Ribas applicou intelligente

esforço em penetrar os arcanos do direito administrativo, e, sem chamar á lição, levou toda a semana a explicar um só ponto do programma.

No sabbado, segundo prévio aviso, deu a palavra aos mais distintos estudantes.

Estes, como era de prever, suscitaram objecções contra as doutrinas da cadeira.

Ouviu-os attentamente o dr. Ribas, e, depois, refutou vitoriosamente, e com superioridade manifesta, todas as impugnações.

Tratando, embora, com a maior delicadeza, os discípulos recalcitrantes, espichou-os, toda-via, despiedado: a todos levou á parede, a ponto de os deixar sem réplica possível, mudos, vencidos e convencidos.

A moralidade da fabula — o novo mestre cresceu como um gigante no espirito entusiasmico e sempre generoso da mocidade.

E esse prestigio, sempre elle o conservou, augmentando-o mesmo consecutivamente em todas as cadeiras que veiu a reger, enquanto lente substituto, até que se tornou, quando cathedratico de Direito Civil, a 2 de outubro de 1860, um dos mais notaveis jurisconsultos patrios e astro de primeira grandeza na Congregação da Faculdade de S. Paulo.

No exercicio do magisterio, não se contentava o dr. Ribas com o explicar bem: fazia empenho em ser bem comprehendido. Era affeito,

por isso, a exigir dos discípulos noções claras e definições precisas.

Quando, por vagas ou incompletas, não lhe satisfaziam as respostas, formulava outras logo em seguida.

Este sistema, impertinente por vezes, suscitou-lhe alguns curiosos incidentes nas aulas, nos actos e nas defesas de theses.

Occorrem-nos ao espirito dois dêsses episódios:

De uma feita, perguntava elle a um examinando:

— Que se entende por — pessoa?

— Pessoa é — todo ente capaz de direitos e obrigações — respondeu-lhe o estudante.

— Que é — ente? — prosegue o dr. Ribas.

— Ente é tudo que existe; mas entro em duvida...

— Que é — duvida?

Ahi, o estudante hesitou, e, instinctivamente, poz-se a fazer movimento oscillatorio com o indicador e o dedo maior da mão direita, dizendo:

— Duvida, sr. dr., duvida...

E continuava com a mimica dos dois dedos extendidos e em movimento oscillatorio:

— Duvida... duvida...

— Não diga nada! — acudiu o examinador. —

O senhor não poderá encontrar definição oral tão expressiva como esse gesto que está fazendo. Duvida ó isto mesmo: ó a *vacilação* entre dois juizos.

O outro caso ocorreu na aula de Direito Civil e deu-se com um estudante distinctissimo, o Carlos de Carvalho, formado em 1871.

Susceptivel em extremo, o *Carvalhinho*, como lhe chamavam, não levou a bem a inquirição, quasi em tom débucativo, a que o lente o sujeitava, e, depois da terceira pergunta impertinente, deixou escapar um:

— Ora!...

— Ora, não! — retorquiu-lhe agastado o dr. Ribas. — O senhor tem obrigação de responder-me e não deve dizer — «ora!»

— Mas, sr. dr. . . — começou o Carlos de Carvalho, já todo inflammando.

Felizmente, o Rubião, seu amigo intimo, deu-lhe um beliscão e fê-lo calar-se, evitando assim algum incidente desagradavel.

Embora grande jurisconsulto, não se assinalou o dr. Ribas como grande advogado.

Eram luminosos e convenientes os seus pareceres; as razões por elle elaboradas passavam sempre por dissertações juridicas de alto valor. Entretanto... para bom advogado, faltava-lhe a intuição da estratégica forense.

Porque é que muitas vezes a esperteza de um rábula leva de vencida a sciencia de um jurisconsulto?!

E era realmente avultado o patrimonio scientifico do dr. Ribas. Serviriam de prova, a

não haver outras, algumas obras suas, de subido valor, quaes o *Direito administrativo brasileiro*, o *Curso de direito civil* e a *Consolidação das leis do processo*.

A sua proficiencia juridica recebeu consagração official em varias commissões de nomeação do governo por elle desempenhadas, entre essas a de membro revisor do projecto do código civil elaborado pelo dr. Joaquim Felicio dos Santos.

Não era totalmente refractario ás seduccões da politica, tanto assim que por mais de uma vez redigiu folhas partidarias (*O Piratininga*, *O Constitucional*, *a Imprensa Paulista*) e deixou-se eleger deputado provincial.

Acreditavamos que elle sempre tivesse militado nas fileiras liberaes. Verificámos, porem, que não. O seu nome fez parte muitas vezes da chapa conservadora para deputados provinciales. Eleito, não deixava de manter, nas questões accentuadamente partidarias, a devida solidariedade com a orientação daquelle partido. Entretanto, não tinha devoção pela politica.

O dr. Ribas fez parte da Assembleia Provincial de S. Paulo no biennio de 1850-51 e consecutivamente até o de 1860-61.

Infelizmente, não existem impressos annaes da nossa legislatura provincial, senão de 1863 em deante, e, assim, não nos é dado apreciarmos

no periodo anterior a acção parlamentar do illustre jurisconsulto.

Mas que, de facto, não lhe dominava o espirito a paixão pela politica — deprehende-se da propria circumstancia da sua carreira publica. Fôra extranhavel, realmente, que, sendo partidario devotado, elle tivesse ficado durante tantos annos a marcar passo na Assembleia Provincial, quando lhe sobrava merecimento para as mais elevadas posições na politica, na administração e no governo.

Fino cultor das letras e affeçoadado especialmente á literatura dramatica, o dr. Ribas... Elle teve o titulo de conselho, chamêmol-o, portanto, «conselheiro Ribas», como o fazia indefectivelmente o dr. Vicente Mamede, e é, além disso, mais euphonico. Diziamos que o conselheiro Ribas não deixou, salvo algumas ligeiras composições poeticas, nenhum monumento literario. Os drs. Paulo do Valle e Diogo de Mendonça celebram-lhe a competencia como literato e dramaturgo. E José Bonifacio, ainda estudante, reza pela mesma cartilha e dá noticia nos *Ensaios Literarios* (outubro de 1850) de uma obra delle, infalizmente inedita, sobre a historia da Provincia de S. Paulo (¹).

(¹) Couto de MAGALHÃES, na obr. cit., reproduz a seguinte nota, de José Bonifacio :

«Extrahe da *Historia dos paulistas* (m. s.), pelo sr. dr. Ribas, o

O conselheiro Ribas jubilou-se por decreto de 23 de fevereiro de 1870, e pouco depois mudou-se para o Rio de Janeiro, onde abriu escritório de advocacia.

Falleceu em Petropolis, a 22 de fevereiro de 1890.

Era commendador da Ordem de Christo e socio do Instituto Historico e Geographico Brasileiro.

CLAUDINO TEIXEIRA GUIMARÃES. — Portuguez, nascido em 1810, em Villa Real, Província de Traz os Montes; filho de Antonio Teixeira de Moura. Fez um curso regular na Academia.

Falleceu, pouco depois da formatura, em S. Paulo.

CONSTANTINO JOSÉ DE ALMEIDA FARIA. — Paulista ou paranaense, nascido em Curitiba, em 1817; filho de Manuel José de Almeida.

Fez parte da Assembleia Provincial de S. Paulo no biennio de 1842-43; na legislatura immediata, figura o seu nome entre os da chapa derrotada.

Foi juiz municipal de Curitiba em 1844.

Falleceu a 15 de junho de 1846.

fragmento que ali publicamos. O nome do auctor é seu maior elogio, e os que lerem poderão apreciar o criterio do historiador e a ilustração do literato.”

CAPITULO II

A turma academica de 1835-39

PARTE SEGUNDA

Mendonça Pinto — Mascara severa, alma bondosa — Resenha biographica — Seu temperamento sociavel — Na cidade e no campo — Nos sertões da Mantiqueira — «Laudator temporis acti» — O Theatro de S. José e o monumento á Independencia — A grande loteria do Ypiranga — «Ensaios dramaticos» — Artil de um «bicho chronico» — Espírito Santo fallivel — Original redacção — Grave problema de geographia — Fausto de Aguiar — Mediano em tudo — Na administração — Na politica — Prematura autonomia da Amazonia — Francisco José Furtado — Tormentosa puericia — Em Olinda — Na Paulicéa — A sua vida publica — O gabinete 31 de agosto — Notas complementares.



DIOGO DE MENDONÇA PINTO. — Paulista, nascido nesta capital, a 12 de dezembro de 1818; filho do capitão (depois tenente-coronel) Caetano Pinto Homem.

De estatura regular, magro, tez morena, pouca barba e negra, olhos e cabellos castanhos.

Era myope e trazia luneta. Usou, depois, monoculo: o que o obrigava a fazar os sobr'olhos e lhe dava um ar de poucos amigos.

Esta impressão desfavorável da sua physiomania accentuou-se com a edade e a neurasthenia, de modo que elle parecia estar sempre de mau humor. Pura illusão! Logo que se dirigia a alguem, de subito se modificava a dureza daquella expressão, para dar logar a amavel sorriso, mais sincera expressão do seu temperamento.

Intelligenzia regular, bom estudante.

Dado ás letras, especialmente á literatura dramatica.

Logo após a formatura, exerceu cargos judiciaes. Foi primeiramente juiz municipal do termo de Areias, e, depois, do de S. Sebastião.

Teve assento na Assembleia Provincial de S. Paulo nos biennios de 1844-45, 1850-51, 1852-53, 1854-55 e 1856-57, fazendo parte constantemente da chapa do partido conservador.

Desempenhou por longos annos com zêlo e dedicação o cargo de inspector geral da Instrucção Publica nesta provincia, a saber, desde 1851 até 1873, e os seus relatorios, alguns dos quaes desenvolvidos, formam uma bibliotheca de 22 volumes.

Em 1852, foi nomeado professor substituto de Historia e Geographia e de Rhetorica no Curso Annexo á Faculdade, passando dois annos depois a cathedratico de Historia e Geographia, na vaga do dr. Ribas, que, por sua vez, sucedera a Julio Frank.

De temperamento sociavel, era o dr. Diogo de Mendonça geralmente estimado no *high-life* paulistano, e sua casa um aprazivel centro de attracção, tanto pela franqueza e cordialidade com que elle acolhia as pessoas de suas relações, como pela amabilidade de sua senhora, gentileza, fina educação e formosura de sua filha, depois casada com o conselheiro Costa Pereira, e pela amenidade das festas e partidas familiares que frequentemente se organizavam naquelle hospitaleira vivenda.

A' «*Sinhá Diogo*» reunia-se gracioso farrancho de moças e meninas, suas primas e suas amigas, e com ella formava formoso ramalhete, que attrahia, salvo a comparação, borboletas e beija-flores, que deveriam antes volitar sob as arcadas do convento de S. Francisco...

O dr. Diogo residia, a principio, no Largo da Sé, depois na Rua de Santa Thereza, esquina de S. Gonçalo; mudou-se para a Avenida do Braz, numa confortavel casa de campo, proximo á varzea do Carmo, assaz elegante para a época. Habitou, por fim, noutra chacara, nas immediações do Gazometro, alugada posteriormente ao governo da provincia para o *Instituto de Menores Artífices*.

Nos seus ultimos annos, aposentado em ambos os cargos que accumulava, o dr. Diogo de Mendonça, alquebrado por invalidez mais que pela edade, passou a residir effectivamente nos

Campos do Jordão, na invernada do Emberry, hoje Villa Jaguaribe. Ahi levantou confortavel *chalet*, recobrou a saude, e, retrahido do bulicio social, viveu de saudades e de recordações, lendo, ou, antes, relendo os seus auctores predilectos, e tambem naquellas frigidas e serenas regiões, em altitude superior a 1.200 metros, acohendo os écos já esmorecidos das agitações e das luctas estéreis dêste mundo inferior...

No Emberry, como em S. Paulo, a sua casa era um ponto de attracção, e alli era o unico, para todos os moradores, convalescentes e excursionistas. De Pindamonhangaba, de S. Bento de Sapucahy-mirim, e mesmo desta capital, subiam a escarpada Serra da Mantiqueira familias e cavalheiros com destino aos campos do Emberry, não sómente para esparecerem naquelle verdadeira higienopolis, como tambem com o programma de visitar o dr. Diogo de Mendonça e gosar por alguns dias da doce convivencia que elle formava naquelle páramos proximos do céo.

Alli se dançava, á noite, jogavam-se prendas, decifravam-se charadas, fazia-se musica, ouviam-se cantos e recitativos, então muito em voga. De dia, eram passeios pelo campo, excursões a pé, de troly ou a cavallo, pic-nics, desportes athleticos apropriados, etc., etc.

Por iniciativa sua e com a cooperação de toda a gente que lá ia convalescer ou por méra

diversão, foi eretta a capella consagrada a N. S. da Saude, concorrendo com o altar o proprio dr. Diogo e com a imagem da padroeira a sua familia.

Tambem a expensas suas, quasi exclusivas, construiu-se alli gracioso jardim, destinado a logradouro publico, e foi ensaiada a cultura de arvores fructiferas da Europa, formando bom pomar que algum tempo depois ainda se conservava pelos cuidados do dr. Domingos Jaguaribe, e cujos vestigios, quiçá, ainda hoje perduram.

Era tal o apego do dr. Diogo de Mendonça ao clima abençoado daquellas montanhas que com pertinacia se conservou por cerca de vinte annos ininterruptamente naquelle exilio voluntario.

Quando alguem o convidava a fazer uma excursão a S. Paulo ou ao Rio, excusava-se peremptoriamente. As transformações que encontrasse, entristecel-o-iam. Pouco se lhe dava, por exemplo, que no logar outróra occupado pela velha e pittoresca Paulicéa se levantasse agora formosa cidade moderna, indiferente á sua alma. Esse espectaculo não poderia senão enhêl-o de saudade e de tristeza...

Era tal o seu amor ao passado que até na sua propria pessoa physica elle mais affeixoava o homem de outróra, que a sua decrepitude, dizia elle, que apenas vagava na terra para fazel-o soffrer.

Por isso, quando algum amigo lhe pedia o retrato, elle dava a reproducção moderna de uma antiga photographia.

— Não lhe dou o retrato de quem sou — explicava — mas de quem fui. É mais grata a perspectiva de um edificio novo, que a das suas ruinas.

Quando deputado á Assembleia Provincial de S. Paulo, sempre se interessou pelo desenvolvimento da instrucção publica, e bem assim pela construcção de um theatro, para representações dramaticas; foi um dos auctores da lei que autorizou a edificação do Theatro de S. José.

Na sessão legislativa de 1855, figura o seu nome entre os dos iniciadores da lei n.º 26, de 18 de abril daquelle anno, que propunha se abrisse uma subscripção nacional para a erecção, na collina do Ypiranga, de um monumento commemorativo da independencia do Brazil.

Como por longos annos não teve execução, já não diremos aquelle decreto legislativo, mas o seu patriotico pensamento, o dr. Diogo de Mendonça foi solícito em voltar frequentemente ao assumpto e clamar, pela imprensa, em pról da realização da grandiosa ideia.

Reconheceu depois que o meio mais pratico, dados o nosso ambiente social e costumes inverterados, seria a extracção de uma grande loteria... Estudou este ponto e teve uma lembrança

luminosa, ainda que tão simples como o caso do ovo de Colombo. Occorreu-lhe que deveria ter melhor exito um plano loterico baseado na atracção de avultadissimo premio alliada á modicidade do preço dos bilhetes, muito embora em numero crescido. Pensava, com razão, que o publico raramente indaga da quantidade dos bilhetes, e, portanto, da maior ou menor probabilidade do premio: o que mais o impressiona é um enorme *bolo* de mil contos, por exemplo.

E cresce a tentação de o haver, quando basta para *habilitar-se* a esse objectivo a modica despesa de cinco ou dez mil réis.

A esse plano, por instigação do dr. Diogo de Mendonça, obdeceu a extracção da primeira loteria para o monumento do Ypiranga, e o seu resultado foi esplendido.

Como dissemos, o dr. Diogo era dado á literatura dramatica. Nesse genero preferia a especie — drama-historico.

Num volume sob o titulo *Ensaios Dramaticos*, dado á publicidade em 1872, reuniu elle todas as suas composições theatraes e mais alguns artigos de critica sobre arte dramatica, insertos em folhetins no *Correio Paulistano*.

Dos seus dramas, foi levada á scena no antigo *Theatro de S. José a Famalia Razique*.

A accão passa-se na Bahia, na época da independencia do Brazil, por occasião da resisten-

cia e expulsão das forças sob o mando do general Madeira.

Parece que o sucesso da representação não correspondeu á expectativa do auctor. É o que se deprehende da critica do mesmo, com muita amargura e alguma *verve*, contra varios actores, especialmente a talentosa actriz Julia de Azevedo, accusada de não haver estudado o seu papel.

Os outros dramas do dr. Diogo de Mendonça intitulam-se *O Conde de Ourem* e *Nemesis*. O primeiro tem por objecto uma pagina da historia de Portugal, e o segundo varios episodios da guerra do Brazil com o Paraguay.

Resente-se o drama da falta de unidade de tempo e de logar; e mesmo a de acção não é muito uniforme. Ha, todavia, uma circunstancia que recommenda o gosto literario do auctor: é o facto de, pondo em scena as figuras do dictador Solano Lopes e de m.^{me} Linch, haver conseguido guardar certa medida na apresentação dêsses personagens, isto numa época em que permaneciam recentes as irritações do espirito popular e estava ainda alvoroçado o sentimento nacional em relação a quanto se referia ao «tyranno sanguinario» e á «perversa aventureira» que lhe instigára as loucas ambições.

Valentim Magalhães, nas suas *Horas Alegres*, refere o seguinte episodio, facto real ou *bonne*

blague, que elle diz occorrido com o dr. Diogo de Mendonça.

Havia em S. Paulo um *bicho* de nome Guedes, que disputava o *record* do *chronicismo* ao classico Vincent...

Um dia, ameaçado de *recambio* pela justissima impaciencia paterna, resolveu, por fim, deixar o *curral dos bichos* e matricular-se no curso superior. Entre os exames que lhe falhavam para tal fim, incluia-se o de *historia e geographia*, matérias essas em que elle estava totalmente crú, *in albis, a quo*, ou que melhor nome tenha no cálão academicó. Que fazer? Recorrer a empenhos? São falliveis.

Teve uma ideia arrojada, que poderia dar bom exito ou malograr-se. Deliberou executál-a. Foi ter com o dr. Diogo, cathedratico daquellas disciplinas e severo examinador, e falou-lhe:

— Tendo que fazer amanhã o meu ultimo exame, que é o de *historia*, venho pedir a v. s.^a...

— Vem pedir-me — quê? Que o approve?...

— Não, sr. doutor. Venho pedir-lhe que me reprove.

— Quê?! Que o reprove?!

— Sim, senhor.

— O senhor está zombando de mim?!

— Sou incapaz disso. Respeito muito o meu mestre.

— Mas, então, que ideia é essa?

— É que eu não quero estudar, e estou sob a coacção da vontade de meu pae...

— E o senhor sabe alguma coisa de historia e geographia?...

— Sei, sim senhor; tanto assim que sou explicador dessas materias aos meus companheiros e dou aulas particulares...

— Mas como é, então; que poderei reproval-o?

— Entretanto, eu preciso de ser reprovado, porque meu pae...

— Que tenho eu com isso? Se o senhor souber e fizer bom exame, ha de ser approvado; do contrario, será reprovado. E fique sabendo que não me presto ás tortuosidades que o senhor propõe.

— Pois, então, já conheço o que me cumpre fazer: sahirei reprovado — concluiu o Guedes.

E retirou-se.

No dia seguinte, prestou exame, e fê-lo pessimamente, porque, de facto, quasi nada sabia

Entretanto, persuadiu-se o dr. Diogo de que o Guedes errava de proposito. Segredou, por isso, aos outros examinadores:

— Este maroto sabe. Está respondendo mal de proposito, para ser reprovado. Eu conheço-o, elle até lecciona. Quer ser reprovado para contrariar o pae. Acabemos com isto e aprove-mol-o. Grandissimo traste!

No dia immediato, o nosso Guedes, lérido e

contente, matriculava-se na Academia, e, congratulando-se por esse faustoso acontecimento com seu velho progenitor, prevalecia-se da oportunidade para dar-lhe, por via epistolar, uma promissora *dentada*.

Quando em banca de exames, ou na sua aula, interrogava algum discípulo ou candidato, não aprazia, ao dr. Diogo, que *assoprassem* o interrogado.

A sua bonhomia não chegava ao extremo de fechar os olhos ou tapar os ouvidos a essa irregularidade.

Percebeu, de uma feita, que, ainda que muito subtilmente, um dos assistentes murmurava as respostas ao examinando, um *bicho* de nome Guilherme Tell. Quem lhe servia de *ponto* era o Chico da Cunha, que, depois, se formou em 1873.

O dr. Diogo de Mendonça não se deu por achado, mas de malicioso formulou uma pergunta difícil.

O *ponto* emmudece. Emmudece tambem o examinando.

Assestando neste o seu monoculo, disse em tom zombeteiro o dr. Diogo:

— Desta vez não lhe deu assistencia o *espirito santo*.

Outro incidente em exames.

O ponto sorteado era *Guerras Punicas* e o examinando o Hippolito de Camargo.

— Exponha! — ordenou seccamente o dr. Diogo.

— Tres é que foram as guerras punicas...

— Quê?! Contesto!...

— !!!

— Sim, contesto a correcção de — «tres é que foram».

O Camarguinho, que desde *bicho* era dado ás letras, replicou susceptibilizado:

— A oração pôde não ser elegante, mas é correcta...

— Pois, então, analyze-a... ou, antes, dei-xemo-nos disto e volvamos ás guerras punicas.

Não suscitava no ensino dos discipulos da sua aula controversias de alcance philosophico; antes, por vezes, preocupava-se com questões de *lana caprina* e tinha sobre taes pontos objecções de algibeira, segundo se diz na giria escoclastica.

Acontecia, porém, que por fim já os rapazes lhe conheciam as baldas e tambem traziam promptas as formulas acceitas e consagradas pela cadeira para a solução das difficultades propostas.

Assim, em *geographia*, um dos problemas habituaes era — se o mar Caspio é mar ou lago. Dissesse o alumno que — é *mar*, elle oppunha-

lhe a definição de *lago* e mostrava que ella quadrava perfeitamente áquelle denominado mar.

Se o examinando respondesse — que é *lago*, elle replicava que todos os *geographos* o denominavam *mar*, que era esse o consenso unanime e que toda a gente não podia estar em erro.

A formula que dava logar á nota *boa* era esta: «O mar Caspio é um *lago*; entretanto, os *geographos* teem convencionado denominá-lo *mar*, e por não termos auctoridade para corrígilos, nós conformamo-nos com essa denominação, ainda que impropria.»

Analogas *difficultades* eram suscitadas e analogas *soluções* deveriam ser dadas em relação ao Mar Morto e ao Mar de Galiléa, tambem chamados Lago Asphaltite e Lago de Genezareth.

O dr. Diogo de Mendonça Pinto falleceu nesta capital, a 1 de maio de 1892, deixando um filho, o sr. Antonio Publio da Granja Mendonça, hoje residente em Santo Amaro.

FAUSTO AUGUSTO DE AGUIAR. — Fluminense, ou, antes — carioca, pois nasceu na freguezia de Sant'Anna, da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro. Assim reza a sua certidão de edade, e accrescenta que a 19 de dezembro de 1817, e que é filho de João Francisco de Aguiar.

De estatura inferior á mediana, tez morena, olhos e cabellos negros, e barba incipiente.

Dos livros de assentos dos exames, que foram salvos do incendio de 1883, consta a sua approvação *plena* nos actos do 2.^º, 3.^º e 5.^º annos, quando collegas delle, nos mesmos dias, *naufragaram*. E parece que houve, realmente, por essa época, *dias tempestuosos* na Academia, tendo-se perturbado a habitual bonança, em consequencia da immigração dos revolucionarios olindenses, de que já falámos e sobre os quaes adeante voltaremos.

Não é temerario induzir-se do facto de ter superado incolume os mares escapellados que Fausto de Aguiar tenha sido bom estudante, ou, ao menos, regularmente applicado: presumpção depois corroborada pelas provas, que deu, de sан e criteriosa mentalidade como politico e funcionario administrativo em toda a sua vida publica.

Depois da formatura, exerceu por algum tempo a advocacia no Rio de Janeiro.

Na alta administração, foi presidente do Ceará, de 13 de maio de 1848 a 2 de agosto de 1850. Dessa presidencia passou para a da Provincia do Pará, de que tomou posse a 13 de setembro de 1850 e onde foi conservado pelo governo imperial até 20 de agosto de 1852.

Nesse anno, fez-se eleger deputado á Assembleia Geral, pela provincia que administrava

(certo não lhe foi coisa difficult), á 9.^a legislatura (1853-56). Foi consecutivamente reeleito para a 10.^a legislatura (1857-60), para a 11.^a (1861-64, dissolvida em 1863), para a 14.^a (1869-72) e para a 15.^a (1872-75). Nesse anno, tendo-se dado no Senado, na representação do Pará, a vaga de Souza Franco, foi eleito e escolhido senador pela provincia o conselheiro Fausto de Aguiar, em lista triplice com o conego Siqueira Mendes e o dr. João Lourenço Paes de Souza.

Quer na Camara dos Deputados, quer no Senado, a sua figura como parlamentar foi sempre de pouco destaque.

Acompanhou constantemente o partido conservador.

Exerceu por algum tempo, no principio da sua carreira, o cargo de inspector geral da Instrucção Publica da Provincia do Rio de Janeiro, e em 1854 foi nomeado official maior da Secretaria de Estado do Imperio, e mais tarde promovido a chefe de secção, director, e, por fim, director geral da Secretaria, cargo em que foi aposentado.

O conselheiro Fausto de Aguiar falleceu no Rio de Janeiro a 25 de fevereiro de 1890.

Quando, em 1876, veiu em lista triplice para senador o conselheiro Fausto de Aguiar, era o mais votado o conego Siqueira Mendes, então prestigioso chefe do partido conservador do Pará.

Apesar da guerra pessoal e deprimente que lhe fazia toda a imprensa liberal, que lhe dava o appellido de *Conego Quinino*, esteve durante algum tempo mais ou menos assentada a escolha do prestimoso politico pelo imperador. Aconteceu, porém, que, sciente dessa eventualidade, manifestou o conejo a um amigo seu a opinião de que por pouco tempo teria de ocupar a cural senatorial, por isso que estava imminente a separação do Pará e a consequente autonomia da Amazonia.

Esse conceito foi indiscretamente divulgado, penetrou no paço de S. Christovam e deu em resultado... a escolha de Fausto de Aguiar.

Além de relatorios presidenciaes e pareceres de secretaria e de commissões do parlamento, o conselheiro Fausto de Aguiar é auctor de um apreciado opusculo sobre attribuições das assembleias provinciaes e prerogativas dos presidentes de provicia.

FRANCISCO JOSÉ FURTADO. — Piauhyense, nascido em Oeiras, a 13 de agosto de 1818; filho do cirurgião Francisco José Furtado e de D. Rosa da Costa Alvarenga, de uma das mais illustres familias do Piauhy.

Contava apenas dois annos de edade, quando teve a infelicidade de perder o pae. Sua mãe contraiu segundas nupcias com o sr. Raymundo

Teixeira Mendes, politico influente na Provincia do Maranhão, na cidade de Caxias, onde passou Francisco José Furtado a sua infancia e puericia.

Foi-lhe o padrasto um segundo pae; a despeito dos deficientes recursos de longinqua cidade provinciana, deu-lhe solida educação primaria e secundaria e fêl-o matricular-se em 1835 na Academia de Olinda.

Nesse mesmo anno, o respeitavel cidadão cahia victimado pelo punhal do sicario, e o joven estudante deplorava amargamente a perda do seu segundo pae.

É possivel que essa catastrophe, resultado de ardentes luctas partidarias, tenha contribuido para incandescer os sentimentos politicos, ainda embryonarios, do futuroso adolescente.

E, de facto, o joven Furtado, fervoroso adepto das ideias liberaes, começou desde cedo a acompanhar com interesse a politica nacional; e no seu 4.^o anno do Curso Juridico, juntamente com Carvalho Moreira, Alexandrino Reis, Dias Vieira e outro collega, redigia o *Argus Olindense*, de inequivoca feição partidaria.

Não asseguramos que fosse moderada e serena a linguagem da folha academica. Apostarriamos, mesmo, pelo predicado opposto.

O que é certo é que, amenidade ou doestos, os conceitos do *Argus* desagradaram ao director da Academia e a alguns lentes. Dessa colera re-

sultaram algumas *bombas*, que foram acolhidas com vaias e protestos pelos estudantes de Olinda, e, dahi, processo academico, condenações, suspensões e emigração para S. Paulo.

Todos estes factos ficaram já por nós relatados na parte primeira do historico desta turma e complementarmente o serão nas notas biographicas de Carvalho Moreira.

Francisco José Furtado, quando veiu a S. Paulo, já quintannista, contava pouco mais de 20 annos.

Estatura regular, tez morena de brazileiro nortista, olhos e cabellos negros, bastante piloso, trazia a barba *en collier*, á moda do tempo, e sempre a usou do mesmo feitio; rosto grande, sympathico; cabellos repartidos á esquerda, gravata preta e de volta. Na rua trajava sempre casaca e trazia chapéu alto.

Mesmo quando na quadra juvenil, era pouco expansivo e de uma compostura séria, quasi grave.

Foi bom estudante, intelligente, de grande applicação e de exemplar moralidade.

No physico, dava assim ares de Jules Favre.

Era, quanto ao moral, a circumspecção, o espirito de ordem e a honradez personificada.

Pouco após a formatura, foi nomeado juiz municipal do termo de Caxias, e em 1848 juiz

de direito da mesma comarca. Foi removido, pouco depois, para uma das varas da capital do Pará, e, posteriormente, em 1856, para S. Luiz do Maranhão.

Começou a carreira politica como deputado á Assembleia Provincial do Maranhão.

Em 1848 teve assento na Assembleia Geral, como representante do Maranhão, á 7.^a legislatura, dissolvida no anno seguinte.

De 10 de novembro de 1857 a 30 de maio de 1859 dirigiu, como seu presidente, os destinos da Provincia do Amazonas, e fê-lo com justiça, moderação e consummada habilidade, resistindo ás solicitações de acanhada e oppressora politica partidaria.

Em 1861, pela segunda vez, e em 1863, pela terceira, foi eleito deputado geral, sempre pela Provincia do Maranhão.

A sua palavra era sobria, a oração concisa, mas conceituosa e de forma irreprehensivel. A dialectica vigorosa e irresistivel.

Na sessão legislativa de 1863 foi elevado, pelo voto da maioria da Camara dos Deputados, á cadeira de presidente daquella Assembleia; e nesse elevado posto revelou diariamente os nobilissimos predicados do seu rigido caracter.

Abria-se, no anno seguinte, uma vaga na Camara vitalicia, na representação.

A lista triplice apresentada para a escolha imperial foi assim votada: Francisco José Fur-

tado, 759 votos; Antonio Marcellino Nunes Gonçalves, 756; Isidoro Jansen Pereira, 756.

Por carta imperial de 30 de julho de 1864, deu a Corôa o seu *placet* á eleição de Furtado, que poucos dias depois era chamado ao Paço de S. Christovam para organizar o gabinete de 31 de agosto.

Já antes, em 1862, havia sido ministro da Justiça, no gabinete de 24 de maio, presidido por Zacharias, e que teve apenas quatro dias de vida.

Arrastou o gabinete Furtado existencia difícil e attribulada, tendo de arcar, no interior, com difficultades oriundas de afflictiva crise commercial na praça do Rio de Janeiro, e no exterior debellar a guerra com o Paraguay, legado fatal do ministerio que o precedera.

Ao governo de 31 de agosto é devido o glorioso decreto da instituição dos *voluntarios da patria*.

A 12 de maio de 1865 cahiu o ministerio Furtado, sendo, nessa data, sucedido pelo do Marquez de Olinda.

Nomeado juiz commercial da Côrte, o conselheiro Furtado exerceu esse cargo até 1870, obtendo então aposentadoria com honras de desembargador.

Pouco depois, a 23 de junho dêsse mesmo

anno, veiu a fallecer, não deixando a sua familia nenhuma outra herança a não ser a do seu nome honrado e glorioso.

Do seu consorcio com D. Marianna Martins dos Santos teve seis filhas e dois filhos, entre os quaes o dr. Godofredo Furtado, engenheiro, hoje fallecido, que residiu em S. Paulo, foi conceituado professor de mathematicas na Escola Normal e ardente sectario da philosophia positiva de Augusto Comte.



CAPITULO III

A turma academica de 1835-39

PARTE TERCEIRA

Carvalho Moreira — «Primus inter pares» — O «Grupo Olindense» — A «Camelleida» — Advogado, politico e parlamentar — Habil diplomata — A bulla «Gesta tua non laudantur...» — De Londres para Paris — A sua demissão, na Republica — Opinião do imperador — Dois memoraveis incidentes — Reintegração, aposentadoria e falecimento — Espolio bibliographico — O regulamento 737 — Interessante informação a respeito — Padre Bermudes — Caetano de Almeida — Agua e melado — Augusto Chaves — Luiz Carlos — Freitas Castro — Guedes de Carvalho — Magalhães Gomes — Manuel Frederico — Nicolau Barbosa.



F RANCISCO IGNACIO DE CARVALHO MOREIRA. — Alagoano; filho do capitão João Moreira de Carvalho e de D. Maria Joaquina de Almeida e Silva; nascido na cidade de Penedo, a 26 de dezembro de 1816.

Talhe esbelto, tez entre morena e clara, cabellos castanho-escuros, barba incipiente, cuidadosamente feita *en collier* e depois á ingleza,

olhos vivos e intelligentes, physionomia animada e extremamente sympathica.

Era de tracto amabilissimo, distinctas maneiras e figura elegante e altiva.

Na intimidade era brincador e deleitava-se em cantar modinhas e lunduns: o que fazia com extrema graça.

Trajava com apuro. Verdadeiro typo de fidalgo, sem a minima *recherche* ou apparente preoccupação de impressionar.

Foi estudante de primeira categoria, pelo talento e applicação, e como tal se assinalou desde que, juntamente com o *grupo olindense*, immigrou para S. Paulo, já quintannista.

E não se notabilizava sómente na Academia e nas rodas academicas, nem tambem na imprensa politica, nas letras e na tribuna judiciaria. Os seus triumphos como advogado no fôro criminal, já nessa quadra juvenil, não se limitavam á comarca da capital: extendiam-se ás circumvizinhas — Santos, Campinas e Atibaia, onde a sua palavra eloquente era applaudida com entusiasmo.

Como dissemos, Carvalho Moreira havia feito na Faculdade de Olinda os quatro primeiros annos do seu curso juridico.

Dado á politica e ardoroso adepto da ideia liberal, redigia naquella cidade, juntamente com

os quintannistas Fabio Alexandrino de Carvalho Reis e Antonio Borges Leal Castello Branco, o seu collega Francisco José Furtado e mais o terceirannista João Pedro Dias Vieira, uma folha de polemica, *Argus Olindense*, de feição partidaria bastante carregada.

Dêste simples facto ou quiçá mesmo de alguns excessos de linguagem explicaveis, se não justificaveis, pelo exaltamento dos verdes annos ou pelas paixões da época e do meio social, originaram-se contra esta distincta pleiade de moços as iras do olymbo academico... queremos dizer, da congregação da Faculdade de Olinda.

Dias Vieira, o primeiro que fez acto, cahiu fulminado por um *R* inclemente. Essa injustiça provocou protestos, vaias e clamores por parte do corpo academico. Dahi, processos e penas de suspensão aos cabeças.

Para se subtrahirem ao meio incandescente, onde não contavam com a serenidade e a justiça dos mestres, Carvalho Moreira, Furtado, José Augusto Chaves e varios outros estudantes mais ou menos compromettidos naquelles lamentaveis successos preferiram transferir-se para S. Paulo e aqui proseguir e terminar os seus estudos.

Formaram então na nossa Academia o denominado *grupo olindense*, ao qual já nos temos, por vezes, referido.

A esse grupo pertencia o terceirannista Ma-

nuel Pereira da Silva, por antonomazia *Bezerro do Piauhy*, com a collaboração de quem Carvalho Moreira escreveu a *Camelleida*, poemeto satirico, de 35 paginas, offerecido ao padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, director interino da Faculdade de Olinda, e injuriosamente aggressivo ao mesmo e a alguns lentes daquella Academia.

Referindo-se a este opusculo, dado á publicidade em S. Paulo, sob o pseudonymo de «Delai-Lama do Japão», o dr. Paulo do Valle, no seu *Parnaso Academico*, insere a seguinte informação:

«...a *Camelleida*, publicada em 1839 e attribuida a Francisco Ignacio de Carvalho Moreira, illustre Barão de Penedo, quando cursava o seu 5.^o anno em S. Paulo. É um poemeto heroe-comico, e não uma especie do genero lyrico propriamente; e, o que é ainda mais, só contém uma atroz injuria, em vez de ser uma narrativa que faça rir sem escandalo.»

Terminado o seu curso juridico, o talentoso bacharel contraiu casamento numa distincta familia santista, apparentada com os Andradadas.

Exerceu por algum tempo, e com brilhante successo, a advocacia no fôro do Rio de Janeiro, onde era apontado e admirado entre os primeiros jurisconsultos da época, hobreando com Caetano Alberto, Nabuco e Teixeira de Freitas.

Era um dos mais distinctos membros do In-

stituto da Ordem dos Advogados, e foi, em 1851, o seu presidente.

Deputado geral por Sergipe á 7.^a legislatura (1848-49) e por Alagoas á 8.^a (1850-52).

Em 1851, iniciava a carreira diplomatica, na qual os mais assinalados triumphos lhe estavam reservados.

Seguira, então, para Washington, como ministro plenipotenciario do Brazil.

Foi depois, em 1855, transferido para Londres, onde, nas questões diplomaticas as mais delicadas, se assinalou notavelmente, prestando ao Brazil serviços relevantissimos. Figura entre elles a reclamação sobre o conflicto Christie, que perturbou as nossas relações com a Inglaterra e esteve a ponto de occasionar um *casus belli*.

Em remuneração dêsse notavel successo, Carvalho Moreira foi agraciado com o titulo de Barão de Penedo.

Mais tarde, em 1872-73, por occasião da questão religiosa que nesse periodo agitou a sociedade brazileira, ao eminente diplomata deuen o governo brasileiro a expedição, pela Santa Sé, da celebre bulla *Gesta tua... non laudantur*, pela qual o papa Pio IX fazia censuras e admonições ao ardoroso bispo de Olinda, D. Vital de Oliveira.

Conserva-se ainda no espirito publico a impressão da calorosa polemica suscitada a propo-

sito dêsse acto, que não chegou a ser publicado, porque o internuncio apostolico, a pedido do destinatario e de eminentes catholicos do Brazil, resolveu abafál-o e solicitar do Santo Padre a sua retirada e annullação — o que se deu, attendendo-se a que estava já processado e prêso D. Vital e fôra crueldade augmentar-se a afflicçāo ao aflipto.

Procurou insistentemente a imprensa catholica negar a existencia dessa bulla; não conseguiu, porém, convencer nem mesmo os mais ingenuos. À medida que a contestação era sophistica e subterfugiosa, o relatorio enviado ao governo pelo diplomata brazileiro, e que teve de ser publicado, trazia o cunho inequivoco da verosimilhança e da verdade.

Referia o Barão de Penedo que, confabulando amistosamente com o chefe da egreja, lhe expuzera longamente a unanimidade dos sentimentos catholicos do povo brazileiro, a sua tradição de obediencia e de amor á Santa Sé, a inalteravel prudencia do governo do Brazil e o seu respeito e solidariedade em relação aos interesses da religião, não convindo que mal comprehendido excesso de zêlo viesse perturbar essa harmonia de vistos, etc., etc.

Accrescentava que, falando depois, com a conveniente reserva, do bispo de Olinda, se queixára da sua falta de cordura e ouvira do Santo Padre este conceito: «*Una testa calda!...*»

Passada a tempestuosa polemica, o Barão de Penedo deu á publicidade, em livro, toda a historia da sua missão a Roma. Esse trabalho foi contestado pelo bispo do Pará e depois arcebispo da Bahia, D. Antonio de Macedo Costa, em varios pontos, especialmente no referente á expedição da bulla *Gesta tua*.

Ao livro do erudito prelado oppoz victoriosa replica o Barão de Penedo.

Por alguns annos ainda, foi o eminente diplomata conservado á testa da nossa legaçao em Londres, e quasi se pôde dizer que era a primeira figura da diplomacia brazileira.

Contra a sua estabilidade naquelle posto elevadissimo não prevaleceram poderosos esforços nem objecções mais ou menos fundadas.

Assim, como se effectuassem, no antigo regimen, por intermedio da legaçao brazileira em Londres, varias operaçoes financeiras, e, na conformidade dos estylos, eram reservados aos respectivos negociadores pingues commissões, arguiu-se o Barão de Penedo da acceitação dessas propinas pecuniarias, sendo ministro plenipotenciario.

É sabido que esses avultados brindes, que, por vezes, attingiam milhares de contos de réis, os despendia elle integralmente no fausto do seu régio tratamento e com os esplendores das festas da legaçao brazileira, que reunia todo o mais fino

e aristocratico *high-life* londrense, a começar pelo principe de Galles, seu dedicado amigo.

Foi tambem acoimado o Barão de Penedo por ter acceito, accumulando-o com a sua posição diplomatica, um logar de membro da directoria de uma conhecida e opulenta empreza ferro-viaria do Brazil, a qual tem sua séde em Londres.

Achando procedente esta accusação, o gabinete de 10 de março de 1888, o governo brasileiro, sendo Ministro dos Estrangeiros o conselheiro Rodrigo Silva, removeu-o de Londres para Paris.

Nessa legaçao se encontrava o illustre diplomata, quando sobreveiu a Republica, em 1889.

Não se considerou incompatibilizado com o novo regimen e continuou a prestar os seus serviços á patria republicana, por pouco tempo, aliás, pois foi demittido em principios de 1890 por Quintino Bocayuva, Ministro dos Estrangeiros, por deliberação collectiva do governo provvisorio da Republica.

Deu causa, ou, antes, deu occasião a esse acto politico o facto de ter ido o Barão de Penedo ao encontro do imperador, quando este, banido do Brazil, aportou á Europa.

Consta que D. Pedro II, que, na sua senectude, se tornára menos discreto e reservado que quando joven, havia manifestado a opinião de

que o Barão de Penedo devia pedir exoneracão.

E como alguem respeitosamente houvesse ponderado que s. m. déra conselho opposto ao Barão de Itajubá, respondeu-lhe o imperador:

— O caso é differente. Ao Itajubá eu disse que a patria antes de tudo e de todos, sendo dever dos brazileiros prestarem serviços ao Brazil, qualquer que seja a sua constituição politica. Com o Penedo, porém, ha circumstancias especiaes...

O imperador queria alludir, sem dizer claramente, á intimidade das suas relações com o Barão de Penedo e ao muito que este lhe devia, ao ponto de, por causa delle, ter provocado crises ministeriaes.

Ha, effectivamente, na politica nacional, dois factos notaveis, nos quaes foi envolvido o nome do Barão de Penedo. Um delles foi a retirada do conselheiro Manuel Francisco Corrêa do gabinete 7 de março de 1871, em janeiro de 1873, por não ter obtido annuencia da Corôa á demissão do Barão de Penedo da legação de Londres.

O outro facto deu-se ainda com o mesmo chefe politico e constituiu, segundo acreditada versão, o objecto da mysteriosa *preliminar* que elle propoz ao imperador e que, não resolvida, trouxe em resultado a quéda da situação conser-

vadora em 1889 e a formação do gabinete Ouro Preto, em 7 de junho daquelle anno.

Demittido do seu alto posto, o illustre Barão de Penedo deixou-se conservar por algum tempo na Europa e fixou residencia em Pau, no sul da França.

Serenados os tempos, veiu ao Brazil, e, mediante acção judicial, obteve a annullação do decreto que o demittira e a sua reintegração no quadro da diplomacia, com o direito á percepção de todos os vencimentos, como se em effectivo exercicio do seu alto cargo.

Foi posto em disponibilidade, e, a requerimento seu, aposentado.

A sua vigorosa mentalidade e o seu vasto saber fizeram-lhe jus ao gráu de doutor pela Universidade de Oxford, alta distincção, até ao presente outorgada com extrema parcimónia a estrangeiros.

Falleceu o Barão de Penedo no Rio de Janeiro, a 1 de abril de 1906, na avançada edade de 80 annos, deixando filhos e netos.

Não é minguada a contribuição bibliographica com que elle enriqueceu as letras patrias:

— *Constituição politica*, do Imperio do Brasil. — Rio de Janeiro, 1842;

— *Do Supremo Tribunal de Justiça*, memoria. — Rio, 1848;

- *Da Revisão Geral e Codificação das leis civis e do processo, memoria.* — Rio, 1846;
- *Relatorio sobre a exposição internacional de 1862.* — Londres, 1863;
- *O Emprestimo Brazileiro*, contrahido em Londres, em 1863. — Paris, 1864;
- *Missão especial a Roma em 1873.* — Londres, 1881;
- *O Bispo do Pará ou a missão a Roma.* — Lisboa, 1887;
- *A Exposição Internacional e a Educação.* — Londres, 1885.

Toda a pessoa, algo versada na jurisprudência patria, considera, com razão, um dos monumentos do nosso direito processual o Regulamento n.º 737, de 25 de novembro de 1850, e, outrosim, julga saber que esse trabalho constitue uma das glórias do grande jurisconsulto que foi o conselheiro Nabuco.

Ha, entretanto, uma rectificação a fazer-se a esse inveterado conceito. O leitor o julgará, com a seguinte informação, cuja authenticidade garantimos.

Tendo tido occasião, no Rio de Janeiro, de visitar o Barão de Penedo e de tributar-lhe as homenagens da sua admiração, o dr. Sá Vianna, illustre advogado do fôro fluminense, lente da Faculdade Livre de Sciencias Juridicas e So-

ciaes e auctor de apreciadas obras de direito, entreteve-se com o eminentíssimo diplomata sobre assuntos da sua predilecção: direito, sociologia, Instituto da Ordem dos Advogados, Teixeira de Freitas, etc.

A palestra era para ambos seu objecto, extremamente agradável, e o Barão de Penedo experimentava vivissima e grata impressão ao perceber que o seu nobre interlocutor não lhe desconhecia a alta competencia como jurisconsulto.

Vieram a falar no Regulamento 737, e, então, o dr. Sá Vianna, comparando-o com as leis e decretos hodiernamente elaborados, manifestou a sua admiração por aquelle regulamento, tão conceituoso nas suas prescripções, tão perfeito na forma, claro, conciso, completo: uma verdadeira obra prima...

Á medida que assim se exprimia, notava que o Barão de Penedo era tomado de grande emoção.

— V. ex.^a não concorda?

Em vez de responder, elle, por sua vez, perguntou ao dr. Sá Vianna:

— Sabe quem o elaborou?

— Quem não sabe? Foi o Nabuco.

— Não — contestou o Barão de Penedo. — O Nabuco, certamente, teve parte. Eu lhe conto...

E referiu então que aquelle memorável trabalho foi preparado por uma commissão composta de Caetano Alberto, Nabuco e elle, mas

principalmente por Caetano Alberto. Ficou assentado que Nabuco se incumbiria da redacção. Aconteceu, porém, que, por muito atarefado com trabalhos politicos, não pôde Nabuco desempenhar-se daquella incumbencia. Teve de acceitá-la, Carvalho Moreira, e, assim... era da sua pena toda a redacção do Regulamento 737.

Era ministro da justiça Eusebio de Queiroz, que assignou o respectivo decreto e approvou o trabalho, sem alteração de uma virgula.

IGNACIO RODRIGUES BERMUDES. — Espírito-santense, natural da Victoria; filho de Joaquim Pinto de Amorim; nascido em 1802.

Já não estava, portanto, na puericia, quando, em 1835, se matriculou no primeiro anno do Curso Jurídico.

Fôra frade. Obteve secularização e era presbytero secular quando veiu a S. Paulo.

O estimulo natural da idade e da posição, auxiliado por preparo mental que já trazia, fez do padre Bermudes um dos primeiros estudantes, aliás numa turma notável, como a dos bachareis de 1839.

Em seguida á formatura, voltou para a sua província natal, onde se envolveu activamente nas lutas politicas.

Foi logo eleito em legislaturas consecutivas membro da Assembleia Provincial, e, por vezes, presidente da Assembleia.

Em 1842, deputado á Assembleia geral á quinta legislatura (1842-45).

A sua actividade partidaria fêl-o dentro em pouco prestigioso chefe politico, e os seus correligionarios, na Provincia do Espírito Santo, eram appellidados — *bermudistas*.

Falleceu a 1 de novembro de 1857.

JOSÉ CAETANO FURQUIM DE ALMEIDA ⁽¹⁾ — Mineiro, nascido a 11 de novembro de 1816, em Camandocaia, hoje cidade de Jaguary, então termo da villa de Pouso Alegre; filho do capitão Manuel Furquim de Almeida.

Nenhuma informação possuimos contemporânea da sua quadra académica.

Estabeleceu domicilio em Vassouras, Província do Rio de Janeiro. Alli, por algum tempo, exerceu a advocacia; depois, adquiriu fazenda de café na freguezia de S. Sebastião de Ferreiros, do mesmo município, e teve casa comercial no Rio de Janeiro.

Em 1875, era vereador da Câmara Municipal de Vassouras.

Falleceu na capital do Império, a 24 de outubro de 1887.

(¹) Esse é o nome constante da relação oficial dos bachareis formados de 1839. No termo da matrícula não figura o apelido *Furquim*, do qual, também posteriormente, não fazia uso o dr. José Caetano de Almeida,

Quando fazendeiro, era, naturalmente, senhor de escravos. Tratava-os com muita humanidade, e, por vezes, melhorava-lhes o rancho, mandando-lhes dar aguardente e melado.

Dizia então, por gracejo, a quem lhe louvava o espirito bondoso :

— Sim, mando-lhes dar melado. Não consinto, porém, que bebam agua em seguida...

— ? !

— É um gôsto fino de mais para escravos.

JOSÉ AUGUSTO CHAVES. — Bahiano. Estatura regular, tez clara, pallida, imberbe, olhos e cabelos negros, physionomia sympathica, algo melancolica.

Fazia parte do *Grupo Olindense*, ao qual já nos temos referido, e não constituia nelle figura apagada.

Em S. Paulo, foi bom estudante, tanto pela intelligencia como por modelar applicação.

De posse do seu pergaminho de bacharel, voltou á patria bahiana, onde exerceu por algum tempo a advocacia, e, depois, de corpo e alma, devotou-se á politica, nas fileiras do partido conservador.

Foi desde logo deputado provincial, e, depois, deputado geral, successivamente, ás 8.^a, 9.^a, 10.^a e 11.^a legislaturas, a saber, de 1850 a 64; mais tarde, ás 14.^a, 15.^a e 16.^a, a saber, de 1869 a 78; ás 18.^a e 19.^a, a saber, de 1886 a 88. Total, 9 le-

gislaturas e 25 annos de deputação á Assembleia Geral. Poucos homens politicos terão excedido este *record* parlamentar.

Com o advento da Republica, o dr. José Augusto Chaves poz termo á sua carreira politica.

Falleceu na capital do Estado da Bahia, a 18 de fevereiro de 1882.

LUIZ CARLOS DA ROCHA — Mineiro, filho de Francisco Carlos da Rocha; nascido em 1815.

Seguiu a carreira da magistratura.

Foi nomeado juiz municipal em 1846 e promovido em 1853 a juiz de direito.

Fez parte da Assembleia Provincial de Minas no biennio de 1848-49.

Falleceu na sua provicia natal, a 20 de março de 1870.

LUIZ DE FREITAS CASTRO. — Rio-grandense, nascido em Porto Alegre, a 3 de outubro de 1815; filho de João Marinho de Freitas.

Foi eleito deputado geral, supplente, á 9.^a legislatura (1853-56) e nessa qualidate teve occasião de exercer o mandato legislativo.

Em 1856, e de então por deante, em varios biennios, teve assento na Assembleia Provincial do Rio Grande do Sul.

Como politico, militava no partido conservador.

Exerceu por algum tempo o cargo de procurador fiscal.

Dedicou-se depois á advocacia e era um dos mais provectos advogados do fôro porto-alegrense, pelo que o seu escriptorio se tornou rendoso, especialmente com o producto de consultas.

Falleceu na sua cidade natal, a 14 de maio de 1871.

Era homem de costumes austeros e algo retrahido á sociabilidade.

Era pae do distinto advogado e jurisconsulto rio-grandense, dr. Fausto de Freitas Castro, formado em S. Paulo em 1865, e de quem já nos occupámos.

MANUEL BENTO GUEDES DE CARVALHO. — Paulista, nascido em Santos, em 1813; filho de Manuel Alves Guedes de Carvalho. Exerceu, a principio, a advocacia em Santos, e ahi foi vereador no quatriennio de 1841-45. Seguiu, depois, a magistratura, e foi nomeado juiz municipal da Franca.

Neste ponto se encontrava quando naquelle municipio irrompeu o movimento sedicioso conhecido sob a denominação de *Anselmada* e que constitue um dos mais curiosos episodios da historia paulista.

A esse respeito, os cultores das chronicas parrias aguardam anciosos o promettido trabalho do dr. Leão Bourroul.

Em 1853, o dr. Guedes de Carvalho foi nomeado juiz de direito.

Em diversas legislaturas, a saber, nas de 1850-51 e 1852-53 e na de 1858-59, teve assento na Assembleia Provincial de S. Paulo, sempre com os suffragios do partido conservador, ao qual se arregimentará.

Falleceu em Campinas, em 1858.

JOÃO HONORIO DE MAGALHÃES GOMES. — Mineiro, nascido em Ouro Preto, em 1807; filho de João de Deus de Magalhães Gomes. Tinha ordens sacras e contava 28 annos de edade, quando se matriculou na nossa Academia.

Dispondo de parclos recursos, obteve, no seu segundo anno, o emprego de official da Thesouraria de S. Paulo, e, depois da formatura, conseguiu a nomeação de inspector de rendas proviniciaes na capital de Minas, cargo que exerceu até 1852.

De então em deante, exerceu a advocacia e vaccinava, de braço a braço.

Era liberal e foi um dos compromettidos na revolução de 1842.

Fez parte da Assembleia Provincial mineira nos biennios de 1850-51, 1852-53, 1854-55, 1856-57.

Falleceu em Ouro Preto, a 9 de junho de 1861.

MANUEL FREDERICO DA COSTA PINTO. — Mi-

neiro; filho do tenente-coronel Antonio da Costa Pinto e nascido em 1817.

Escasseiam-nos a respeito delle outras informações, a não ser a seguinte, do *Memorial Paulistano*:

«Minas, escripturario interino da thesouraria da fazenda de S. Paulo; juiz municipal em Minas em 1845; procurador fiscal dos terrenos diamantinos em Minas, 1861.»

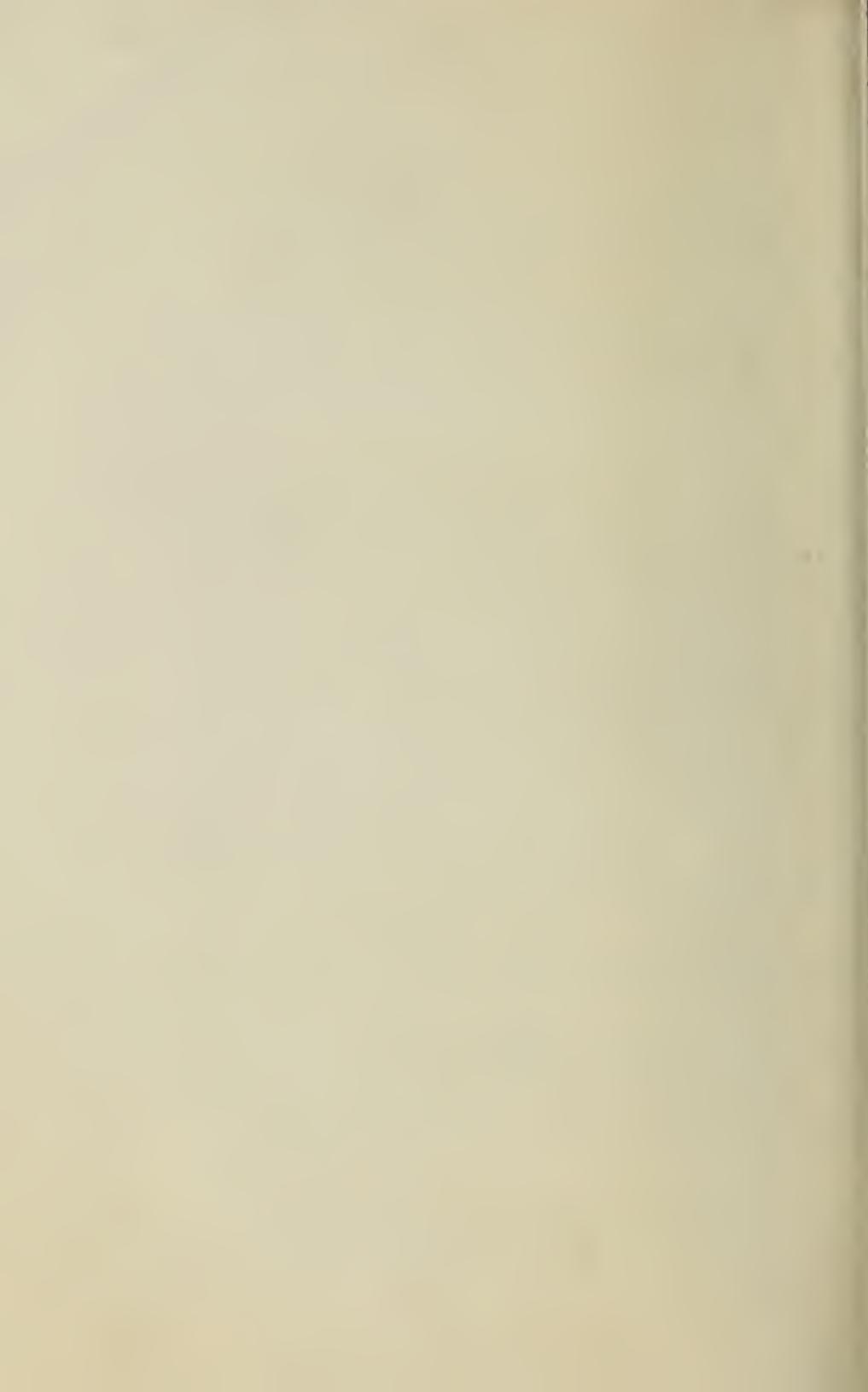
NICOLAU RODRIGUES BARBOSA. — Rio-grandense, nascido em Piratiny, em 1817; filho de Manuel Rodrigues Barbosa.

Pouco tempo sobreviveu á formatura.

Nomeado juiz municipal do termo do Rio Grande, contrahiu nessa cidade a molestia que devia victimál-o em 1841; veiu a falecer, solteiro e na flôr da edade, na sua terra natal.

É tio, pelo lado materno, do dr. Carlos Barbosa, actual presidente do Estado do Rio Grande do Sul.





CAPITULO IV

A turma academica de 1850-54

PARTE PRIMEIRA

O predominio da classe academica na Paulicéa de antanho — Conflito com os cadetes — Como se originou — Graves proporções que assumiu — A iminencia de uma *Saint Barthelemy* de estudantes — Um *meeting* de toda a Academia — «A palacio! A palacio!» — A attitude do presidente da provincia — Noite de angustias — Documento curioso — A representação dos estudantes — Apaziguamento passageiro das vaias aos caloiros — Digressão a propósito de vaias — Um officio sobre esse objecto — Os lentes da turma de 1850-54 — Dados estatisticos — Naufragos e emigrados — Adiamento opportuno.



ERA S. Paulo, nesse periodo, uma cidadesinha de terceira ordem, contando cerca de 12 para 14.000 almas. Nella predominava o corpo académico com 200 estudantes matriculados no curso superior da Faculdade e quasi o dobro de preceptorianos. Era a classe mais numerosa da Paulicéa.

A sua força, porém, derivava principalmente da união e solidariedade dos estudantes.

No theatro, nos bailes, nas festas, em todas as reuniões populares, o concurso, senão o beneplacito, dos academicos, era uma condição de sucesso ou mesmo de existencia.

Ufano da sua superioridade, o espirito de classe tinha dividido o mundo em duas categorias: os estudantes e... o resto. A esse «resto» da população, fosse quem fosse, era dada a qualificação de — «futrica».

Em tudo predominava na Paulicéa daquelle tempo a classe academica. Assim, nos bailes, por exemplo: para não se verem constantemente preteridas pela predilecção que o bello sexo sempre manifestava para os estudantes, pensaram por vezes as classes profanas em organizar sociedades mais ou menos exclusivistas. Com esse programma chegaram a fundar a *Concordia Paulistana*, da qual não eram permittidos a participar mais de tres ou quatro estudantes, e mesmo assim como convidados, não na qualidade de socios.

Que foi que aconteceu?

O que era de esperar. O mau humor das moças, que pouco pressuropas compareciam, e a recusa de cutras a comparecerem, pretextando indisposições de saude, etc.

Não pouse por isso prevalecer o systema.

A mesma supremacia academica se manifestava no theatro.

Estabelecer-se em S. Paulo, sob a firma Macedo & Henrique, uma empreza dramatica, cujo

elenco se compunha de artistas portuguezes, com excepção apenas da primeira dama, a Minelvina, que era brazileira. Esta circumstancia fazia-a favorita dos estudantes. Conscia desse apoio, queixou-se ella a alguns academicos de que a empreza retribuia mal os seus serviços e os de seu marido, o actor Gonçalves. Foi quanto bastou para que, por occasião do primeiro espectaculo, os estudantes, reunidos no saguão da entrada, fizessem comparecer o director da companhia e o intimassem a elevar ao dobro o salario da Minelvina, sob pena de toda a classe academica, desde aquelle dia, não ir mais ao theatro. Desculpou-se o director com a insufficiencia da receita, mas promptificava-se, não obstante, a condescender com a Academia, concedendo á Minelvina um augmento de 50 %.

Foi recusada a proposta.

A hora do espectaculo estava a soar e a polícia do dr. Furtado era inexoravel para com as emprezas dramaticas em materia de pontualidade.

Nessa terrivel collisão, teve o director de ceder á imposição dos academicos.

A posse mansa e pacifica desse prodominio academicico, tão geralmente acceito ou supportado, foi, todavia, interrompida, uma vez, de modo sério, pela classe militar.

Isto deu-se por occasião do denominado «conflicto com os cadetes», cuja memoria muito per-

durou sob as arcadas do mosteiro de S. Francisco e nas *repúblicas* da Paulicéa.

Foi o caso que não permittia a plateia a quem quer que fosse apresentar-se de chapéu na cabeça nos camarotes — proibição, aliás, de praxe em todo o mundo occidental. Em S. Paulo, naquelle tempo, era tão observado tal preceito que sómente por inadvertencia podia dar-se a infracção delle.

Um alferes de linha, pertencente ao corpo militar da guarnição da cidade, assomou ao seu camarote conservando na cabeça o *bonnet*. Parece que estava no seu direito. Pois mesmo para saudar os seus superiores, limita-se o militar a uma continencia, sem descobrir a cabeça.

Não o entendeu assim um academico bahiano, que viera de Olinda no seu terceiro anno, em 1852, e cursava então o quinto anno... Por signal que foi reprovado e teve de repetil-o... Mas, voltemos ao caso. Chamava-se Francisco Gonçalves Meirelles e delle detidamente nos ocupamos na chronica da turma de 1855.

De temperamento impulsivo, extremamente arrebatado e imprudente, o Meirelles promoveu logo estrepitosa algazarra, intimando o alferes a descobrir-se. A manifestação, a principio em tom de vaia, — «péu! péu!», — foi recrudescendo e tornando-se cada vez mais aggressiva e injuriosa, á medida que recalcitrava em obedecer-lhe o mencionado official.

Fazia-se preciso, dada aquella inesperada resistencia, carregar mais forte a aggressão ou empregar a poderosa arma do ridiculo.

Meirelles trepou sobre um banco e com ares de commandante de pelotão proclamava manobras com o vocabulario milicial: — «Meia volta á direita!» «carregar arma!» «apontar arma!» — E a voz de «fogo!» era o signal de uma fuzilaria de brados e insurdecedora pancadaria de bengalas e tacões sobre as táboas do assoalho.

E isto recomeçava incessantemente.

Todos os olhares estavam, como é natural, assestados sobre o recalcitrante, á espera do momento da sua retirada, que não podia tardar, tal a situação critica em que se encontrava. De facto, elle levantou-se e esquivou-se do camarote, rompendo então uma vaia estrondosissima.

A Academia não foi desauctorada, é certo, mas esse *hors d'œuvre* tão divertido, como diz o nosso informante (¹), não foi senão uma victoria de Pyrrho. As suas consequencias apresentaram-se mais tragicas do que comicas.

Ao terminar o espectaculo, um grupo de

(¹) O nosso presado amigo, do saudosa memoria, dr. João Paulo de Almeida Magalhães, de quem adeante nos occuparemos. A elle e á amavel interferencia do dr. Antonio Augusto Moreira de Toledo, devemos importante subsidio para a elaboração da presente chronica e de mais um ou dois capitulos que teremos de escrever sobre essa mesma turma academica.

militares, que se consideraram melindrados, não porque houvesse sido chasqueado um camarada, mas pela irrisoria parodia das praticas militares, o que importava offensa a toda a classe, aguardaram o Meirelles á porta do theatro e aggrediram-no physicamente. O estudante teria sido gravemente maltratado, se os collegas não tivessem todos acudido em seu auxilio, intervindo a policia pouco depois.

Nos dias immediatos, eram frequentes os encontros desagradaveis entre estudantes e soldados. A animosidade ia em *crescendo* e já se travavam conflictos em que as avarias materiaes não eram sem importancia.

Corriam assim as coisas, quando, num encontro havido no Largo do Carmo entre as partes belligerantes, foi arrojado um cadete do barranco que faz fundo áquelle praça, rolando até á rua que margeia o Tamanduatehy, onde chegou em estado lastimoso e com perigo de vida.

A soldadesca, justamente exasperada por esse facto, mandou significar aos academicos, em forma de *ultimatum*, que, se o cadete viesse a morrer, ella romperia com todas as considerações e faria uma *razzia* sobre todo o corpo academic. Estava-se, pois, ante a tetrica perspectiva de uma nova Saint Barthelemy, da qual os huguenotes seriam os estudantes.

Estes, sem perda de tempo, correram a pre-

parar-se. As casas de armas exgottaram todo o seu sortimento, ainda que não dispondo senão de armamento de pouca efficacia, na maior parte armas de caça, pistolas, espingardas pica-páu, etc. Tudo se vendeu.

Numa das republicas chegaram a construir trincheiras e barricadas.

Circulou, no dia seguinte, a noticia de haver fallecido o cadete.

Era o que faltava para aggravar terrivelmente a situação.

Subiu ao auge a emoção em toda a cidade.

Foi convocado um *meeting* geral dos estudantes, inclusivé os de preparatorios, e a reunião effectuou-se numa chácara do paredão do Piques.

Era enorme a agitação dos rapazes. Discursavam em gritos, e os applausos eram na proporção directa da violencia do orador. Propunha este que se acceptasse a guerra, aquelle que se tomasse a offensiva... Verdadeiro pandemonium!

Appareceram, felizmente, alvitres mais reflectidos, menos imprudentes, e com elles transigiu a maioria, que era dos exaltados.

Prevaleceu que iriam todos, incorporados, acompanhando uma commissão de tres delegados, á presença do presidente da provincia, representar-lhe sobre a situação da cidade. Foram acclamados para membros dessa commissão os academicos Gama Cerqueira, Paulino de Souza e Fer-

reira Vianna, representando este o elemento mais exaltado e os dois primeiros a opinião moderada.

Aquella massa volumosa de rapazes pôz-se em movimento, formando uma linha a dois de fundo, de extensão enorme, e tomou pelas ruas da cidade, a caminho do *pateo do collegio*, onde penetrou.

A guarda do palacio, sobresaltada, bradou ás armas, defendendo a entrada do edificio, no temor de um assalto hostil ao governo.

Era então presidente da província o dr. Josino do Nascimento Silva, que ordenou a imediata introducção da commissão academica.

Não lhe foi feita uma petição, mas uma verdadeira notificação: «O corpo academico, alli representado, vinha saber se o governo podia e queria garantir-lhe a vida, e de que modo; e, no caso negativo, a resposta lhe serviria para tratar elle mesmo de se defender.»

O presidente houve-se na altura do cargo. Sem sombra de perturbação, em tom paternal, procurou acalmar os animos, e garantiu que não só a vida dos academicos não correria perigo algum como que a ordem publica seria inteiramente mantida; que as providencias que ia tomar consistiam no impedimento do batalhão desordeiro, que pela madrugada seguiria para Santos, á ordem do ministro da guerra.

A resposta foi recebida com calorosas acclamações ao presidente, ao corpo academico, etc.

Diminuiu algum tanto a agitação dos espiritos, mas não cessou totalmente, por estar correndo o boato de que os soldados ameaçavam desobediencia á ordem presidencial e invasão da cidade para executarem o plano sinistro.

Foi mais uma noite de insomnia e apprehensões. Verificou-se no dia seguinte que, ou eram falsos os boatos, ou, se verdadeiros, mais prudente aviso tinha prevalecido no animo dos officiaes do batalhão.

A narração, que ahi fica, é, em fundo, a fiel reprodução do depoimento que nos enviou testemunha presencial dos acontecimentos e quem sabe se *par magna* nos mesmos.

Sobre esse emocionante episodio dos annaes da nossa Academia deparou-se-nos importante documento no Archivo Publico do Estado. Nada menos que o original da representação dirigida ao presidente da provincia pelo corpo academico.

É uma exposição curiosissima, que traz a assignatura de 146 estudantes de todos os annos e é datada de 3 de abril de 1854. Em seguida a cada assignatura vem a indicação a lapis, provavelmente feita em palacio, da categoria de cada signatario, a saber o anno que estava cursando.

A narração diverge nalguns pontos da do nosso informante, e deve, quanto aos factos, ser mais conforme á verdade historica.

Eis em sua integra esse precioso documento, fielmente trasladado, inclusivé as notas a que acima alludimos:

«Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.

Ante-hontem, como v. ex.^a já deve saber, foram os estudantes do Curso Juridico insultados de um modo insolito e grave por alguns militares desvairados que, não contentes com os doidos e ameaças, levaram o arrojo ao ponto de açularem a guarda e cahirem armados sobre os espectadores inermes, cujo crime tinha sido estigmatisar com energia o comportamento desregrado e pouco vulgar do cadete Moreira.

O facto, ex.^{mo} sr., foi tão patente e os insultos e provocações tão publicos que ninguem ousará depôr em contrario, nem contestar o que affirmamos; os proprios delinquentes não terão a coragem de negá-lo; proseguirão em sua obra de iniquidade e cobardia insuflando no espirito de seus collegas o odio de classe e as distincções repulsivas de academicos e militares.

Passemos ligeiramente a orientar a v. ex.^a do ocorrido naquelle noite, appellando para o testemunho de todas as pessoas honestas e imparciaes que se achavam no theatro, bem que

estejamos certos de que a nossa dignidade é um seguro garante da verdade que avançamos.

Num dos espectaculos anteriores, apresentando-se no camarote o alferes Caldas com o boné na cabeça, contra os costumes e cortejos observados em todo o mundo civilisado, foi intimado pelos espectadores (em maioria academicos) para que procedesse segundo as regras e costumes respectivos.

O mencionado alferes, bem longe de reconhecer o seu erro e corrigir seu proceder, portou-se de maneira estolida, provocando com olhar ameçador a plateia que, então, indignada, prorompeu em gritos de — «fóra!»

Alguns cadetes insubordinados e desordeiros, insuflados pelo alferes despeitado (cuja covardia, segundo o testemunho de muitas pessoas, o levou ao ponto de fazer espera a um dos academicos que se mostrara mais indignado do seu grosseiro procedimento) conceberam o plano de insultar-nos e desaffrontar assim o seu collega injuriado, segundo diziam.

Em consequencia disto, mui calculadamente postou-se o mencionado cadete Moreira com o boné na cabeça em um camarote da primeira ordem, olhando insolentemente para os espectadores, com intenção bem patente de arrastá-los a uma scena desagradavel. Ao clamor de geral indignação, respondeu o imprudente meneando uma chibata, e assim offendendo a um auditorio

numeroſo e reſpeitavel, até que finalmente foi expellido do camarote por ordem da auctoridade respectiva.

Não parou nisto a offensa á ordem e á dignidade publica.

No intervallo immediato, sahindo, como é costume, os espectadores para o largo contiguo, ahi foram os estudantes aggredidos pela guarda, capitaneada por esſes desordeiros e indisciplinados cadetes, chegando a sua sanha a tal ponto que indistinctamente espancaram e perseguiram de bayonetas caladas a todos que encontravam em seu furor de exterminio.

Felizmente para nós, appareceu nesse interrim o muito digno e honrado sr. dr. chefe de policia, que poz termo ao desenfreamento da força publica e ao cannibalismo dos desordeiros, prendendo aos que mais salientes se mostraram no conflicto.

Collocados nesta dura posição, victimas de um odio gratuito, expostos ao furor de alguns cadetes indisciplinados e turbulentos, que continuam em seus insultos e provocações (como ainda sucedeu no domingo pelas immediações da Luz) qual o procedimento que devem ter os academicos?

Este, ex.^{mo} sr., é o de recorrer a v. ex.^a pedindo medidas energicas e terminantes para que seja garantida a ordem publica, a segurança individual, e para que não seja insultada uma cor-

poração que respeita as leis e préza a sua dignidade.

Confiamos na justiça e rectidão de v. ex.^a attenda ao nosso reclamo, certo de com isso pres-
tar um assignalado serviço á ordem publica e
livrar-nos de recorrer ao extremo de repellir — a
força pela força.

S. Paulo, 3 de abril de 1854.

José Francisco de Carvalho Nobre.....	1. ^º
Americo de Moura Marcondes	2. ^º
José Antonio de Souza Gomes	1. ^º
João Augusto de Padua Feury	4. ^º
Antonio de Aguiar Barros	2. ^º
Manuel Marcondes de Moura e Costa	5. ^º
José Antonio Getulio de Almeida Machado.	5. ^º
Antonio de Queiroz Telles Junior.....	5. ^º
Sebastião José Pereira Junior	5. ^º
Francisco Gonçalves Meirelles Junior	5. ^º
José Luciano da Silva Barboza.....	5. ^º
Julio Henrique de Mello e Alvim	5. ^º
Bento Pinto Ribeiro Pereira de Sampaio ..	2. ^º
Joaquim José de Assis	5. ^º
Evaristo Ferreira da Veiga	4. ^º
Felix Xavier da Cunha	5. ^º
Pedro Xavier Alves Carneiro	5. ^º
José Pinto Ribeiro Pereira de Sampaio ..	2. ^º
José Thomaz da Silva Quintanilha Junior .	4. ^º
Francisco José de Souza Gomes	2. ^º
Joaquim José Palhares Junior.....	2. ^º
José Maria Corrêa de Sá e Benevides.....	5. ^º

Thomaz Alves Junior	5.
Miguel de Cerqueira Lima.....	3.
Antonio Carlos Carneiro Viriato Catão.....	5.
Antonio Ferreira Vianna.....	4.
Rodrigo Antonio Monteiro de Barros	5.
Candido José de Andrade.....	5.
Americo Brasiliense de Almeida Mello.....	4.
José Sebastião Ferreira da Silva	2.
Joaquim Mariano Campos do Amaral Gurgel.	2.
Manuel de Almeida Mello Freire.....	2.
João Rodrigues da Costa	4.
João Carlos Garcia de Almeida.....	2.
José Joaquim Cardoso de Mello	1.
Joaquim Gomes Pinheiro Machado.....	
Raphael d'Aguiar Barros	1.
Augusto José de Castro e Silva	2.
Francisco Antonio de Souza Queiroz Junior.	2.
Vicente Joaquim Torres	5.
Manuel Rodrigues Jardim.....	
João Gomes Ribeiro de Avellar	
Antonio Carlos Ribeiro de Andrade Machado e Silva	4.
João Teixeira de Miranda Junior	1.
Antonio Dias Novaes.....	1.
Dario Raphael Callado	5.
Augusto Fausto Guimarães Alvim	2.
Gabriel Caetano Guimarães Alvim	1.
José Luiz de Andrade Junior	1.
Henrique Cerqueira Lima.....	3.
Jeronymo Xavier Ferreira	

Antonio Gomes Baptista.....	
Raphael Tobias d'Aguiar Filho	2. ^º
João Capistrano Ribeiro de Alkmim	
João Luiz de França Miranda	1. ^º
Bento Francisco de Paula Souza	2. ^º
Francisco de Paula Toledo Junior	1. ^º
Fernando Lourenço de Freitas	1. ^º
José Manuel de Mesquita Junior.....	1. ^º
Antonio Affonso d'Aguiar Whitaker	
João Carlos de Oliva Maia.....	1. ^º
Francisco Antonio da Luz	
José Fernandes da Costa Pereira Junior...	3. ^º
Raphael Dalney de Avellar Brotero	3. ^º
Manuel Antunes Pimentel Junior	
José Figueiredo de Andrade	
João Ribeiro dos Santos Zamith.....	
Antonio Francisco Caminada.....	
Antonio Herculano da Costa Britto	
Carlos de Assis Figueiredo	
Americo de Oliveira Monteiro de Barros...	
Brasilico Pinheiro Tiburcio	
José Antonio de Oliveira Seabra.....	3. ^º
Luiz Dias Novaes.....	3. ^º
Felisberto Gomes Jardim.....	4. ^º
Vicente Mamede de Freitas	4. ^º
Luiz Ladislau de Toledo Dantas.....	4. ^º
Bernardo Jacyntho da Veiga.....	4. ^º
Hilario Gomes Nogueira de Castro.....	4. ^º
Antonio Pinto do Rego Freitas.....	
Antonio Achilles de Miranda Varejão.....	3. ^º

Flavio Fornése	3.
Manuel Antonio de Passos.....	
João José Pereira Bastos Junior.....	
Manuel Gisteira Passos.....	
Francisco Infante Vieira.....	1.
João Pinto Moreira.....	
Eduardo José de Moura.....	1.
Joaquim de Azevedo Carneiro Maia.....	
Augusto Americo de Faria Rocha.....	
Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello	1.
José Ferreira Dias Junior.....	
Antonio José de Moraes Pupo.....	
Caetano José de Andrade Pinto.....	4.
José Diogo de Menezes Fróes.....	4.
Misael Candido de Mesquita.....	2.
Domingos Alvarenga Pinto.....	2.
José Feliciano Horta de Araujo.....	1.
Luiz Gomes Ribeiro.....	2.
José Maria Vaz Pinto Coelho	1.
Frederico Augusto de Almeida.....	4.
Pedro Velloso Rebello.....	3.
André Dias d'Aguiar.....	2.
José Alves da Silva Oliveira.....	1.
Augusto de Castro.....	3.
Antonio Pereira dos Santos.....	2.
Thomaz Antonio de Paula Pessoa.....	
Manuel Baptista da Cruz Tamandaré	1.
Paulo José Pereira de Almeida Torres ...	1.
Francisco Vieira Braga Junior.....	3.
Manuel Marques de Sá.....	3.

osé Ladislau Terra.....	1. ^º
Frederico N. Seabra Perestrello.....	3. ^º
Henrique d'Avila	4. ^º
Certuliano Teixeira de Freitas.....	
osé de Calazans Soares de Souza.....	1. ^º
Francisco Eugenio Pacheco e Silva.....	1. ^º
Francisco Pereira de Noronha.....	
Manuel da Silva Gouvêa.....	1. ^º
Carlos Baptista de Castro.....	
Manuel José de Moraes Barros.....	2. ^º
Candido Lopes de Oliveira.....	2. ^º
osé Manuel Portugal.....	2. ^º
osé Antonio de Souza Lima.....	2. ^º
Lafayette Rodrigues Pereira.....	2. ^º
Avelino Rodrigues Milagres.....	2. ^º
C. R. de Andrade.....	2. ^º
Francisco Antonio de Araujo Junior.....	2. ^º
Carlos Marques Lisboa.....	2. ^º
Francisco de Paula Santos Junior.....	1. ^º
osé Luiz dos Santos Teixeira Junior.....	1. ^º
Antonio José da Rocha.....	1. ^º
Manuel do Nascimento da Fonseca Galvão	1. ^º
João d'Aguiar e Castro.....	
Hygino Alvares d'Abreu e Silva.....	2. ^º
Benjamim Rodrigues Pereira.....	1. ^º
osé Antonio Pimenta Bueno Junior.....	1. ^º
Washington Rodrigues Pereira.....	1. ^º
João Carlos de Souza Peixoto.....	1. ^º
Bernardo Clemente Pinto.....	1. ^º
Carlos Frederico de Lima e Silva.....	4. ^º

Eduardo Luiz Crescencio Voldetaro.....	1.º
Venancio José de Oliveira Lisboa.....	1.º
Antonio Moreira Tavares.....	3.º
José Antonio Sampaio.....	3.º
Antonio Lourenço de Freitas.....	3.º
Carlos Frederico Castrioto.....	3.º
Frederico Moreira da Rocha	5.º
Americo Vespucio Pinheiro e Prado.....	3.º
Candido Xavier de Almeida e Souza.....	5.º
Antonio José de Siqueira e Silva	3.º
João Thimotheo de Araujo.....	1.º
Gabriel de Paula e Almeida Magalhães....	4.º
Virgilio de Siqueira Cardoso	2.º
Paulino José Soares de Souza Junior	4.º
Francisco Carlos Mariano Junior	5.º
Lopo Cordeiro da Silva Diniz	3.º
Antonio Carlos dos Reis Junior	3.º
Orozimbo Augusto Horta de Araujo.....	3.º
Lindorf Ernesto Ferreira França.....	3.º
Antonio Rodrigues da Motta e Cunha.....	1.º
Francisco José de Vasconcellos Lessa Ju- nior	2.º
Francisco Nunes de Seabra Perestrello....	4.º
Antonio Nunes de Seabra Perestrello.....	3.º
Felisberto Pereira da Silva.....	4.º
Affonso Celso de Assis Figueiredo.....	1.º
Francisco Quirino da Rocha Werneck.....	1.º
Jeronymo José de Campos Fleury	1.º
Francisco José de Souza Nogueira Junior..	1.º
José Corrêa e Castro.....	1.º

Braz Monteiro de Barros.....	1. ^º
Narciso Tavares Coimbra.....	1. ^º
Alberto Antonio Soares.....	1. ^º
João Attaliba Nogueira.....	1. ^º
João Paulo de Almeida Magalhães.....	5. ^º
Joaquim Leite Ferreira de Mello.....	3. ^º
José Simões da Fonseca Junior.....	
Albino dos Santos Pereira Filho.....	1. ^º
João Baptista Pereira.....	2. ^º
Carlos Henrique de Aguiar Melchert.....	1. ^º
Francisco Januario de Cerqueira.....	5. ^º
Luiz Silverio Alves Cruz.....	5. ^º
João Alvares de Siqueira Bueno.....	1. ^º
Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo....	1. ^º
Luiz da Ponte Ribeiro.....	1. ^º
Francisco de Paula Barbosa Leite Brandão	
Francisco Antonio de Araujo Bastos.....	
João Paulo dos Santos Barreto Junior....	2. ^º

Esse communs padecimentos contribuiram para a cessação das vaias contra os caloiros, que haviam começado com muita vehemencia naquelle anno.

Não foram, porém, longas as treguas concedidas.

Eram as vaias o legado de annos anteriores religiosamente observado e transmittido para as gerações subsequentes.

Ora com maior, ora com menor ardor e

mesmo violencia, a tradição mantinha-se viva e determinava não raro a intervenção da policia, quando a perseguição, por excessiva, exasperava os caloiros e provocava reacção. Degenerava, em taes casos, em perigoso combate, do qual sempre resultavam algumas contusões.

Em 1862, houve uma variante, honrosa para a turma academica que se bacharelou em 1865, pois era esta a dos segundannistas daquelle anno, aos quaes por direito costumeiro cabia a prerrogativa de dar vaias.

A innovação foi esta: em vez de acolher com assuadas, estalos, busca-pés e outros máus tratos, os neóphitos do templo de Minerva, receberam-n'os no primeiro dia com musica festiva e amistosas acclamações... sem embargo de espirituosos gracejos que não poderiam offendere os novatos.

Mas, fechemos a digressão e voltemos á turma de 1854.

Esta havia sido, no seu primeiro anno, brutalmente acossada pelas vaias.

Era uma desforra que os seus veteranos, do segundo anno, procuravam tirar do quanto haviam soffrido no anno anterior, em 1849, quando caloiros, pois nesse anno quasi enforcaram numa arvore do Largo de S. Francisco o caloiro José Bonifacio, como oportunamente havemos de referir.

Como dizíamos, em 1850, foram muito vehe-
mentes as vaias na Academia. Desta tradição resta
vestigio oficial, no seguinte documento existente
por cópia na secretaria da Faculdade:

«Ill.^{mo} sr. — Acabo de receber o officio de
v. s.^a em data de hoje, em que me communica que
chegou ao vosso (*sic*) conhecimento que se prepa-
ravam caçoadas aos estudantes novatos, e para
prevenir-lhos v. s.^a pretende mandar alguns indivi-
duos do corpo policial para manterem a ordem.
Ao que tenho de responder que, dentro dos ge-
raes, eu farei manter a ordem com os emprega-
dos da casa; fóra, porém, v. s.^a dará as providen-
cias que julgar necessarias.

Deus guarde a v. s.^a — S. Paulo, 15 de março
de 1850. — Ill.^{mo} sr. dr. Francisco Maria de Souza
Furtado de Mendonça, sub-delegado da Sé. —
Manuel Joaquim do Amaral Gurgel. — Director
interino.»

Os lentes que «leram» (é a expressão consa-
grada, que, aliás, não se deve intrepretar literal-
mente) para a turma academica de 1850-54 foram
os seguintes:

No primeiro anno, na unica aula então exis-
tente, de Direito Natural, o dr. Brotero;

No segundo anno, em 1851, na primeira ca-
deira, em continuaçao, o mesmo lente; e na se-
gunda, de Direito Ecclesiastico, o bondoso padre

Anacleto Coutinho, de quem os rapazes *judiavam* a valer. Chegava o desacato ao ponto de atiramrem sobre elle bolinhas de papel, como fazem nas escolas primarias os meninos travessos aos rabugentos pedagogos.

Era inveterada tradição a *bica* nos actos do segundo anno. Quem é que poderia conter as brincadeiras?

Nesse anno foi confirmada a regra de absoluta bonança. Apresentaram-se a acto 47 segundannistas, e, dêstes, tiveram: aprovação plena — 46, simples — 1, reprovação — 0.

Querem resultado mais animador... das bolinhas de papel?

No terceiro anno (1852), a cadeira de Direito Civil foi regida pelo dr. Veiga Cabral, já muito nosso conhecido, e a de Criminal, pelo dr. Manuel Dias de Toledo.

A travessia pelos mares do terceiro anno era geralmente borrascosa; raramente deixava de haver alguns naufragos, e grande era o numero dos que soffriam avarias.

Em 1852 apresentaram-se 43 examinandos, e o resultado dos julgamentos foi este: aprovados plenamente, 21; *simpliciter*, 17; reprovados, 5. Compunham a comissão julgadora — Cabral, Manuel Dias e Chrispiniano, e, por vezes, em substituição, Brotero.

No quarto anno, a cadeira de Direito Civil continuou a ser regida pelo dr. Cabral e a de

Commercial regida pelo dr. Falcão Senior. Do resultado dos actos não pudemos colher informação authentica, porque, como se sabe, foram consumidos no incendio de 1880 os respectivos livros de assentos.

No quinto anno prelecccionaram, na cadeira de Economia Politica, o illustrado Carneiro de Campos, e, na de Processo Civil, Commercial e Criminal, o talentoso Silveira da Motta.

Não existia ainda a cadeira de Direito Administrativo, assim como, no primeiro anno, a de Direito Romano. Foram ambas creadas nesse mesmo anno, por decreto legislativo de 28 de abril, mas não foram inauguradas senão no anno seguinte.

Tinham-se matriculado em 1850 no primeiro anno do Curso Juridico de S. Paulo 69 estudantes.

Desses, apenas 36 receberam o gráu de bacharel em 1854.

Com dois mais que emigraram de Olinda elevo-se a 38 o numero dos formados naquelle anno pela nossa Academia.

Dos 33 que não chegaram ao fim do curso em 1854, nesta cidade, formaram-se 4 no anno seguinte, a saber, em 1855, e delles já nos occupámos; outros bacharelaram-se em Olinda, e outros, em crescido numero, deixaram de estudar.

Dos 4 primeiros nada temos a accrescentar

ao que sobre elles ficou dicto na chronica referente á turma de 1855.

Passaremos, portanto, em resenha sómente, os outros, e façâmol-o promiscuamente, pois não temos a respeito da maior parte delles informações sufficientes para fazer a conveniente discriminação.

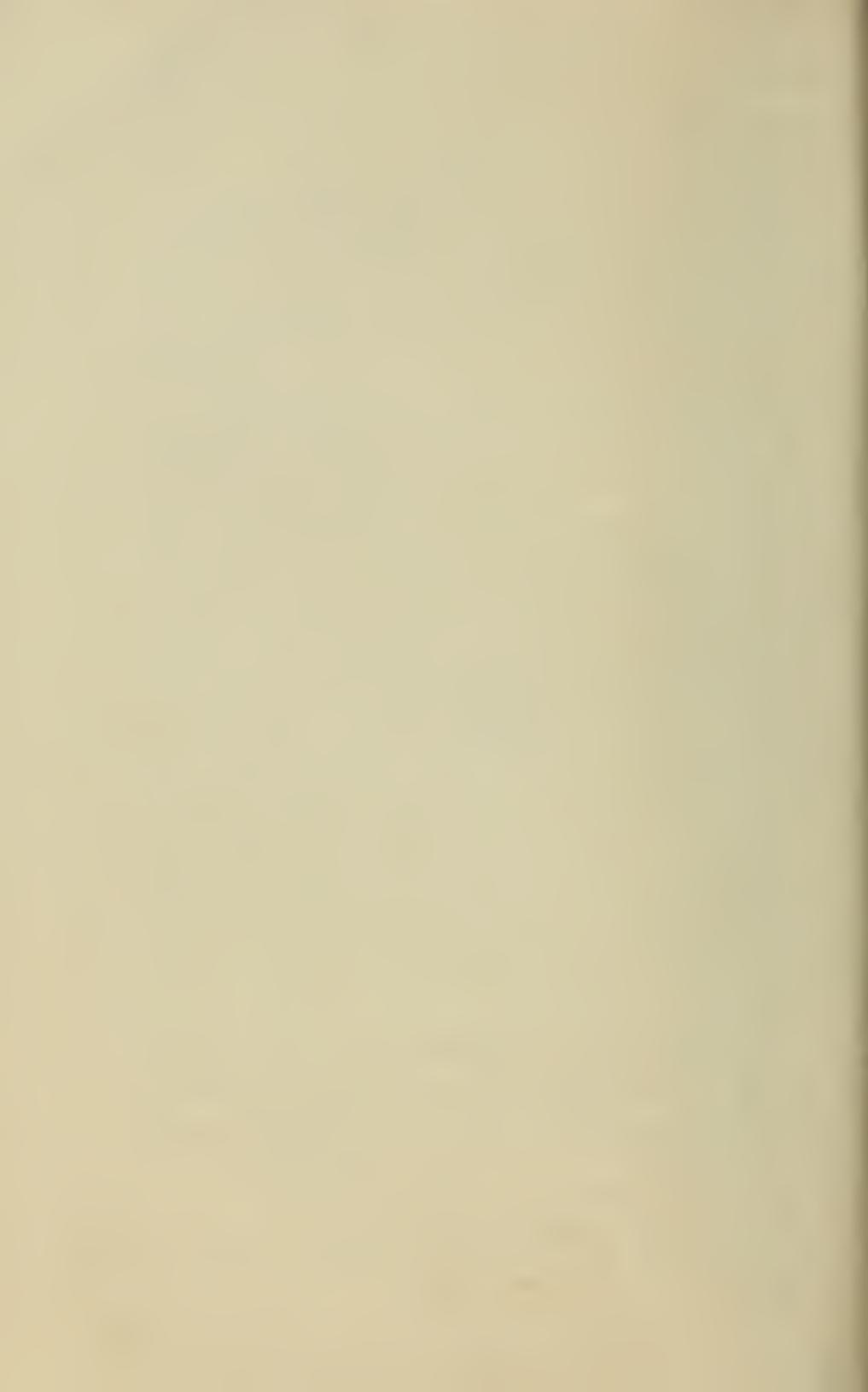
São elles, na ordem alphabetică: Alfredo Eugenio Milliet, Americo Brasilio Pacheco, Antonio Manuel Ayrosa, Antonio Manuel de Campos Mello Junior, Antonio Pompeu de Campos Camargo, Carlos Theodoro Bustamante, Christovam José dos Santos Junior, Domingos José de Oliveira Ribeiro, Domingos José Pacheco Guimarães, Francisco Xavier Ratton, Gustavo Julio Pinto Pacca, Gastão Ferreira de Gouvêa Pimentel Belleza, João Rodrigues da Fonseca Rosa, João Evangelista de Almeida, João Carlos de Souza Ferreira, João Baptista Rodrigues da Silva, João Belisario Soares de Souza, Joaquim Hippolito Everton de Almeida, Joaquim Antonio de Oliveira Seabra, Joaquim Candido de Faria Lobato, José Vicente de Azevedo Coutinho, José Maria Velho da Silva, José Vieira de Carvalho, Julio Amando de Castro, Julio Augusto da Cunha Guimarães, Luiz Antonio da Silva Nunes, Manuel Ribeiro de Almeida e Manuel Firmino Pereira Jorge.

Nessa relação de naufragos e emigrados des-

tacam-se alguns nomes que devem chamar particularmente a nossa attenção.

Por isso, como já vae longo este capitulo, adiâmos, para o seguinte, a noticia e os commentarios que elles reclamam.





CAPITULO V

A turma academica de 1850-54

PARTE SEGUNDA

Os que abandonaram o curso ou emigraram para Olinda — Alfredo Milliet — Um soneto celebre — A encantadora Laura Milliet — Americo Pacheco — Antonio Ayrosa — Campos Mello Junior — Pompeu de Camargo — Carlos Bustamante — Serviço politico involuntario — Christovam dos Santos — Pacheco Guimaraes — Domingos Ribeiro — Ratton — Em vez de doçuras, amarguras — Duello impossivel — Pimentel Belleza — Gustavo Pacca — Evangelista de Almeida — João Belisario — Rodrigues da Silva — Fonseca Rosa — Souza Ferreira — Ewerton de Almeida — Oliveira Seabra — Faria Lobato — Azeredo Coutinho — Velho da Silva — Vieira de Carvalho — Silva Nunes — Julio Guimaraes — Amando de Castro — O Bocage academic — Estro humoristico. — «Comendo Içá...» — Ribeiro de Almeida — Pereira Jorge — Pedro Jobim.



PROMETTEMOS, na nossa chronica anterior, que nesta haviamos de tratar dos estudantes que, matriculados no 1.^o anno do Curso Juridico de S. Paulo em 1850, não se formaram em S. Paulo, ou por terem abandonado os estudos ou por terem ido terminál-os em Olinda.

Em desempenho dêsse compromisso, eis-nos
com a penna em punho :

ALFREDO EUGENIO MILLIET. — Paulista, nascido nesta capital, em 1834; filho de Affonso Milliet. Era irmão da senhorita Laura Milliet, a quem já nos referimos na 1.^a serie destas *Tradições e Reminiscencias*, e cujos encantos agitaram tantos corações na Academia, a ponto de produzir sonetos que se tornaram celebres (¹) e

(¹) Está nesse numero o soneto academico de Silveira de Souza, que especialmente os estudantes do Recife conservam de cór. Convém registál-o aqui, porque não figura, que o saibamos, em nenhum florilégio, parnaso, meandro poeticó ou que melhor nome tenha:

«Este anno endiabrado e seus terrores
Não podem consentir que um só momento
Libe doce prazer meu pensamento
Nesta grata illusão dos meus amores.

Em casa tres milhões de expositores,
Mais esta Ordenação, mais este Assento;
E na rua é preciso andar attento,
Para não se esbarrar co'os taes doutores.

Cem mil «asneiras» dessa gente antiga
É força consultar, temos lição:
Para todos, porém, vou dando figa;

Tem direitos tambem meu coração,
E se amor e civil não fazem liga:
Não quero ser doutor, não quero, não!

As seguintes estrophes gemidas do mesmo poeta e com o mesmo destino são ainda mais sentimentaes, embora menos *academicas*:

Quanto te amei! Meu coração de bardo,
Minha vida, meu ser, minh'alma ardente,
Meus dias, noites, meu futuro e sonhos,
Tudo, tudo a teus pés lancei, e nunca,
Mulher, um teu olhar!

tambem, infelizmente, o suicidio de um estudante. (¹)

Posteriormente, toda a familia se mudou para o Rio de Janeiro.

Quanto te amei! Minhas canções doridas,
Orvalhadas de pranto, amor sem termo:
Poesia e paixão, um templo n'alma,
Incenso, adoração, mulher, votei-te,
E nunca um teu sorriso!...

(¹) O malogrado estudante mineiro, de talento auspicioso, José Feliciano Coelho Duarte, cuja morte foi pranteada por toda a Academia. Ainda agora ouvimos confirmada na ante-sala do Senado Paulista, por auctorizada testemunha presencial, então estudante de preparatorios, o emocionante episodio do cordeirinho preto, companheiro inseparavel de Feliciano Coelho, que acompanhou o feretro, conduzido por academicos, até ao cemiterio do convento de S. Francisco. D'ahi desappareceu.

Pouco apóis esse tragico desenlace, a familia Milliet mudou-se para o Rio de Janeiro, onde se entregou com muito exito á carreira commercial. Um dos irmãos de D. Laura teve importante casa de baixela e outros artefactos de *christofle*, na Rua do Ourives n.º 8, em predio ha pouco demolido para a abertura da Avenida Central.

A interessante menina de cabellos de oiro, face côr de jambo e olhos côr do céo, casou-se com um commerciante, alguém nos disse que inglez, que residiu por algum tempo em Santos e depois se mudou para o Rio de Janeiro.

O que nos affirmam com maior segurança é que o marido do Laura não foi para ella um Petrarcha, antes se assemelhava no zelo a Othelo. Trazia enclausurada a sua formosa companheira, e, quando algum amigo o censurava por isso, respondia:

— Não quero que os olhos da Laura façam a outro homem o mal quo me fizeram.

D. Laura enviuvou, e então, voltando a coabitatar com seus pais, applicou-se a dar lições de piano, pois era de uma educação perfeita, conhecia musica a fundo e executava-a com muito gosto e maestria.

Á gentileza de pessoa da nossa amizade devemos a graça do retrato em daguerreotypy de D. Laura Milliet, no periodo aureo da sua formosura. Um primor de esthetic! Dal-o-emos em reprodução na proxima série destas *Tradições*.

Quanto ao Alfredo Milliet, interrompeu os estudos, depois do primeiro anno, pois o seu nome já não apparece entre os dos collegas que se apresentaram a fazer acto do segundo, em 1851, e de então em deante até á formatura dos da sua turma.

Era tio da esposa do dr. Horacio Belfort Sabino, formado em direito em 1889 e chefe do serviço stenographico do Congresso Legislativo de S. Paulo.

AMERICO BRASILIO PACHECO.—Paulista, nascido nesta capital, em 1831; filho do dr. Joaquim José Pacheco, de quem longamente nos occupámos na chronica do anno de 1833, inserta na 5.^a série destas *Tradições e Reminiscencias*.

Americo Pacheco seguiu para o norte depois do 1.^o anno; não sabemos se se bacharelou no Recife ou se abandonou os estudos, o que se nos afigura mais provavel.

ANTONIO MANUEL AYROSA.—Fluminense, nascido em 1830; filho de Manuel Antonio Ayrosa.

Era bacharel em letras pelo Collegio D. Pedro II.

Não se encontra o seu nome entre os que fizeram acto do 2.^o anno em 1851 ou do 3.^o em 1852, nem tão pouco na relação dos bachareis formados em 1854, ou, posteriormente, pela Academia de S. Paulo.

ANTONIO MANUEL DE CAMPOS MELLO JUNIOR.

— Paulista, nascido nesta capital, em 1834; filho do dr. Antonio Manuel de Campos Mello, formado em direito em 1833 e que chegou ás mais altas culminancias da politica.

A Campos Mello Junior não faltava talento; era, porém, pouco affeito ao estudo, dava preferencia ao cortejo ao bello sexo, bailes, saraus, etc.

Fez em S. Paulo o 1.^º e 2.^º annos e terminou o curso na Academia de Olinda.

Exerceu a advocacia no Rio de Janeiro, e, por pouco tempo, em S. Paulo, alli pelos annos de 1875 a 80.

ANTONIO POMPEU DE CAMPOS CAMARGO. — Paulista, nascido em Campinas, em 1827; filho de Antonio Pompeu de Camargo. Abandonou o curso apôs o 1.^º anno.

CARLOS THEODORO BUSTAMANTE. — Mineiro, nascido em 1830; filho do Barão de Pouso Alto.

Cursou em S. Paulo os tres primeiros annos. Mal succedido no acto do 3.^º, em 1852, victima do inexoravel cutello de Cabral, Manuel Dias e Chrispiniano, emigrou para Pernambuco e lá se formou em 1855.

De volta ao sul, e possuidor de grande fortuna, fez-se fazendeiro e industrial, e tem applicado em emprezas ferro-viarias e associações be-

neficientes a cooperação dos seus avultados capitais.

Saudoso do regimen transacto, o dr. Bustamante foi procurado, ha tempos, por importante chefe monarchista, o conselheiro Andrade Figueira, que solicitou delle uma dadiva para a caixa de projectada revolução restauradora.

Annuindo á ideia, elle de prompto tomou da penna e encheu um cheque, que, dentro de enveloppe, entregou ao impetrante. Este, por discreto, não o examinou no momento, e, sim, sómente em caminho, de volta da casa do dr. Bustamante.

Verificou, então, que o cheque era de 500\$000 réis.

O facto causou aos organizadores do movimento amarga decepção, pois esperavam uma assignatura de vinte ou quiçá de cinqoenta contos de réis. Tal foi o desgosto, que fez gorar a revolução ainda em ovo.

E assim, sendo monarchista, o dr. Bustamante prestou, com este facto, revelante serviço á Republica e tambem... aos proprios monarchistas.

O dr. Carlos Bustamante possue bella fazenda agricola no municipio de Barra Mansa, nas immediações da Volta Redonda, e é grande proprietario no Rio de Janeiro.

CHRISTOVAM JOSÉ DOS SANTOS JUNIOR. — Fluminense, nascido em 1830; filho de Christovam José dos Santos.

DOMINGOS JOSÉ PACHECO GUIMARÃES.—Fluminense, nascido em 1831; filho de Francisco José Pacheco Guimarães.

DOMINGOS JOSÉ DE OLIVEIRA RIBEIRO. — Sergipano, nascido em 1829; filho de José Antonio de Oliveira Ribeiro e tio do dr. Pedro Antonio de Oliveira Ribeiro, ministro do Supremo Tribunal Federal.

FRANCISCO XAVIER RATTON. — Fluminense, nascido na Córte, em 1832; filho de Ignacio Ratton.

Bacharel em letras pelo Collegio de D. Pedro II.

Delle nos foi referido o seguinte episodio por pessoa muito da sua amizade:

O Ratton era um excellente rapaz, jovial, intelligente, mas pouco dado ao estudo.

Em materia de amor, era um D. Juan; entretanto, muito cauteloso nos lances mais arriscados.

Depois de longo namoro com uma caipirinha da vizinhança, obteve della a promessa de sahirem a passeio numa noite de luar, que ficou assentada.

Ella levaria uma companheira e preveniu o Ratton para que trouxessem comsigo o namorado dessa amiga, seu collega, para juntos melhor se divertirem. Ficou assentado que o encontro seria no fundo do quintal da casa paterna, que dava para o morro do Chá.

O Ratton, no dia aprazado, preparou-se, premunindo-se de pão de lot e uma garrafa de Porto.

— Para que é isto? — perguntou-lhe o amigo.

— Pois não sabes? «Pão de lot e vinho...

— ... faz o velho menino». Sei disso, assim como:

Pão de lot e Porto
Resuscita um morto.

— Conheço esses adagios — proseguiu o moço — mas o que não comprehendo é a applicação delles.

— Cala a boca — disse o Ratton — e reza para que não nos sobrevenha algum contratempo.

Á meia-noite, como ficára combinado, approximaram-se os dois moços, trémulos de emoção, do ponto do *rendez-vous*.

Qual, porém, não é a sua surpreza, quando, em vez das duas graciosas meninas, avistam, como que esperando-os no ponto combinado, dois vultos masculinos de chapéu desabado, embuçados em ponches ou capotes e armados de formidaveis cacetes.

Apavorados ante a minaz apparição, no primeiro momento quasi lhes faltou o apoio das pernas. Entretanto, os vultos encaminham-se de manso para elles e fazem-lhes signaes para que esperem.

Pois, não ! Disparam em vertiginosa fugida, que mais se accelera á medida que os vultos embuçados os seguem, chamando-os insistente-mente...

Decorreram muitos dias sem que o Rattton se animasse a passar em frente da casa da namorada. Afinal, resolveu-se a fazél-o e pôr-se em communicação com a menina, ao menos para ter a explicação do extranho obstaculo que surgira naquella noite afanosa e a tantas doçuras esperadas substituira terrivelmente o enorme perigo de que o livrára, e ao seu companheiro, a agilidade das suas gambias.

Eis, porém, que a sua Dulcinéa, ao avistál-o, volta-lhe o rosto com desdem, e, para desfeiteál-o, bate com a rotula á sua passagem.

— Que terá havido?! — indaga elle dos seus botões.

Veiu-lhe depois a explicação do enigma.

Os vultos masculinos, cuja catadura afugentou os prudentes namorados, eram simplesmente as duas travessas raparigas em *travesti*. Que vergonha ! Fugirem de duas mocinhas ! Das proprias namoradas ! Cuidaram ellas que, sob os trajes de homem e com o complemento do disfarce ado-

ptado, melhor occultariam, em caso de mau encontro, a brejeira aventura. Estavam longe de imaginar que os primeiros illudidos pudessem ser os basbaques dos seus namorados... Qual não foi, portanto, a decepção que tiveram, quando os viram correr espavoridos, fugindo á sua tão bem intencionada approximação! Que tolos! Que *sarambés!*...

Este incidente foi para os dois rapazes irre-mediavel desastre. De então em deante, as moças não tiveram para elles senão motejos e sorrisos de escarneo. Decididamente, os semi-deuses tinham cahido do Olympo e perdido, com a queda, a aureola de poesia que envolve os namorados.

Este episodio põe em relevo a psychologia feminina. A mulher jámais perdôa, naquelle a quem se devota, um acto de covardia. Somente aos homens fortes e de animo elevantado concede o premio do seu amor. Venus, em todos os tempos, tomou-se de paixão por Marte. É a lei da attracção dos contrarios.

Não sabemos o destino que teve, ao deixar a Paulicéa, o bacharel em letras Ratton. Supomos que falleceu prematuramente. Aliás, tel-o-íamos conhecido, porque alguém de nossa familia fôra seu amigo de infancia.

Conhecemos ligeiramente um filho delle, quando *bicho* em S. Paulo, em 1868. Mudou-se logo para o Rio e exerceu lá, por algum tem-

po, um emprego de official na secretaria da Marinha.

Cremos que foi com elle, visto a identidade do appellido patronymico, que se deu um caso tragi-comico alli pelos annos de 1882 ou 83.

Tendo perdido recentemente pessoa de sua familia, a quem carinhosamente estimava, via-se o dr. Duque Estrada Teixeira dominado por excessiva excitação nervosa, que por vezes o impellia de modo irreprimivel a actos de impetuosa violencia. Foi, em tal situação de espirito, procurado pelo Ratton, por quem elle se considerava offendido.

Ao avistál-o, Duque Estrada, sem proferir uma palavra e sem dizer tir-te, nem guar-te, num movimento impulsivo, toma de um chicote e accomette com ira o visitante. Este, imaginando um accesso de loucura, foge. O seu aggressor acompanha-o. Sahem á rua, ambos a correr, em pleno Catete, um fugindo, o outro a persegui-lo dando-lhe de rijo. Penetram numa casa, sahem e entram na mesma attitude e ambos no mesmo exercicio... até que, com intervenção de muitas pessoas, poude escapar e occultar-se Ratton.

No dia seguinte, incumbiu este dois amigos de que fossem ter com o Duque Estrada e em seu nome lhe pedissem explicação e satisfaçção daquelle facto incomprehensivel.

No desempenho da delicada missão, os dois

cavalheiros procuram o illustre parlamentar. Antes, porém, de poderem explicar o objecto da incumbencia, sómente ao proferirem o nome do Ratton, pergunta-lhes soffregamente o Duque Estrada:

— Onde está elle?!

— Aqui perto, na casa delle, aguardando a sua resposta.

— Eu lh'a vou dar pessoalmente...

E *in continenti* toma de novo do chicote e num impeto desce a correr as escadas, sahe á rua, vae direito a casa do Ratton, e ataca-o com gana, como na vespera. Este foge pelo interior da casa, percorre-a toda, sempre perseguido, sahe á rua... Repete-se, em summa, a mesma scena violenta e escandalosa do dia anterior e termina-se do mesmo modo.

O Ratton, desta vez, teve de ficar de cama.

Reuniu amigos communs, delle e do Duque Estrada, e pediu-lhes que deliberassem sobre o expediente que lhe cumpria tomar.

O conselho, depois de longa ponderação, resolveu que o que o Ratton tinha de melhor a fazer era... não fazer nada. Aquillo era por certo algum accesso de loucura, e não deveria ter outras consequencias.

Conformou-se o Ratton com esse laudo e applicou-se a tratar das contusões que lhe cobriam o corpo.

Abafada, embora, pela imprensa, por inter-

venção de amigos dos protagonistas dêste episodio, a noticia delle penetrou no Paço de S. Christovam. Decorridos oito dias, ordenava o imperador ao ministro da marinha que dêsse demissão ao Ratton.

— Mas, senhor...

— Um funcionario publico, como todo o cavalheiro, offendido em sua honra, deve desaffrontar-se sem demora.

Já se vê que o imperador não subscrevia, neste ponto, a doutrina do Evangelho.

GASTÃO FERREIRA DE GOUVÊA PIMENTEL BELLEZA. — Maranhense, nascido na cidade de S. Luiz, em 1829; filho de Miguel Ferreira de Gouvêa Pimentel.

Esplendido nome para provocar a indisposição do velho Cabral!

E quem sabe se não foi algum motivo dessa natureza que determinou a interrupção dos estudos do Gastão Belleza no Curso Jurídico de S. Paulo?

GUSTAVO JULIO PINTO PACCA. — Bahiano, nascido na cidade de S. Salvador, em 1832; filho de Manuel Joaquim Pinto Pacca.

Formou-se pela Academia de Direito de Olinda, tendo feito em S. Paulo sómente o 1.^º anno.

Depois de formado, veiu para o sul, e a

principio exerceu a advocacia, depois seguiu a carreira da magistratura.

Foi promotor publico, juiz municipal e juiz de direito em diversos termos e comarcas das provincias do Rio de Janeiro e de S. Paulo.

Casou-se em Rezende com D. Senhorinha de Azevedo Carneiro Maia e era pae do dr. Gustavo Pacca, formado em 1887, do sr. Oscar Pacca, thesoureiro da Caixa Economica, e sogro do dr. Adolpho Maia, formado em 1883. Falleceu na flor da edade.

JOÃO EVANGELISTA DE ALMEIDA. — Mineiro, nascido em S. João d'El-Rey, em 1830; filho de Francisco de Paula de Almeida Magalhães e irmão do dr. João Paulo de Almeida Magalhães, de quem adeante falaremos.

JOÃO BELISARIO SOARES DE SOUZA. — Fluminense, nascido em 1832; filho de Bernardo Belisario Soares de Souza.

Era bacharel pelo Collegio de D. Pedro II.

Irmão primogenito de Francisco Belisario, que tanto se illustrou na politica brazileira.

JOAQUIM BAPTISTA RODRIGUES DA SILVA. — Paulista, de Sorocaba, nascido em 1826; filho de João Baptista Rodrigues da Silva e irmão de Bernardo A. Rodrigues da Silva, mais moço que elle, porém seu veterano na Academia. Joa-

quim não atravessou a barreira do 3.^º anno, guardada em 1852 por Manuel Dias, Cabral e Chrispiniano.

Parece-nos que terminou o seu curso na Academia de Olinda.

JOÃO RODRIGUES DA FONSECA ROSA. — Paulista, nascido em 1830; filho de Manuel Rodrigues da Fonseca Rosa.

Não passou do 1.^º anno.

JOÃO CARLOS DE SOUZA FERREIRA. — Fluminense, nascido em 1831; filho de José Manuel Ferreira.

JOAQUIM HIPPOLITO EWERTON DE ALMEIDA. — Maranhense, nascido em 1832; filho de Joaquim Hippolito de Almeida.

Estudou em S. Paulo apenas o 1.^º anno.

JOAQUIM ANTONIO DE OLIVEIRA SEABRA. — Fluminense, nascido em Campos, em 1828; filho de Manuel Antonio de Oliveira e Souza.

Estatura regular, cheio de corpo, tez clara, louro, quasi imberbe. Temperamento jovial e expansivo.

Bacharel em letras pelo Collegio D. Pedro II. Bastante talentoso.

JOAQUIM CANDIDO DE FARIA LOBATO. — Mi-

neiro, nascido em 1828; filho de Candido de Faria Lobato.

JOSÉ VICENTE DE AZEREDO COUTINHO. — Fluminense, nascido em 1830; filho de Vicente de Azeredo Coutinho. Bacharel em letras pelo Collegio D. Pedro II.

Foi victimado no acto do 3.^o anno, em 1852, e alçou o vôo para Pernambuco.

JOSÉ MARIA VELHO DA SILVA. — Fluminense, nascido em 1834; filho do dr. José Maria Velho da Silva, medico e lente de Literatura no Collegio de D. Pedro II.

Altura regular, magro, moreno. Intelligencia mediana.

Fez na Europa os seus estudos secundarios e trazia uma carta de bacharel em letras pela Universidade de Pariz.

Cursou em S. Paulo sómente o 1.^o anno.

JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO. — Fluminense, nascido em 1831; filho do Marquez de Lages.

Bacharel do Collegio D. Pedro II. Cursou apenas o 1.^o anno.

LUIZ ANTONIO DA SILVA NUNES. — Rio-grandense, nascido em 1830; filho de Luiz Antonio da Silva. Bacharel do Collegio D. Pedro II. Es-

udou em S. Paulo até ao 4.^º anno e concluiu o curso na Academia de Olinda.

Foi advogado no Rio, presidente da Província do Espírito Santo e deputado geral pela mesma.

Era genro do Visconde de Maritiba.

JULIO AUGUSTO DA CUNHA GUIMARÃES. — Paulista, nascido em 1831; filho de José Joaquim Guimaraes.

Não passou do primeiro anno.

JULIO AMANDO DE CASTRO. — Fluminense, nascido em 1830; filho do brigadeiro Antonio Rodrigues Gabriel de Castro.

Trazia para a matricula no Curso Jurídico uma carta de bacharel em letras pelo Collegio D. Pedro II.

De pequena estatura, magro e fanado, tez entre entre-clara e morena, olhar ardente, quasi mberbe, apenas no sobrelabio ligeiro buço.

Temperamento excentrico: sobranceiro á opinião alheia, entretanto acanhado; no fundo, sceptico e zombeteiro.

Trajava mal e levava uma vida de bohemio.

Como estudante: grande talento, applicação nenhuma.

Couto de Magalhães qualifica-o de «Bocage Academico» e refere a respeito delle varias par-

ticularidades que justificam aquella antonomasia (¹), entre as quaes a extraordinaria facilidade de improvisar versos humoristicos e por vezes licenciosos, e bem assim o vezo de compôr satiras mordazes contra os que lhe cahiam no desagrado.

«Havia no seu modo de vida — diz o citado biographo — a manifestação clara do profundo desprezo em que elle tinha as coisas humanas. Seu trajar, suas palavras, seu trato individual, mostravam que na somma de sua vida não entravam os algarismos da soberba e do orgulho. Alguns estudantes designavam-no por «Diogenes», desde uma viagem que elle fez ao Rio, em que levava todos os seus trastes, moveis e roupa numa das algibeiras da casaca com que viajava: pôde-se por ahi aquilatar da quantidade.

Soffreu aqui em S. Paulo algumas deceções, entre outras a de levar um *R* num dos annos. Supportava-as, porém, com a impossibilidade de um verdadeiro philosopho e, na occasião em que ocorreu a sua reprovação, dizem que mandou convidar alguns amigos e, ao jantar, improvisou um canto inteiro de um poema satirico contra a Academia.»

(¹) COUTO DE MAGALHÃES. — *Traços biographicos sobre os poetas academicos*, no fasciculo de setembro de 1859 da revista *Exercícios Literarios* do Club Scientifico.

Talvez não desagrade ao leitor poder apre-
iar algumas amostras do estro humoristico de
Amando de Castro.

Estavam muito ao sabor da época os mottes
glosas.

Alguem propoz ao Amando o seguinte motte
ratalmente anti-feminista :

MOTTE

Todo o homem que é casado
Deve ter um pau no canto
Para benzer a mulher
Quando lhe der o quebranto.

O vate popular compoz de improviso a se-
guinte

GLOSA

Dos casados a união
Devêra ser santa e pura,
Ao homem trazer ventura,
Transportar-lhe o coração ;
Neste mundo de illusão,
Inconstante, desgraçado,
Já que pelo seu peccado
Tornou-se a mulher perversa,
Tem uma sorte diversa
Todo o homem que é casado.

Se a mulher tem genio máu,
Se tem o genio atrevido,
Não fará mal o marido
Em assistir-lhe de pau ;
Para isso um bacalhau
Dizem ser remedio santo :
De repente, e por encanto,
Fica a mulher com juizo.
E tambem, se fôr preciso,
Deve ter um pau no canto.

Se a mulher, como acontece,
 Toma conta do marido,
 Tudo então está perdido,
 É o homem quem padece ;
 Como um escravo obedece
 A tudo quanto ella quer.
 Mas o homem, se quizer
 Isto evitar sem trabalho,
 Deve ter um bom vergalho
 Para benzer a mulher.

Mulher ha, e tão esperta
 Que finge ter um ataque,
 E o seu marido basbaque
 Já fica de bocca aberta.
 Deste mal a cura certa
 Tens, marido, a cada canto.
 Não te pegues c' o algum santo
 E nem com Nossa Senhora :
 Pega num pau de vassoura,
 Quando lhe der o quebranto.

Com endereço ao conselheiro Josino do Nas-
 cimento, então presidente da província, e que era
 calvo e narigudo, improvisou o Amando o se-
 guinte epigramma, que fez sucesso :

De teus mui raros cabellos
 Eu nada digo de novo ;
 Pareces pinto pellado,
 Que ha pouco sahiu do ovo.

De cima do Corcovado
 Vê-se o Rio de Janeiro.
 De cima do teu nariz
 Pode vêr-se o mundo inteiro.

Outra composição delle, do tempo da sua
 puericia, quando alumno do Collegio de D. Pe-
 dro II, contra o respectivo reitor.

MOTTE

O reitor d'este collegio
Tem nariz de sacristão.

GLOSA

Se é dos cabras privilegio
Erudição muito vasta,
Desta regra não se afasta
O reitor d'este collegio.
E se não é sacrilegio
Pôr em motte a religião,
Direi por comparação,
Para acabar o retrato,
Que tem cara de beato,
Tem nariz de sacristão.

Morava o Amando, talvez por deficiencia de meios, no convento de S. Bento. Quando apparecia com alguma composição do genero em que elle primava, a saber, dessas mais que livres, dizia que lhe tinha sido inspirada pelas arcadas do claustro.

Refere, noutro logar (¹), Couto de Magalhães, que o mesmo poeta academico, num espectaculo de gala, no theatro, bateu palmas, e, no meio do pasmo geral, e logo depois das gargalhadas dos estudantes, seguidas de formidavel rôlo, poz-se a recitar conhecido soneto insultuoso á gente e aos costumes da antiga Paulicéa (²).

(¹) COUTO DE MAGALHÃES. — *Primeira viagem ao Araguaya*. Secção I.

(²) O celebre soneto-epigramma, de Pinheiro Guimarães Senior, o «Caixa d'oculos», formado em 1832, grande literato e um

«Não n'o poude concluir — prosegue o narrador — que lh'o não consentiu o berreiro de indignação que se levantou do coração á guela dos patriotas. O poeta, porém, salvou o pello e a pelle, pois os estudantes que haviam preparado a troça (que eram, aliás, paulistas) tiveram a previdencia de lhe acautelar retirada e esconderijo.»

Depois dêsse e de outros factos analogos, e com o firme proposito de «fazer vida nova», Júlio Amando de Castro emigrou para Olinda. E parece que, de facto, teve a necessaria energia para regenerar-se e que lá — foi outro homem, pois conseguiu bacharelar-se, e, de posse do seu pergaminho, ocupou cargos publicos nalgumas provincias do Norte.

Seguiu a carreira da magistratura. Estudou, impoz silencio á musa brincalhona e deu conveniente orientação ao seu bello talento.

É fallecido desde muitos annos.

dos fundadores do theatro academic o e da *Sociedade Philomatica*. Vide a nossa chronica relativa áquelle anno.

Ha quem attribua ao proprio Amando de Castro a auctoría desses versos. O equivoco é devido, provavelmente, ao escândalo provocado pela recitação delles num espetáculo de gala, segundo informa Couto de Magalhães.

Deste soneto, que suppomos inedito, e cujo texto completo não nos tem sido possivel obter da memoria de alguns homens antigos, conservamos apenas o primeiro quarteto:

Comendo içá, comendo cambuquira,
Passa a infeliz gente paulistana;
E esses a quem chamam caipira,
Que parecem não ser de especie humana...

MANUEL RIBEIRO DE ALMEIDA. — Fluminense, nascido em 1830; filho de Manuel Ribeiro de Almeida.

Era bacharel em letras pelo Collegio D. Pedro II.

Foi aprovado no 2.^º anno em 1851, mas não teve a mesma ventura no acto do 3.^º anno em 1852.

MANUEL FIRMINO PEREIRA JORGE. — Paulista, nascido em 1832; filho do dr. Firmino Pereira Jorge, formado em 1832.

Chegou até ao 4.^º anno. De então em diante, cursou a Faculdade de Olinda, pela qual se formou.

De volta a S. Paulo, abriu escriptorio de advocacia em Itú, onde foi chefe do partido conservador e gozou de grande prestigio político.

Era homem probo, cavalheiro estimável e advogado talentoso e conceituado.

Falleceu em 1882 ou 83.

PEDRO FORTES MARCONDES JOBIM. — Fluminense, nascido na capital do Imperio, em 1833; filho do dr. José Martins da Cruz Jobim, senador pela Província do Espírito Santo, e, por longos annos, director da Escola de Medicina, do Rio.

Era bacharel em letras pelo Collegio de D. Pedro II.

Era bastante intelligente e dotado antes de espirito que de sentimento religioso, pois era de uma religiosidade combativa.

Abandonou, logo depois do primeiro anno, o Curso Juridico de S. Paulo.

Passaremos agora á analyse, propriamente, da turma dos bachareis formados em 1854.

É o estudo que vamos fazer no capitulo seguinte.



CAPITULO VI

A turma academica de 1850-54

TERCEIRA PARTE

Viriato Catão. — Um assalto d'armas — Cartaz que faz barulho — «Dagoberto ou a sêde implacavel de sangue» — Fernandes Moreira — Queiroz Telles — Memoravel pleito eleitoral — Serviços ao progresso de S. Paulo — Espinhosa situação politica — Desenlace fatal — Candido de Andrade — Almeida e Souza — Dario Callado — Eduardo Callado — Felix da Cunha — Depoimento de um contemporaneo — Esboço menos summario — Suas produções literarias — Mais alguns dados complementares — Mariano Junior — Fernandes da Silva — Gama Cerqueira — Incidente com o Marquez de Paraná — Esboço biographico.



ANTONIO CARLOS CARNEIRO VIRIATO CATÃO. — Mineiro, nascido em 1830; filho de Olympio Carneiro Viriato Catão.

É um nome altisonante. Quadra bem ao portador.

Viriato Catão teria sido grande estudante, se houvesse tido espirito disciplinado e capaz de applicar-se a determinada tarefa.

As suas inclinações, porém, eram indomáveis, mas de breve duração.

Além disso, o conceito dos collegas pouco apreço lhe merecia. Eram gente pacata e pequena collectividade.

Tinha paixão pelo scenario, qualquer que fosse, contanto que em objectivo a numerosa assistencia; era sedento de acclamações, applausos da turba. Apparecer era-lhe preocupação constante. Fazia-lhe horror a sombra. À apathia e à indifferença preferia desapprovação e apupadas do publico.

Dotado de temperamento irrequieto, combativo, tomava parte saliente em todos os motins em que era envolvido, bem ou mal invocada a solidariedade academica. Assim tambem, não perdia occasião de exhibir-se em qualquer certamen, desporto ou espectaculo que estivesse em moda e ao qual affluisse a mocidade academica.

E quando de algum rôlo com *futrica* lhe resultava contusão, exhibia-a aos collegas como glorioso trophéu...

Um francez, mestre d'armas, mr. Perigout, appareceu em S. Paulo com o proposito de propagar a sua arte *animo lucrandi*. E como meio de incitamento organizou no vasto salão do pavimento superior da Academia um assalto d'armas, espectaculo esse que foi muito concorrido, especialmente pela estudantada.

Effectuaram-se alguns certamens, sobresa-hindo o de florete, entre o professor e o academico rio-grandense Henrique d'Avila, que mais tarde foi ministro e senador... porém, então, simples quartannista.

A este, que logo se fez admirar pela destreza e elegancia, deferiu toda a assistencia a palma da victoria. Pudera não!

Antes de terminado o espectaculo, apresentou-se extra-programma, prompto para bater-se a sabre com o antagonista que lhe acceitasse o cartel de desafio — o Viriato Catão !

Movimento sensacional em toda a assembleia.

Acóde, por fim, ao arrogante appello um adversario... Era um latagão, mas estudante de preparatorios. Já o Viriato Catão não apreciou essa circumstancia. Frente a frente, os athletas medem-se altaneiros com o olhar...

Cresce a emoção dos espectadores.

A lucta annuncia-se renhida.

Retiram-se por momento os dois campeões, para os devidos aprestos. Voltam logo, revestidos de mascaras de ferro e terrivelmente armados de enormes espadas... de páu com largos cópos de sola.

Nada mais natural que as laminas de páu, pois que o duello não era devéras e sim méra porfia desportiva. Todavia, o contraste entre a êmphase do desafio, a attitude theatral do Ca-

tão, o seu ar de mata-moivos e aquellas volumosas armas de mentira — provocou hilaridade geral.

E, assim, com desespero do Catão, foi essa a nota comica do espectaculo.

Estavam em moda, ou, antes, eram a febre, a mania da época, as composições dramaticas.

Alguns academicos haviam produzido dramas, comedias, monologos, que foram levados á scena; por exemplo, o Delamare e o Manuel Francisco Corrêa. Obras de fancaria, cujos auctores mais se preocupavam em apparecer logo do que em apparecer bem.

A cada passo e cada hora, ouvia-se que este estava escrevendo um drama sobre assumpto muito feliz, aquelle tinha quasi terminado um trabalho que deveria dar sorte, aquelle outro estava ensaiando em segredo composições de grande futuro.

Chegaram mesmo a lançar annuncios de proximas representações, entretendo e mystificando o publico. Entre estes, apareceu um que merece especial menção pelo espirito e felicidade e que o conselheiro Lafayette recorda sempre com muito gaudio.

Surgiu numa bella manhan, pregado em todas as esquinas, o seguinte cartaz, com os dizeres devidamente dispostos para chamar a attenção:

«Vae á scena proximamente

O DRAMA DE GRANDE APPARATO

de genial quinto-annista,
constando de 4 actos e 5 quadros,
intitulado

AS GLORIAS DE CAMPOS

OU

O PODER DA GOIABADA»

Effectivamente, além de ser a goiabada industria do municipio de Campos, acontecia que os estudantes campistas, ao chegarem a S. Paulo, vinham abarrotados de latas e caixelas déste doce, que consumiam com profusão e distribuiam aos amigos.

A colonia campista tomou em grosso a brincadeira, e, como era numerosa (25 ou 26 estudantes), e, portanto, com direito ao respeito, considerou-se melindrada em seu amor-proprio particularista e procurou desaffrontar-se castigando o sacrilego.

Felizmente, o espirituoso auctor da brincadeira soube esconder-se.

Continuava a grassar a epidemia dramaturgica.

Viriato Catão não era de animo a tolerar que outros se embarcassem em demanda da gloria ficando elle em terra.

Não tardou muito que fosse anunciado

prompto de enscenação um drama por elle composto, em tres actos, sob o titulo «Dagoberto» e o terrivel sub-titulo (sub-titulo era coisa indispensavel nesse tempo) «A sêde implacavel de sangue» (!!?)

No primeiro acto, ao subir do panno, a scena perfigurava uma noite de medonha tempestade: os relampagos esfusiavam numerosos, cahiam raios medonhos, o vento sibilava impetuoso e de momento a momento ribombava o trovão. Em mar encapelado sossobrára um navio e abafados chegavam os gritos longinquos dos naufragos clamando socorro.

No meio dêsse apparato aterrador, o protagonista declamava um monologo fóra de circunstancia, longo, frio...

Não se recorda o nosso informante nem do enredo, nem do desenlace do drama. Devia ser obra de carregação, pois não sobreviveu á primeira e unica representação.

Não obstante, no fim de cada acto, o auctor era chamado á scena e calorosamente victoriado. Ao finalizar o espectaculo, as acclamações tocaram ao delirio e passaram do recinto do theatro para a rua. Em prestito numeroso, o dramaturgo foi conduzido até sua casa, onde fez servir aos manifestantes cerveja á discreção.

Houve quem attribuisse aquellas ovações ao espirito de classe. Outros, mais maliciosos, olharam-nas como coisa encommendada.

Ao sahir da Academia, exerceu por algum tempo a promotoria publica de Baependy.

Foi deputado á Assembleia Provincial de Minas no biennio de 1856-57.

É fallecido ha muitos annos.

ANTONIO FERNANDES MOREIRA JUNIOR. — Mineiro, nascido em 1828 ; filho de pae de equal nome.

ANTONIO DE QUEIROZ TELLES JUNIOR. — Paulista, nascido em Jundiahy, a 16 de agosto de 1831 ; filho do coronel Antonio de Queiroz Telles, depois Barão de Jundiahy.

Estatura regular, moreno, olhos e cabellos pretos, pouca barba. Physionomia grave e sympathica ; expansivo, na intimidade.

Assignalou-se na Academia pelo talento e a applicação. Era, além disso, geralmente estimado pelos collegas, tanto pela rectidão de caracter como por sua natural affabilidade.

Ainda estudante, cursando então o seu quinto anno, o joven academico paulista contraiu matrimonio, a 13 de junho de 1854, em Itú, com D. Rita M'Boy Tibyriçá Piratininga, filha do abastado fazendeiro daquelle municipio João Tibyriçá Piratininga, da familia Almeida Prado.

Após a formatura, dedicou-se á advocacia no fôro de Itú, e no exercicio dessa profissão muito se assignalou.

Filiado por tradição de familia no partido

conservador, a elle se manteve fiel; fez-se activo e prestidigioso batalhador e nessa qualidade, pelo voto dos seus correligionarios politicos, teve ingresso na Assembleia Provincial de S. Paulo nos biennios de 1856-57, 1858-59 e 1860-61.

Desta ultima data a 1868, o dr. Queiroz Telles, com quanto activo partidario, esteve condenado «ao ostracismo», como então se dizia, para exprimir o dominio exclusivo do partido que se achava no poder e a posição precaria, politicamente falando, das parcialidades em oposição ao governo.

Com a quéda da situação *progressista* a 16 de julho de 1868 e a consequente dissolução da Camara dos Deputados, suscitaram-se varias candidaturas para as proximas eleições, e, naturalmente, foram lembrados os nomes dos principaes chefes e dos mais notaveis politicos do partido conservador.

Vigorava naquella epoca o systema de eleição por districtos de tres deputados.

Pelo primeiro districto eleitoral de S. Paulo eram indicados, em consequencia de compromissos que vinham de longe, os nomes de João Mendes, Rodrigo Silva e commendador Antonio Joaquim da Rosa ⁽¹⁾.

(1) Agraciado, mais tarde, com o titulo de Barão de Piratininga.

Era chefe politico no municipio de S. Roque e adjacencias, cidadão respeitabilissimo e fino cultor das letras.

Este ultimo era impugnado por importante fracção do partido dominante, afim de haver na chapa logar para o dr. Antonio de Queiroz Telles.

A divergencia foi ardente, mas a combinação official continuou a ser a primeira.

Orgulhosos dos merecimentos do seu candidato, os propugnadores da eleição do dr. Queiroz Telles, os seus parentes, amigos e admiradores, desenvolveram a favor della ardente cabala. O senador Fonseca, por exemplo, dirigindo-se pessoalmente a eleitores (¹) e chefes politicos da sua amizade, dizia-lhes:

— Venho pedir-lhes que honrem os seus votos, votando no meu cunhado, dr. Antonio de Queiroz Telles.

O resultado da eleição foi o que se devia esperar: o triumpho integral da chapa governista. *Plus ça change, plus c'est la même chose.*

O candidato dissidente alcançou honrosa votação, mas teve de contentar-se com a *victoria moral*.

Desgostoso por esse revez politico, o dr. Quei-

(¹) Convém lembrar que vigorava então o regimen da eleição indirecta, e que, portanto, o corpo eleitoral era muito diminuto. Basta dizer que não eram mais do que 30 os eleitores da capital, assim distribuidos: Freguezia da Sé, 17; de Santa Ephigenia, 10, e do Braz, 3. Não havia no municipio da capital mais que essas tres freguezias urbanas e seis rurais, que eram as seguintes: Penha, O' Guaruços, S. Bernardo, Juquery e Cutia, as quaes não contavam ao todo senão 22 eleitores.

roz Telles não mais se apresentou candidato aos suffragios populares, nem mesmo alguns annos depois, quando se lhe offerecia azado ensejo para fazer parte de uma lista triplice para senador por S. Paulo.

Entretanto, o seu retrahimento do scenario politico estava longe de significar desinteresse da causa publica e do progresso da sua província natal.

Por isso, logo que se aventou a ideia da construcção de uma estrada de ferro de Campinas a Mogy-mirim, á frente da sua execução viu-se logo o illustre paulista, como o paladino o mais esforçado e o mais ardente daquelle grandioso emprehendimento.

De então em deante, o dr. Queiroz Telles absorveu a sua intelligente actividade no serviço da nova empreza, que, organizada em sociedade anonyma, em boa hora o elegeu seu presidente.

Ainda hoje a colossal empreza ferro-viaria, que se denomina Companhia Mogyana e constitue o justo orgulho da iniciativa paulista, vota respeitoso culto ao seu primeiro presidente, reeleito successivamente em muitos periodos sociaes, como premio dos serviços relevantissimos que lhe prestou.

O dr. Queiroz Telles exerceu o cargo de presidente da Companhia Mogyana desde 1873 até 1886.

Nessa data, sobreveiu-lhe incompatibilidade,

legal, por ter sido, pelo ministerio Cotegipe, nomeado presidente de S. Paulo.

Grave e melindrosa a situação desta província naquelle periodo historico, vespera da queda da escravidão e ante-vespera da da monarchia. Duas revoluções se encaminhavam a passos accelerados: uma, ostensivamente, a revolução social e economica logo após homologada pela lei, a 13 de maio de 1888; outra, menos apparentemente mas também a passos largos, a revolução republicana, que teve triumphante desfecho a 15 de novembro de 1889.

Os pródromos de uma e outra dessas ideias-forças já começavam a concretizar-se em factos perturbadores da ordem constituida.

Consistiu a missão de Queiroz Telles (já antes Barão, então Visconde e pouco depois Conde de Parnahyba) em moderar a marcha accelerada do primeiro desses movimentos e em paralysar a do segundo.

Para o desempenho de ambas essas espinhosas tarefas, surgiam difficuldades no proprio seio do partido conservador, a começar pelo seu conspicuo chefe (¹), que acabava de declarar-se abo-

(¹) Era o conselheiro Antonio Prado, presidente da «União Conservadora», agremiação politica, vigorosamente constituída e que congregava as mais vivas forças do antigo e tradicional partido conservador. Em dissidencia a essa organização partidaria, havia a fracção conservadora «mendista», chefiada pelo dr. João Mendes de Almeida.

licionista, em memorável discurso no senado do imperio, e cujas ideias de extrema tolerânciia para com a evolução da democracia pura sempre foram muito conhecidas.

Nessa apertada collisão, fez quanto pôde o Conde de Parnahyba para conciliar a sua lealdade para com o governo do imperador com a solidariedade, de que não se queria desprender, que o ligava ao partido conservador paulista.

Quando lhe pareceu impossível esse acordo de deveres, insistiu por sua demissão e deixou o governo da província.

Sem embargo dos graves cuidados politicos aos quais acabamos de alludir, assignalou-se como fecunda em serviços ao progresso paulista a administração do Conde de Parnahyba.

Foi elle quem iniciou em grande escala o movimento immigrantista. Encarou com vistas largas esse momentoso problema e procurou resolvê-lo com arrojo tal, com tal coragem, que pareceram então temerários, mas que ulteriores acontecimentos vieram justificar.

De volta do Rio de Janeiro, de onde trazia incubado o germe fatal da febre amarela, que então grassava na capital do imperio, o benemerito paulista succumbia, sete dias depois, a 6 de maio de 1888, victimado pela implacável modestia. Deu-se o obito em Campinas; dahi, foi transportado o corpo para Jundiahy, onde ficou

sepultado, em meio do luto e da consternação geral.

O Conde de Parnahyba era irmão do Barão de Japy e sogro e tio do dr. Jorge Tibyriçá.

CANDIDO JOSÉ DE ANDRADE. — Paulista, nascido nesta capital, a 3 de dezembro de 1833; filho de Jeronymo José de Andrade.

Claro, alto, magro, cabello frizado, temperamento lymphatico.

Estudante applicado e de mediana intelligenzia.

Poucos mezes depois da formatura, foi nomeado promotor publico de Jacarehy, 1855; dois annos depois era juiz municipal do mesmo termo e em 1860 secretario de policia nesta capital. Nesse cargo se conservou até 1866, data essa em que deixou o funcionalismo publico para se entregar aos labores da imprensa jornalistica.

Foi então que, com a cooperação de seu irmão, José Maria de Andrade, e de Salvador de Mendonça, José Bonifacio e Bernardo Gavião, fundou, ou, antes, fez resurgir o notavel orgam da imprensa paulista, *O Ipiranga*, cujo nome lembrava glorioso patrimonio do partido liberal e as penas festejadas de Carrão e Gabriel.

O dr. Candido de Andrade foi deputado á Assembleia Provincial no biennio de 1868-69.

Findo o mandato legislativo e suspensa a publicação do *Ipiranga*, o dr. Candido de An-

drade retirou-se da actividade politica. Voltou, então, á magistratura, e foi nomeado juiz municipal de Pirassununga, cargo que exerceu com a maxima inteireza.

Abandonou, por fim, a vida publica e applicou-se á laboura, em fazenda de sua propriedade no municipio do Rio Claro, onde falleceu a 8 de janeiro de 1907.

Era pae do dr. Raul de Andrade, recem-formado pela nossa Faculdade de Direito.

CANDIDO XAVIER DE ALMEIDA E SOUZA. — Paulista, nascido em Santos, em 1827; filho de Candido Xavier de Carvalho.

Tez clara, estatura regular, corpulento.

Intelligenzia regular, pouca applicação.

Exerceu por algum tempo o emprego de ajudante de bibliothecario da Faculdade. Seguiu, depois, a magistratura, foi juiz municipal em S. Paulo, em 1857, e juiz de direito em Araraquara.

Casou-se com D. Brazilisa Ribeiro dos Santos, da familia Ribeiro dos Santos.

DARIO RAPHAEL CALLADO. — Nascido em Montevideu, em 1833 (¹); filho do general João Chrysostomo Callado.

Trazia, para matricular-se na Faculdade de

(¹) O Uruguay fazia então parte integrante do Brazil. Era a Provincia Cisplatina.

S. Paulo, carta de bacharel em letras pelo Collegio de D. Pedro II.

De estatura regular, moreno, imberbe.

Bom estudante, embora muito joven.

Ao sahir da Academia, foi successivamente promotor publico da comarca da Estrella, delegado de policia na Côrte, juiz de direito em 1860, chefe de policia de Minas no mesmo anno, do Rio Grande do Sul em 1861 e da Côrte em 1867.

No exercicio dêsse cargo desappareceu o dr. Callado, sem que se soubesse o seu destino.

Ficou a suspeita de haver perecido afogado, victima de um crime ou de accidente, «supondo-se ser delle, diz Sacramento Blacke, um cadaver que, quasi reduzido á ossada, foi descoberto na caixa d'agua de Santa Thereza, alguns mezes depois do seu desapparecimento, quando se procedia á lavagem da mesma caixa» (¹).

EDUARDO ALEIXO CALLADO. — Nascido igualmente em Montevideu, em 1832; filho do general João Chrysostomo Callado e irmão do precedente.

Era talentoso e contado entre os melhores estudantes do anno.

Seguiu a carreira diplomatica.

Começou como addido á legação do Brazil na Venezuela, em 1856; foi removido para Londres em 1857 e para Paris em 1859, e de novo

(¹) SACRAMENTO BLACKE, *Diccionario Bibliographico Brazileiro*.

para Londres em 1862. De então em deante, foi promovido a cargos de categoria superior, chegando ao de ministro plenipotenciario, que exerceu em diversos paizes da America do Sul, até que requereu sua disponibilidade e aposentadoria.

É fallecido ha poucos annos.

FELIX XAVIER DA CUNHA. — Rio-grandense, nascido em 16 de setembro de 1833; filho do brigadeiro Francisco Xavier da Cunha.

Uma das mais brilhantes mentalidades cuja trajectoria tem illuminado as arcadas da Academia de S. Paulo.

Procurando, no testemunho dos contemporaneos de Felix da Cunha, a confirmação circunstanciada da tradição que ainda hoje se perpetua do seu extraordinario talento, recebemos de um delles a seguinte resposta que desejáramos fosse menos summaria :

«De Felix da Cunha, por exemplo, que dizer, senão proclaimál-o talento de primeira agua ?

Era de faculdades bem equilibradas, sem angulos, e, portanto, difficil de ser estudado.

Dos seus discursos e escriptos pouco me ficou além do conceito.»

Felizmente, para preencher a lacuna, depôs-nos interessante esboço traçado por Sim-

plicio de Salles, (¹) ainda na quadra academica de Felix da Cunha, documento, por isso mesmo, tanto mais precioso.

Ei-lo :

«Felix é uma creança (²). Physionomia de creança, voz aguda e sonora de creança, imaginação povoada de sonhos brilhantes; entusiasta da belleza na mulher, na politica, na historia, na morte. É uma creança que supre talvez a justeza do raciocinio pela belleza da expressão.

É uma creança, mas que tem roubado o somno a algum Themistocles, que nelle vê o ornamento futuro de alguma crença talvez nova, que elle fará surgir, ou talvez velha, que elle resuscitará.

Felix é de uma figura attractiva que obriga a amá-lo a quem o vê pela primeira vez; todo o orgulho do talento e a ousadia do reconhecimento do proprio merito.

Ama o povo pela belleza da democracia: amaria o throno, se nelle se assentasse uma formosa rainha.

Algum dia, entre as turbas populares, ouvindo com respeitoso silencio, novo tribuno convidará a plebe ao assalto do throno. Em um dia

(¹) De Antonio Simplicio de Salles, formado em 1855, nos occupámos na nossa chronica do referido anno, insorta na terceira série, já editada em livro, destas *Tradições e Reminiscencias*. O trabalho do Simplicio, a que nos referimos, tem por titulo *Perfis Academicos* e foi publicado em 1854. O extracto, que damos no texto, encontrámos no *Parnaso Academicico*, de Paulo do Valle.

(²) Tinha, então, pouco mais de vinte annos.

de effervescencia proporá a decapitação do tyranno ou reprehenderá ao povo pasmado de sua coragem e insolencia o sangue que derramou, as victimas que precipitou na morte.

Ama com excesso. Este orgulho que tem talento, que tem coragem, que tem dignidade em gráu elevado, parece fazê-lo notavel; abraça o amigo, curva-se ante elle e beija-lhe as plantas com o respeito com que o calabrez beija a barra do vestido da sua Madona.

Ama o povo e sua soberania: saúda as multidões em revolta, detesta o despotismo. Ama tambem o Oriente, as fadas, as sultanas e o serralho. Inveja ao grão senhor a posse das suas huris. Quizera, como este, atirar-lhes o branco lenço, pomo da discordia feminina.

Algum dia será, como Lamennais, o propheta do futuro, ou, como Spinoza, as esperanças da Synagoga.

Ambição immensa, talento brilhante, coração elevado, orgulho.»

Felix da Cunha fulgiu como estrella de primeira grandeza, quer como estudante de Direito, nas aulas, quer como poeta, jornalista e orador, nas associações literarias e nas revistas academicas que então se publicavam (¹).

(¹) Assidua collaboração dello se encontra nos «Ensaios», do *Athenaeu Paulistano*, e no *Acayaba*, que viu a luz da publicidade de 1851 a 1854. Desses revistas encontram-se collecções, infelizmente truncadas, na bibliotheca da Faculdade.

Na *Revista Literaria do Ensaio Philosophico* deu elle inserção a um bellissimo trabalho literario do qual não resistimos á tentação de trazer para aqui um breve trecho, para que os nossos leitores apreciem o estro inspirado e mäsculo do poeta e o seu apaixonado culto á liberdade.

É um canto ardente dedicado ao «Sete de Setembro» :

Brazil, de teus irmãos prantêa os vôos
Sopeados pelas roscas das algemas ;
E ao laurel popular fermeia um goivo,
Que o luto exprima em funeraes emblemas !
Aprendi no epitaphio dêsses tumulos
Ao santuario incensar da liberdade —
Fanal de Deus — que aclarando o abysmo,
Da patria salva a mão da tempestade,
Aprende nas lições que a historia escreve,
Nos pergaminhos reaes com sceptros rôtos,
Que o povo e Deus sómente assim serão
Dos mares do poryir os dois pilotos.
Sim, que o genio de Deus erguendo o globo,
Ninguem, em vez de Deus, o globo adora.
E se o genio do povo é que ergue os reis,
Porque, em vez delle, os reis amaes agora ?

.....
Morre — e quando entre as angustias a tua alma
Erguer-se em leve adejo á eternidade,
Teus vingadores surgirão das cinzas
Bradando : Viva ! viva a liberdade ! . . . »

Concluido o seu curso academico, voltou Felix da Cunha á sua província natal e abriu scriptorio de advocacia em Porto Alegre, onde tambem collaborou na imprensa politica pugnando ardemente pelas ideias liberaes.

Foi eleito deputado á Assembleia Provincial para o biennio de 1856-57 e á Assembleia Geral á decima primeira legislatura (1861-64).

A sua popularidade crescente havia-o já collocado na suprema direcção do partido liberal quando veiu surprehendê-lo a morte, ainda no vigor da edade. Falleceu em Porto Alegre a 21 de fevereiro de 1865.

Era irmão de Francisco Cunha, exímio jornalista, ex-redactor da *Republica*, ex-ministro do Brazil em Montevideu e actualmente consul geral em Génova.

FRANCISCO CARLOS MARIANO JUNIOR. — Paraense, nascido em 1829; filho de Francisco Carlos Mariano.

Estudou o terceiro e o quarto annos em Pernambuco.

Exerceu cargos de magistratura na Província do Amazonas.

FRANCISCO FERNANDES DA SILVA. — Paulista, nascido em 1825; filho de José Fernandes da Silva.

Pouco vestigio deixou a sua passagem pela Academia.

Depois de formado, exerceu a promotoria publica no Paraná, em 1855, e o juizado municipal em 1856.

Falleceu prematuramente, em 1862.

FRANCISCO JANUARIO DA GAMA CERQUEIRA (¹). — Mineiro, nascido em S. João d'El-Rey, a 3 de janeiro de 1827; filho de Januario Francisco de Jesus Cerqueira e de D. Maria Carlota da Gama.

Alto, magro, moreno, olhos e cabellos pretos.

Chegou a S. Paulo em 1848, com 21 para 22 annos.

Havia já exercido emprego de fazenda na thesouraria de Minas Geraes, e ahi, em Ouro Preto, tivera desavença com o commandante da guarda nacional, que o queria obrigar a serviços daquelle milicia, em consequencia do que resol-veu ausentar-se da capital mineira e vir a S. Paulo conquistar um pergaminho de bacharel em Direito.

Da Ordem Benedictina obteve, como era fre-quente naquelle tempo, hospitalidade no respe-tivo convento e nelle habitou durante quasi todo o seu curso academico.

Terminados os estudos preparatorios, matri-culou-se, em 1850, no curso superior.

Foi estudante distinctissimo. Sua intelligen-cia de fino quilate recommendava-se mais pela rectidão do juizo que pela abundancia de ideias: criterio são e reflexão paciente.

Os seus conceitos tinham sempre uma justa medida no fundo e na forma. Submettia-os a tão rigorosa disciplina, que, mesmo na maior intimi-

(¹) Até ao seu quarto anno assignava-se sómente «Francisco Januario de Cerqueira».

dade, não deixava sahir uma phrase sem que a julgasse sufficientemente castigada.

Trabalhador assiduo, e, sobretudo, methodico, logrou uma consideração geral, não só por parte dos collegas, como dos mestres e do director da Academia. Por mais de uma vez, ainda estudante, foi convidado para examinador na banca de historia e solicitado para escrever artigos de polemica para o jornalismo liberal.

Antes de se formar, contratou casamento em distincta familia desta capital e realizou o enlace logo após a collação do gráu.

No Rio de Janeiro, para onde seguiu, foi apresentado ao Marquez de Paraná, então presidente do conselho e ministro da fazenda, pelo Visconde de Condeixa, particular amigo do Marquez.

O grande estadista brasileiro, que tinha, como Napoleão, o dom peculiar de conhecer ou de adivinhar os homens, teve a intuição segura de que estava deante delle um moço aproveitavel.

Interessando-se logo pelo novo bacharel, mostrou-lhe uma relação de empregos de fazenda, então vagos, para que escolhesse um. Respondeu-lhe o pretendente — que nenhum lhe agradava. Offereceu-lhe então Paraná alguns logares de secretarios do governo, que tambem estavam por preencher-se, e, como Gama Cerqueira parecesse mediocremente seduzido pelo convite, agastou-se o presidente do conselho e disse-lhe:

— Pois são estes os unicos empregos vagos, que lhe posso offerecer.

Accrescentou, gracejando:

— Ha ainda um outro, que ponho tambem á sua disposição: é esta pasta! Será para mim um grande favor, se o senhor a quizer acceitar e o imperador annuir á substituição.

Desculpou-se, confuso com a facécia, o Gama Cerqueira, e declarou que acceitaria o logar de secretario da Provincia do Paraná.

Foi «incontinenti» nomeado ⁽¹⁾.

(¹) A respeito dêsse episodio, que nos foi comunicado por pessoa fidedigna e muito affeiçoadâ ao conselheiro Gama Cerqueira, recebemos, contestando a sua veracidade, interessante, bem escrita e bem sentida missiva do seu illustre filho e nosso estimavel collega dr. L. B. da Gama Cerqueira, lente cathedratico da Faculdade de Direito. Em homenagem á sua palavra e ao nobilissimo sentimento que a inspira, damos integral agasalho á mencionada rectificação, aliás preciosa, ainda como fonte de outras informações.

Em-a:

«Collega e amigo Dr. Almeida Nogueira.

Com as minhas affectuosas saudações, muitos votos pelo seu bem estar.

A iniciar, no *Estado de S. Paulo*, a publicação das suas apreciadas *Tradições e Reminiscencias da Academia de S. Paulo*, avisou o illustre collega que acolheria com apreço qualquer rectificação ou informe, no intuito de imprimir ao seu valioso trabalho maior interesse e fidelidade historica.

É acudindo a esse appello que venho trazer-lhe ligeira corrigenda a um ponto das notas biographicas de hontem, relativas ao Conselheiro Gama Cerqueira, meu saudoso Pae.

A par de conceitos muito gratos á minha piedade filial (embora justissimos), ha um episodio que posso garantir-lhe não ser authentico: o da entrevista com o Marquez de Paraná, em que este, agastado, offerecera a meu Pae a pasta que occupava.

Ouvi, mais de uma vez, a meu Pae, em palestras de familia, a narração dêsse trecho do sua vida, e elle, sempre meticulosamente

Pouco tempo depois, era promovido a presidente de Goyaz.

Dêsse cargo, em 1859, foi removido para a presidencia da Provincia do Amazonas.

Voltou depois ao Rio de Janeiro e foi utilissado como auxiliar de gabinete nas secretarias do imperio e da justiça, prestando nesse cargo os mais relevantes serviços.

Em tres legislaturas consecutivas representou como deputado á Assembleia Geral a Provincia de Minas, a saber, nas de 1861-63, 1869-72 e na de 1877, dissolvida no anno seguinte pelo ministerio Sinimbú.

verdadeiro, nunca se referiu a tal facto. Coisa bem diversa foi o que sempre nos contou.

O Visconde de Condeixa, excellente e nobre amigo de meu Pae, pedira e obtivera para elle a presidencia de uma das provincias do Norte.

Apresentado ao Marquez de Paraná, escusou-se meu Pae, alegando falta de preparo e tirocinio dos negocios publicos indispensaveis para exercer condignamente o cargo e corresponder á confiança do Governo, não desejando, outrossim, que sua collocação fornecesse aos adversarios pretexto para censura ao seu partido; e declarou preferir commissão mais modesta e ao alcance de suas habilitações.

Foi-lhe então offerecido o logar de Procurador Fiscal da Provincia do Paraná, que aceitou, sendo immediatamente nomeado.

Exerceu-o por algum tempo, voltando a S. Paulo, a realizar o casamento já ajustado, e no regresso foi nomeado Secretario do Governo daquella Provincia.

Amparado pelo interesse da verdade historica, o meu legitimo interesse pessoal na rectificação pedida já se traiu á perspicacia do prezado collega.

Na memoria querida e venerada do chefe da familia, a mais leve sombra afflige, como se, em gemma preciosa, que constituisse toda a nossa fortuna, descobrissemos, de repente, indiscreta jaça.

E a quem lêr o episodio contestado (que, aliás, já ouvi contar

A 15 de fevereiro de 1877, foi chamado a fazer parte do gabinete Caxias, sendo-lhe dada a pasta da justiça.

Ao descer do governo, estabeleceu no Rio escriptorio de advocacia.

Pareceu-lhe, porém, que a exploração da cultura de café seria o meio de reparar o profundo golpe sofrido por sua fortuna durante os poucos meses em que tivera assento nos conselhos da Corôa. Comprou em Pirapetinga (Minas) uma fazenda que só tinha boa apparencia; a terra vegetal não passava de um lençol fino estendido sobre areia. O cafezal pouco durava e

figurando diversos outros pretendentes), poderá parecer que o Gama Cerqueira de então era pelo menos, um tanto *presumpcoso* e punha certo exagero no aquilatar os proprios mrecimentos... — coisa sem duvida desculpavel em um bacharel recento. Seria, porem, injustiça; pois tenho por certo que a nota caracteristica de toda a sua vida foi sempre a modestia, por vezes excessiva, e a tendencia antes para duvidar do que para presumir demais do proprio valor; o que, concorrendo com uma flexivel e meticulosa severidade em assumptos de convicção e de probidade, e com um grande despreendimento de posições e interesses pecuniarios, explica, para mim, o não ter feito carreira mais brilhante na vida publica esse de quem disse o illustre José Pedro Xavier da Veiga (*Ephemérides Mineiras*, vol. II, pag. 66) «... era um homem quasi sem defeitos».

Censure-me a immodestia da transcripção quem não sentiu ainda a saudade e a ausencia de um Pae extremoso. E o prezado collega, relevando-me o precioso tempo que lhe tomei, deixe-me reiterar aqui a segurança do alto apreço e da sincera estima com que me subscreveo

Collega, admirador att.^o e obg.^o
L. B. Gama Cerqueira

S. Paulo, 10 de agosto de 1908.

pouco produzia. A sua decadência começou e foi successiva até exauril-o.

Gama Cerqueira voltou a advogar. Abriu escriptorio em S. José d'Além Parahyba. Foi atacado de uma paralysia das pernas, devida a ataxia, e, quiçá, motivada pelas suas contrariedades financeiras.

Dessa enfermidade succumbiu a 13 de abril de 1888.



CAPITULO VII

A turma academica de 1850-54

PARTE QUARTA

Francisco Guimarães — Moreira da Rocha — Oraculo ás avesas — Indignação serodia — Seu temperamento — Qual Cousin nem pera-Cousin!... — Francisco de Barros — Uma «gaffe» de Julio Ribeiro — Costa Bueno — Costa Ferreira — João Paulo — Joaquim de Assis — Medina Celi — Getulio Machado — José Joaquim do Carmo — José Luciano — Sá e Benevides — Dois versinhos por um charuto — Por Séca e Mecca — De novo na Academia — Peludos e pellados — Discussão com o imperador — Na Assembleia Provincial de S. Paulo — Um «aparto» do padre Valladão — Aversão ás facecias — Proposta original — Testemunha insinuada — Jornalista e auctor didactico — Dados complementares — Wenceslau da Cruz — Meteóros que desaparecem — O reverso da medalha — Seu breve tirocinio — Julio Alvim.



FRANCISCO LEITE RIBEIRO GUIMARÃES. — Mineiro, nascido em 1831; filho de José Bento Ferreira da Silva Guimarães.

Alto e volumoso, a tal ponto que era conhecido na Academia pelo augmentativo *Chicão*. Conservou sempre esse appellido, antecedido, depois da formatura — pela designação do gráu. *Dr. Chicão* — era como toda a gente lhe chamava.

Em nada mais, quanto aos predicados physicos, se avantajava, além da estatura, pois tinha pouca barba, tez clara, pés pequenos, mãos pequenas, tudo o mais pequeno.

Quanto ao intellecto, classificava-se entre os regulares; e, na applicação, entre os — menos que regulares.

Dedicou-se ao commercio e teve casa de commissões de café, á Rua Municipal, no Rio, onde residia numa bella chacara, á Rua do Conde de Bomfim. Mais tarde fez-se fazendeiro de café no Oeste paulista, e foi proprietario da grande fazenda *A Paulicéa*, de Santa Ritta do Passa Quatro.

É fallecido ha cerca de quatorze annos.

Era irmão dos commendadores José Bento e Custodio Guimarães, de Barra Mansa, e cunhado do Visconde de Araxá.

FRANCISCO MOREIRA DA ROCHA. — Mineiro, de S. João d'El-Rey; filho de José Moreira da Rocha.

Não pertencia ao grupo dos notaveis. Tinha, todavia, tal constituição psychologica que está a reclamar algumas linhas a mais na presente chronica.

Raciocinava com logica, sufficiente clareza e desenvolvimento; as conclusões, porém, eram indefectivelmente cerebrinas. Como que o mundo objectivo se comprazia em lhe apresentar sem

pre um aspecto illusorio das coisas, de modo a fazê-l-o chegar a resultado opposto á verdade.

Os seus amigos consideravam-no uma preciosidade, quando se achavam em lances difficeis ou em qualquer complicaçāo. Ouvir o parecer de Moreira era encontrar a chave para a melhor solução, tomando-se o caminho opposto ao indicado por elle.

Era um oraculo contraproducente.

Elle mesmo chēgou a acreditar que tinha a razão pelo avesso. Um collega a quem se queixava de um insucesso extranhou que elle não se prevalettesse dessa tortuosidade mental, de que tanta gente tirava proveito.

— Já experimentei — respondeu elle — mas, infelizmente, fôra essa a unica vez em que eu tinha acertado na conclusão.

Tinha a sensibilidade moral muito retardaria. Qualquer insinuaçāo ou phrase de apparen-
cia molestante em direcção a elle, passava incó-
lume; mas, antes do sonno, perpassando na me-
moria os acontecimentos do dia, encontrava o
veneno que havia inconscientemente ingerido. O
cerebro inflammava-se-lhe então e ia engrossando
gradativamente a gravidade do caso e dando a
um dicto insignificante as proporções de injuria
imperdoavel. Parallelamente, o projecto de desa-
fronta ia crescendo de energia. E ai do protago-
nista que elle encontrasse pela manhan seguinte!

Tinha bastante talento musical, ouvido fino e gosto apurado. Cultivava a arte com assiduidade e vantagem correspondente.

Era muito jovial, e numa roda de familiares entretinha constante hilaridade. Sobejava-lhe espirito, mas o effeito comico da sua palestra resultava, sobretudo, da extravagancia ou do inesperado das suas lembranças.

Um collega e amigo do Moreira da Rocha nos communicou a respeito delle a seguinte anedota, que damos literalmente reproduzida :

«Chegámos a S. Paulo em 1849 e formámos na Rua do Quartel uma republica de *bichos*, todos mineiros e de S. João d'El-Rey.

A esse tempo, na Academia, o entusiasmo pela philosophia eclectica estava no apogeu. Cousin, o chefe da escola em França, era havido por uma sorte de propheta; os seus assertos consideravam-se axiomas, e bastava adduzir o seu sentimento para pôr termo á mais acalorada discussão.

Continuava ainda em S. Paulo um mineiro que se bacharelára, e, se não me engano, também se doutorára no anno anterior. (¹).

Era uma intelligencia robusta e bem abastecido de conhecimentos. Attribuiam-lhe aprofundado

(¹) Não, não se doutorou a pessoa a quem allude o nosso informante e cujo nome adeante declina.

dados estudos de *philosophia* e davam-no como apaixonado secretario do *cousinismo*. De sua opulencia nessa especialidade dera testemunho cabal num concurso em que se inscrevera para tirar a cadeira de *philosophia* do Lyceu de Taubaté, deixando os outros concorrentes a grande distancia na retaguarda. Os aplausos que o acclamaram tiveram éco muito além das raias paulistanas.

Falo do dr. João Ribeiro Mendes, producto de cruzamento de raças e cuja reputação de notável deve perdurar ahi (¹).

Não se faziam precisos tantos elementos para suggestionar o espirito eminentemente receptivo do Francisco Moreira, que para logo sentiu o peso de um prestigio dominador. A cada passo trazia um dicto, um pensamento, ás vezes banal, do Mendes, e repetia-o com tanto maior admiração quanto menos o comprehendia. Era uma verdadeira idolatria.

Numa palestra de estudantes, um *veterano*, fazendo a apologia do Mendes com muito encarrecimento, atirou este conceito :

— Elle está tão profundamente inteirado do Cousinismo que, se o proprio Cousin o exami-

(¹) Foi, effectivamente, um dos primeiros estudantes da turma que teve formatura em 1848. Delle se occupa a elegante collaboração do Barão de Paranapiacuba na Terceira série destas *Tradições e Reminiscências*.

nasse, teria de reconhecer no Mendes um digno competidor.

— V. está enganado — observou um collega — Quem escreve e fala para o grande publico tem necessidade de uma provisão demasiada de conhecimentos, de que sómente gasta uma parcella, deixando armazenada a maior parte. Não seria, portanto, difficult a Cousin demonstrar a insufficiencia do Mendes.

Moreira encheria nesse conceito um desacato, um sacrilegio, e, não admittindo que o seu idolo pudesse perder a primazia, mesmo em favor de uma summidade scientifica, salta em defesa delle com estas palavras :

— «Qual Cousin, nem pera-Cousin ! Para arguir e espichar o Mendes, — sómente N. S. Jesus Christo !...»

Moreira da Rocha advogou pouco tempo. Tambem por pouco tempo exerceu a magistratura, como juiz municipal na Provincia do Rio. Não tinha boa emboccadura para o foro.

Dedicou-se ao magisterio particular, no que applicou a maior parte da sua vida, aliás com mediocre successo.

Falleceu em 1890.

FRANCISCO XAVIER PAES DE BARROS. — Paulista, nascido em Sorocaba, em 1831; filho de Francisco Xavier de Barros.

De estatura regular, louro, claro, quasi imberbe.

Cursou em Olinda o segundo anno, em 1852, e os mais na nossa Academia. Teve sempre aprovação plena.

Por seu trato affavel, temperamento comunicativo, era estimado de todos os collegas.

Depois de formado, não fez uso profissional do gráu. Dedicou-se á vida de lavrador e nella formou fortuna.

Casou-se em segundas nupcias com a viuva do Barão de Itapetininga, tornando-se então um dos mais abastados capitalistas de S. Paulo.

É agraciado com o titulo de Barão de Tatuhy.

O seu titulo nobiliarchico e a sua grande fortuna não alteraram em nada os habitos singelos e a simplicidade de trato do dr. Francisco de Barros.

Esse facto, muito honroso para o Barão de Tatuhy, deu logar ao seguinte incidente que nos foi referido por pessoa conceituosa.

Era seu amigo e velho camarada o insigne philologo Julio Ribeiro.

Entretanto, os dois amigos tinham-se, desde alguns annos, perdido de vista.

Encontrando-se uma vez em viagem de estrada de ferro, travaram palestra, tratando-se reciprocamente com a antiga familiaridade.

Cahiu a conversa sobre o Barão de Tatuhy,

a cujo respeito o Julio Ribeiro externou alguns conceitos desfavoraveis.

— Mas, Julio, V. não tem razão — dizia-lhe o dr. Francisco de Barros — e explicava os factos arguidos.

— Qual! Chiquinho de Barros — insistia o Julio — V. é muito bom e julga os outros por si, aliás, não tomaria a defesa dêsse Barão de Tatuhy, que se casou por ambição...

— E como não defendê-lo, se o Barão de Tatuhy sou eu?

— É V.?!

— Eu mesmo.

— Então, perdôe-me. A minha *gaffe* não tem concerto possivel.

E emmudeceu. Logo depois, para tomar uma compostura, abriu um livro, e poz-se a lê-lo, ou a fingir que o lia.

Julio Ribeiro costumava, elle mesmo, referir esse caso. Revelava-se contrariado com o dezozo que tivera, porque se antipathisára, sem o conhecer, com o Barão de Tatuhy, sempre fôra muito amigo do Chiquinho de Barros.

JOÃO ANTONIO DA COSTA BUENO. — Mineiro, nascido em 1830; filho de Francisco de Paula Bueno da Costa. Teve breve existencia.

Foi juiz municipal nos termos de Macahé e da Barra de S. João, na Provincia do Rio de Janeiro.

Falleceu a 9 de maio de 1862.

JOSÉ FELICIANO DA COSTA FERREIRA. — Pernambucano (¹), nascido em 1828; filho do brigadeiro João Feliciano da Costa Ferreira.

Não se assinalou como estudante. Juiz municipal de Sorocaba em 1856. Findo o seu primeiro quatriennio, foi reconduzido, conservando-se, portanto, nesse termo até 1864.

De então em deante, faltam-nos informações a seu respeito.

JOÃO LUIZ DE AVILA. — Fluminense; filho de Luiz de Avila.

Fez parte do curso em Olinda.

Escasseiam-nos dados a seu respeito.

JOÃO PAULO DE ALMEIDA MAGALHÃES. — Mineiro, natural de S. João d'El-Rey; filho de Francisco de Paula Almeida Magalhães.

Alto, moreno, cabelludo, olhos grandes e salientes, temperamento bilioso, fala muito apressada. Bastante intelligente e regularmente estudioso.

Fez em Olinda o primeiro e o segundo annos. Ao sahir da Academia, abriu escriptorio de

(¹) O termo de matricula no primeiro anno menciona a naturalidade — Pernambuco; e a relação oficial dos bachareis formados em 1854 dá-o como natural de S. Paulo.

Neste e no caso antecedente, preferimos o testemunho do termo da matricula.

advogado na cidade de Parahyba do Sul, e ahi permaneceu por longos annos.

Mudou-se, depois, para o Rio de Janeiro, e teve casa de commissões de café, a principio como socio da firma Miranda Jordão & Comp., depois em seu nome individual.

A sua casa, na Rua de S. Bento, angariou vasta freguezia de fazendeiros de Minas, do Rio de Janeiro e do nordéste de S. Paulo.

Para melhor consolidar a confiança dos seus committentes e ao mesmo tempo certificar-se da situação economica de cada um, o dr. João Paulo, por vezes, visitava-os nas proprias fazendas e ia comer com elles «uma leitôa de espeto», como lhes dizia ao annunciar o passeio.

Em politica, passou pela seguinte evolução: liberal, radical, e, por fim, republicano.

Falleceu em 1907, em Nova Friburgo.

Era irmão do dr. Gabriel de Magalhães (familiarmente Bié), que se formou em 1855 e foi deputado geral por Minas.

JOAQUIM JOSÉ DE ASSIS. — Mineiro, nascido a 17 de janeiro de 1830; filho de Francisco Alves de Assis.

Estatura regular, magrinho, moreno claro, pouca barba.

Fez toda a sua carreira publica na Província do Pará, onde se casou, e tornou-se grande proprietario na ilha de Marajó.

Para lá foi nomeado secretario do governo, depois procurador fiscal em 1857, e, mais tarde, director da instrucção publica.

Dedicou-se, posteriormente, ao jornalismo, e, por serviços prestados na imprensa á situação *progressista*, foi-lhe dada uma cadeira de deputado á Assembleia Geral pela Provincia de Matto Grosso, á decima terceira legislatura (1867-68).

Falleceu a 5 de julho de 1889.

JOAQUIM MEDINA CELI. — Paulista, nascido em 1828; filho de paes de igual nome e descendente de nobre familia hespanhola ou arabe.

Alto, magro, moreno, meio zarolho.

Intelligenzia regular e pouca applicação.

Foi advogado em Barra Mansa.

JOSÉ ANTONIO GETULIO DE ALMEIDA MACHADO. — Mineiro, nascido em 1826; filho de Henrique Manuel de Almeida.

Depois de formado deixou-se ficar em S. Paulo, e abriu nesta cidade escriptorio de advocacia, á Rua da Bôa-Vista, onde tambem residia.

Exerceu por algum tempo o cargo de curador dos africanos livres, nesta capital.

Foi-lhe attribuida a auctoria de uma denuncia em carta anonyma, que deu logar ao processo de um academico. A imputação pareceu verosimil porque o Getulio Machado era muito protegido em sua advocacia pelo Furtado, e este,

no desempenho das funcções de delegado, desenvolveu ardente afan em perseguir o denunciado.

Parecia que a tal carta, aliás calumniosa, que figurou nos autos, era sermão encommendado pela propria delegacia.

O dr. Getulio Machado foi eleito deputado-supplente á Assembleia Provincial, no biennio de 1860-61, e tomou assento no segundo anno da legislatura.

JOSÉ JOAQUIM DO CARMO. — Fluminense, nascido na cidade do Rio de Janeiro em 1835; filho de pae de igual nome.

Estatura regular, claro, magro, physionomia sympathica.

Logo que se formou, abriu no Rio escriptorio de advocacia e envolveu-se nas luctas da politica, collaborando activamente na imprensa partidaria.

Presidente do Paraná de 7 de março de 1864 a 18 de novembro do mesmo anno; da Provincia do Espírito Santo, de 8 de janeiro de 1865 a 28 de agosto do mesmo anno; da do Pará, de 18 de março de 1878 a 7 de abril de 1879.

Deputado á Assembleia Provincial do Rio de Janeiro em varias legislaturas.

Reitor do externato do Collegio de D. Pedro II, e professor de historia universal no mesmo.

JOSÉ LUCIANO DA SILVA BARBOSA. — Paulis-

ta, nascido em Santos em 1832; filho de José Antonio da Silva Barbosa.

Alto, cheio de corpo, moreno pallido, pouca barba.

Intelligenzia mediana e mediana applicaçao.

Exerceu a principio cargos de magistratura, nesta provincia; depois, cargos administrativos, na repartição fiscal.

É fallecido desde muitos annos.

JOSÉ MARIA CORRÊA DE SÁ BENEVIDES.— Fluminense, nascido em Campos, a 7 de junho de 1833; filho do gentilhomem da imperial Camara, José Maria Corrêa de Sá, descendente de Estacio de Sá, fundador do Rio de Janeiro.

Alto, esbelto, tez clara, cabellos negros, pouca barba, negra tambem, physionomia inteligente e aristocratica: bonito moço.

No physico, e bem assim nos sentimentos, no caracter e nas ideias — verdadeiro typo de fidalgo, mas fidalgo de culta e aprimorada intelligenzia.

Era o primeiro estudante do anno, sem embargo da competencia do Manuel Francisco Corrêa.

A natureza dotará Corrêa da mais rica imaginaçao, porém a Benevides da maior perspicacia. Ambos oradores. Corrêa, politico, poeta e literato; Benevides, jurisconsulto, critico e jornalista.

Eram emulos desde o Collegio de D. Pedro II. Em sciencias e letras tinha Benevides a primazia; mas a musica, o desenho e a gymnastica deixaram-no em lastimavel *bagagem* e roubavam-lhe o primeiro premio.

No curso juridico, felizmente, não faziam parte do programma as bellas artes e a acrobacia; e, assim, via-se livre o Benevides daquelles seus implacaveis inimigos.

O mesmo se dava a respeito da sua aversão ao cultivo das musas. Nunca lhe foi possivel fazer um verso.

Os seus companheiros de casa, inclusive o Paulino, muito se divertiam com essa negação para a poesia, tão accentuada em espirito aprimorado como o de Benevides.

Uma vez, propuzeram-lhe, o Evaristo da Veiga e o Caetano Pinto, para glozar, o seguinte motte:

Tem o céo estrellas
E o meu peito dores.

Por complacencia, o Benevides tentou...
mas sem demora deu o braço a torcer.

— Ao menos complete a quadrinha — propoz então o Paulino.

— Não estou para isto, não me applico a frivolidades...

— Sim — acóde o Evaristo — É que v. não
póde. Dou-lhe um charuto.

— De Havana?

— Sim, legitimo.

— Pois, então, ahi vae:

Tem minh'alma angustias
E o jardim tem flores...

— Bravo! Bravo! Hurrah! — exclamaram os
collegas presentes, saudando o poeta com uma
salva de palmas.

Todos o felicitaram com entusiasmo pela
produccão poetica, inclusive o grave *marechal do
futuro*.

Logo após a formatura, o dr. Benevides
contraiu casamento com uma filha do conse-
lheiro Brotero.

Voltou á Côrte, onde advogou por algum
tempo de sociedade com José Bonifacio.

Decorrido o anno de pratica, teve nomeaçao
para um juizado municipal na Provincia do Rio
de Janeiro. Isto em fins de 1855.

Veiu a S. Paulo em 1857, e aqui teve escri-
ptorio de advocacia.

No anno seguinte, defendeu theses e obteve
o gráu de doutor.

Em 1865, a 8 de julho, após brilhante con-
curso e classificado em primeiro logar, foi no-

meado lente substituto da Faculdade, passando em 1878 a cathedratico de Direito Natural, Publico e das Gentes.

Dotado de superior talento e de vasta erudição, além disso brioso como ninguem (o que o impellia a constante estudo), o dr. Benevides em todas as cadeiras que regeu e nas arguições nos actos e defesas de theses fez sempre a mais brilhante figura.

Não abordava um ponto nas suas preleccões que o não estudasse aprofundadamente e o não exgottasse. Era esse, talvez, um defeito no ensino do exímio lente, porque, dest'arte, no escasso periodo do anno lectivo, como explicar a não ser senão uma parte minima do vasto programma official?

Outro defeito, este muito relativo, pois para outros será optima qualidade: era monarchista sectario do direito divino e catholico ultramontano. Como tal, doutrinava do alto da sua cathedra e não cedia uma linha ás opiniões oppostas. Quem divergisse num ponto dos seus ensinamentos era positivista ou republicano *encapotado*. Era-lhe muito usual o emprego dêsse qualificativo.

Sempre que, ainda longinquamente, a matéria se relacionava com a philosophia ou o direito publico, as doutrinas de S. Thomaz de Aquino e de Ventura de Raulica encontravam no illustrado mestre—eloquente campeão e intrepido defensor.

O dr. Benevides jubilou-se em 1890.

Occupou altos cargos politicos e administrativos.

Foi presidente da Provincia de Minas, de 14 de maio de 1869 a 16 de maio de 1870, e da do Rio de Janeiro, de 1 de junho a 27 de outubro de 1870.

Durante a sua administração em Minas, abriu-se no seio do partido conservador numerosa dissidencia que se transformou em ardente e apaixonada oposição ao presidente. Era capitaneada pelo deputado e popularissimo chefe Benjamim Rodrigues Pereira. A chacota popular denominava-a *os pelludos*, em antagonismo aos *pellados*, que eram os governistas. Provinham essas denominações humoristicas da circunstancia de ser piloso como Esaú o dr. Benjamim, á medida que o dr. Benevides se tornára totalmente calvo e sem um fio de barba. A calva disfarçava-a elle com o auxilio de chinó, mas a barba... não seria decente substituirl-a por posticos.

De volta ao Rio, em conferencia com o imperador, o ex-presidente de Minas foi interpelado por S. M. sobre alguns pontos das queixas formuladas pela oposição.

— É verdade, sr. Benevides, que a chapa senatorial foi organizada no palacio do governo?

— Não, senhor. A chapa foi organizada pelos chefes politicos, aos quaes communiquei o pensamento do governo...

— O pensamento do governo ?!

— Sim. Os candidatos cuja eleição seria agradável ao governo.

— Mas o governo deve abster-se de qualquer intervenção eleitoral e não pôde ter candidatos.

— Perdôe-me V. M. O governo exprime, no sistema parlamentar, a victoria de um partido. O pleito eleitoral é o combate que decide da sorte do governo. Como é, pois, que este se haja de desinteressar do resultado das eleições ?

— O senhor está enganado. O governo é eleito por um partido, mas não representa uma opinião partidaria: representa a nação e deve igual garantia a todos os partidos e a todos os cidadãos. Um dos seus deveres é assegurar a todos a plena liberdade do voto.

O dr. Benevides insistiu em suas ideias e pretendeu, com a devida venia, dar ao imperador uma lição de direito publico.

A discussão, porém, terminou, conservando sua opinião cada um dos interlocutores.

De volta para S. Paulo, foi eleito deputado à Assembleia Provincial para o biénio de 1872-73.

Representou então brilhante papel não só pela eloquencia da sua palavra como também pelo desassombro com que desempenhou mandato político. Collocou-se em esphera superior ás conveniencias partidarias, para encara-

todas as questões exclusivamente sob o prisma do interesse publico.

Estava nesse tempo dividido e sub-dividido em diversas *coteries* o partido conservador; o dr. Benevides excluiu-se de todas elles e... ficou isolado no seio da Assembleia. Por isso, pouco alcançou nas decisões da mesma. Tanto é certo que — uma só andorinha não faz verão.

O dr. Benevides era um homem integro, de nobilissimo carácter, mas de temperamento mais que rígido — ríspido e intransigente.

Uma vez, defendendo a sua attitude politica, dizia elle, com êmphase, da tribuna da Assembleia Provincial :

— Eu não sou mendista, eu não sou pradista, eu não sou rodriguista, eu não sou duartista, eu não sou delphinista...

— V. ex.[•] é *benevidista*! — aparteou o padre Valladão, provocando hilaridade.

Jurisconsulto, philosopho e orador eloquente, o dr. Benevides levava assim para a tribuna judiciaria poderosos elementos de victoria. Arreceava-se, porém, com razão, das jocosidades e humorismos do adversario, porque não era esse o seu genero e nelle não podia competir, por exemplo, com o Pinto Junior, o Taques, o Falcão Velho e outros que taes.

Entretanto, frequentemente lhe vinha á frente

um ou outro dêsses advogados, assim como lhe acudiam felizes replicas ás suas facecias.

De uma feita, estava-se tomando o depoimento de uma testemunha no plenario, perante o jury. Benevides era o advogado e Taques o promotor publico. Aquelle começa a inquirição, e a testemunha, um pobre caipira, parecia não compreender. Observa, então, o promotor:

— Repare o nobre advogado que se está exprimindo em termos elevados. Como é que a testemunha ha de entender?

— Pois, então, lembro um alvitre — propoz o dr. Benevides. — Eu farei as perguntas na unica linguagem que sei empregar, e a nobre promotoria traduzirá as minhas palavras em termos chulos, servindo assim de intérprete, para que as comprehenda a testemunha.

Provocou riso em todo o auditorio a engracada lembrança. O Taques riu-se tambem, mas visivelmente *desapontado*.

Outra vez, tratava-se de um crime de injuria. O dr. Benevides patrocinava a causa da parte queixosa, que era um padre, e o dr. Pinto Junior a do querellado.

Entre as testemunhas da defesa, o dr. Benevides viu comparecer uma mulata, já madurona, mas ainda pretenciosa. Suspeitou desde logo alguma brejeirice do Pinto *Genistroque*. De facto,

ao ser interrogada, a mulata depoz — que, uma vez, tendo ido levar um presente ao queixoso, este lhe disse que ella era bonita...

— Mentir é peccado, filha, mas não é crime — atalhou o dr. Benevides.

— Explique, rapariga, explique — dizia o dr. Pinto Junior.

— Elle estava-me *cantando*, sim senhor... — acrescentou a mulata, afectando recato.

— Mas, sr. juiz, isto nada tem de commum com o processo: é um escandalo insinuado.

O juiz assim tambem entendeu e mandou encerrar o depoimento.

Entretanto, explicava-nos o dr. Benevides, referindo o caso: a maroteira do Pinto tinha produzido o desejado effeito: desmoralizou-me o processo!

O dr. Benevides tinha muita propensão para as lidas da imprensa e foi successivamente redactor de duas folhas politicas, nesta capital — o *Vinte e dois de Maio* (1872-73) e *A Ordem* (1874-76).

Era vigoroso polemista. Seu estylo, incisivo; proposições dogmaticas auctoritarias; affirmações *tranchantes*. Periodos breves, mas, por vezes, de notavel eloquencia. Eram ligados unicamente pela sequencia logica, sem conjuncções. Tinha locuções felizes, que, como as phrases de Guizot, cahiam com violencia esmagadora.

Deixou, além de alguns opusculos, duas

obras didacticas com as proporções de livro, e, salvo algumas opiniões absolutas do auctor, de real merecimento e incontestavel erudição, a saber:

— *Philosophia elementar do direito publico e interno, temporal e universal;*

— *Analyse da Constituição Politica do Imperio do Brazil.*

O dr. Sá e Benevides falleceu nesta capital a 10 de abril de 1901.

Era pae do dr. José Estacio Corrêa de Sá e Benevides e sogro do dr. José Marcondes de Andrade Figueira, ex-deputado geral, e do dr. Gabriel de Rezende, lente desta Faculdade e senador do Estado de S. Paulo.

JOSÉ WENCESLAU MARQUES DA CRUZ. — Fluminense, natural de Cabo Frio; filho de Joaquim Marques da Cruz (¹).

Estatura regular, tez clara, face corada, nariz aquilino, olhos amortecidos, cabellos castanhos, barba um pouco falha. *Physionomia sympathica.*

Estudante distinctissimo, proclamado por Simplicio de Salles como superior em talento a Ferreira Vianna. Entretanto, ao passo que este

(¹) Dissémos na Terceira série destas *Tradições e Reminiscências* que Wenceslau da Cruz não se tinha formado em S. Paulo. É equívoco, que fica desfeito agora.

se consagrou no vasto scenario da vida publica e pelo voto unanime do povo um dos mais notaveis representantes da intellectualidade brazileira, verdadeira gloria nacional, não passou Wenceslau de uma gloria da Paulicéa academica. O seu nome, laureado nas aulas da Faculdade, na tribuna das associações literarias e nas revistas que então se publicavam em S. Paulo, pouco repercutiu algures, e perdeu, na vida practica, as auspiciosas irradiações que o aureolavam sob as arcadas do Convento de S. Francisco.

Ha mais de um facto como esse.

Em compensação, outros passam quasi como frontes vulgares, durante o quinquennio do curso, e entretanto, lá fóra, levantam a cabeça e notabilizam-se: tornam-se summidades na jurisprudencia, no magisterio superior, no parlamento, na administração, na diplomacia. Vejam Teixeira de Freitas, João Monteiro, Affonso Celso, Alencar, João Mendes, Campos Salles, Rio Branco e tantos outros.

Ao sahir da Academia, Wenceslau seguiu a carreira da magistratura. Foi juiz municipal de Itaguahy, em 1855; depois, mudou-se para o Rio de Janeiro e fez-se jornalista, até que em 1862 obteve a nomeação para um juizado de direito na Provincia do Rio Grande do Sul.

Creemos que falleceu ainda na flor da edade; aliás, por certo, com o privilegiado talento com

que fôra dotado e as propensões que tinha para os prêlios da politica o seu nome teria surgido á tona da luz da notoriedade nacional.

JULIO HENRIQUE DE MELLO ALVIM. — Catharinense, nascido em 1831; filho do conselheiro Miguel de Souza Mello e Alvim.

Era bacharel em letras pelo Collegio de D. Pedro II.

Depois de formado, exerceu a principio a advocacia na Côrte. Foi, em 1858, juiz municipal do termo de S. João do Príncipe, e, em 1859, foi agraciado com o titulo de fidalgo cavalleiro.

Seguiu depois a carreira diplomatica, na qual, a começar do cargo de addido, tem galgado os mais altos postos nas legações brazileiras da Europa e da America.

Nestes ultimos annos, tem sido ministro plenipotenciario no Chile, em Portugal e na Italia. Presentemente, está aposentado e reside na Europa.

É casado com uma filha do finado Visconde de Jequitinhonha.



CAPITULO VIII

A turma academica de 1850-54

QUINTA E ULTIMA PARTE

Luiz Silverio — «O dicto por não dicto!» — Dados biographicos — Padre Mamede — Jurisconsulto, professor, pregador e musico — Manuel Francisco Corrêa — Uma sessão de magnetismo — Peccados literarios da mocidade. — Paixão pela oratoria — Na administração e na politica — A sua celebre «preliminar» — Como recebeu a Republica — A sua ultima phase — Lacerda Trancoso — Manuel Marcondes — «Prefiro o inverso» — Illuminação original — A sua vida publica — Gentileza de adversarios — Um *aparte* inesperado — Ultima nota biographica — Manuel Jardim — Amor e... bolos — Dados biographicos — Mathias Morato — Pedro Carneiro — Rodrigo de Barros — Sebastião Pereira — A sua carreira judiciaria — No governo de S. Paulo — Thomaz Alves Junior — Objecções de algibeira — Seus trabalhos juridicos — Vicente Torres — A sua festa de grau — Fallecimento prematuro.



LUIZ SILVERIO ALVES DA CRUZ. — Paulista, nascido em Campinas, em 1830; filho de Custodio Manuel Alves.

Estatura regular, magro, moreno, pouca barba, olhos e cabellos negros; temperamento nervoso, dicção precipitada.

Intelligencia mediana e mediana applicaçao.

Ao sahir da Academia, foi nomeado promotor publico de Itapetininga e nesse cargo fez o seu quatriennio.

Voltou, depois, a residir em Campinas, sua terra natal, ahi teve escriptorio de advocacia e militou activamente na politica, alistado no partido conservador.

Em tres legislaturas teve assento na Assembleia Provincial de S. Paulo, a saber, nos biennios de 1858-59, 1872-73 e 1876-77.

Quando orava, era tão apressado na dicçao, que a sua fala causava o desespero dos tachygraphos.

Competia com elle neste particular o Celidonio dos Reis, e, por isso, como eram muito amigos, combinaram entre si que, quando um delles estivesse na tribuna a falar com demasiada precipitaçao, o outro o avisasse, puxando-lhe a aba do *paletot*.

Prevalecendo-se desse ajuste, o Celidonio trazia atenazado o Luiz Silverio, mal este começava algum discurso.

— Que é isto? — queixava-se, a meia voz, o orador — V. dilacera-me o *paletot*!

— Fale mais pausado — segredava-lhe o Celidonio.

— Ah! Sim... muito obrigado.

Mas era inutil a advertencia. Logo depois,

proseguia o orador no seu tom accelerado. Novos puxões, nova reclamação, até que por fim o Luiz Silverio propunha:

— Bem, agora, o dicto por não dicto; deixe-me em paz, que v. assim perturba-me.

Na administração publica, o dr. Luiz Silverio exerceu o cargo de presidente da Provincia de Goyaz, de 14 de agosto de 1886 a 9 de agosto de 1887.

De regresso a S. Paulo, estabeleceu-se de novo em Campinas e reabriu o seu escriptorio de advocacia.

Ahi veiu a falecer a 17 de fevereiro de 1874.

MAMEDE JOSÉ GOMES DA SILVA. — Paulista, nascido em 1826; filho de José Felizardo da Silva.

Era alto, bem proporcionado, moreno, corado, olhos e cabellos negros, bonito homem.

Seu pae era alfaiate, estabelecido á Rua da Cruz Preta (Quintino Bocayuva), esquina da da Freira (Senador Feijó), onde está hoje um sobrado, em cujos baixos ha uma padaria. Um irmão delle era armador e preparava presepes «que eram mesmo uma lindeza», na phrase de uma senhora, que nos referiu esses pormenores.

O padre Mamede... sim, padre — iamo-nos esquecendo de mencionar que, já ao matricular-se na Academia, elle era presbytero. O padre Mamede era um dos melhores estudantes da sua

turma. Sobrava-lhe talento e não lhe faltava aplicação.

Era dotado de sufficiente imaginação e orava com eloquencia, quer na tribuna profana, quer principalmente na sagrada. Falava sempre com uma sincera emoção e por isso communicava ao auditorio as impressões da sua alma: *Si vis me flere, dolendum est, primum, ipsi tibi.*

Quatro annos depois da formatura, em 1858, defendeu theses e obteve o grau de doutor.

Tomou parte em tres concursos, para preenchimento de vagas de lente substituto, na Faculdade, nos annos de 1860, 61 e 62, mas não logrou ser nomeado.

Além de jurisconsulto, clérigo, orador sagrado e professor de latim no Curso Annexo, tambem era excellente musicista e inspirado compositor.

Compunha musica sacra, a saber — ladainhas, canto e instrumental para missas, *Te-Deum*, antifonas, e tambem peças profanas em estylo alegre e cheias de vivacidade — arias, polkas, valsas, quadrilhas e coplas para comedias e vaudevilles.

Dão-lhe as chronicas do tempo a competencia de outro padre, aliás seu amigo, como elle excellente musico e afamado compositor: o padre Fortunato Gonçalves Pereira de Andrade.

Este compunha tambem para o theatro, e as suas producções musicaes eram, sobre tudo.

geralmente apreciadas, pelo seu estylo sentimental.

Outro interesse não tinham, um e outro dêsses compositores, nos seus trabalhos para o theatro, a não ser, além do amor á arte, o de obterem da empreza da *Opera* ou do *S. José* um ingresso na caixa do theatro, de onde jubilosos acompanhavam toda a representação.

Foi deputado á Assembleia Provincial de S. Paulo, no biennio de 1862-63.

Por occasião de um sermão prégado ao ar livre numa procissão, nos *Quatros Cantos* (Rua Direita, esquina da de S. Bento) o padre Mamede foi victima de uma paralysia facial, de que não mais se restabeleceu.

Esse desastre poz termo ás suas predicações e bem assim á sua carreira politica.

Falleceu no Rio de Janeiro em setembro de 1864.

MANUEL FRANCISCO CORRÊA. — Paulista, nascido em Paranaguá (¹), a 1 de novembro de 1831; filho do commendador Manuel Francisco Corrêa.

Alto, bem apessoado, moreno, quasi imberbe,

(¹) Ninguem ignora que naquelle tempo, *in est* em 1831, a comarca de Curitiba, componente de todo o territorio da actual Província do Paraná, pertencia a S. Paulo. O desmembramento della, para ser elevada á categoria de província sob a denominação de «Paraná», foi decretado pela lei n.º 706 de 29 de agosto de 1853.

compleição vigorosa, olhos vivos, physionomia animada.

Pertencia ao escól da Academia.

Talento exuberante e açodado. O verbo sahialhe em ondas e impetuoso. Prodigalizava a apostrophe e a hyperbole.

Quando falava, as faces congestionavam-se, a voz era tonante e a gesticulação animada e combativa.

Seu discurso era um requisitorio violento e carregado de imprecações.

Fôra talhado naturalmente para a tribuna de combate ou para os assumptos mavorticós. Fôra disso, o effeito escasseava.

Temperamento inflammavel, alma ardente e entusiastica.

Da quadra academica de Corrêa, refere-nos um seu collega o seguinte episodio:

«Em 1852, appareceu em S. Paulo um exhibicionsta do magnetismo animal, que dera no theatro algumas sessões, impressionando a muitos e fazendo *banzar* a mais de um.

Entre estes, salientou-se Manuel F. Corrêa não simplesmente como crente, mas tambem como praticante da arte de Mesmer.

Contava maravilhas das suas experiencias, e, como a sua fé era sincera e funda, tornou-se tambem communicativa.

Muita gente e até personagens em evidencia

o procuravam para consultarem sobre padecimentos rebeldes e haverem noticias de longe, através do espaço e do tempo.

Era elle uma sorte de Pytia no seu templo oracular.

Um dia, pela pequena madrugada, entrou-me em casa um *bicho* meu parente e commensal. Entrou dando gargalhadas seguidas e estrepitosas, taes que me suspenderam o somno, aliás sempre pesado. Abri a porta do quarto e chamei o retardatario para pesquisar o caso.

Eis o que dera causa a tanta matinada :

— «Ha poucos dias — narrou elle — o Corrêa, encontrando-me na rua, encarou-me com certa insistencia, e, depois de algumas palavras de banal cumprimento, levou-me até sua casa. Ahi chegados, declarou-me que encherava em mim os mais seguros indicios de uma organização-rara de somnambulo vidente, e pediu-me a complacencia de me prestar a uma experimentação.

O resultado excedeu á sua expectativa.

Fui hontem procurado por elle para me pedir como grande favor os meus serviços de somnambulo em casa do coronel Joaquim Floriano de Toledo, onde me esperaria á noite.

Assenti e compareci.

Corrêa esperava-me á porta da rua e introduziu-me, a sós com elle, num gabinete proximo. Fez-me sentar, e, sem perda de tempo, começou

com passes largos a carregar-me de fluido, principalmente na altura dos olhos.

Passei a affrouxar as palpebras até cerrá-l-as inteiramente.

Depois de mais alguma carga, por precaução, Corrêa entreabriu outra porta e disse em alta voz: «O homem está prompto. Sr. Floriano Pinto (era o nome do *bicho*), siga-me.»

Eu obedeci de olhos fechados, passo incerto, e, a tactear nas trevas, achei-me numa grande sala literalmente cheia de senhoras e cavalheiros de grande distincção.

Fiquei frio de emoção, e, se não entendesse menos inconveniente continuar o jogo, teria fugido em disparada.

Sentado no meio da sala e ao commando do Corrêa, dei consultas, receitei medicamentos, diagnostiquei molestias, e, finalmente, fiz uma viagem a Maricá para dar notícias de uma senhora cujos parentes estavam inquietos sobre sua saude.

É escusado explicar que a todos eu respondia enunciando a primeira ideia ou descrevendo a primeira imagem que me acudia ao pensamento.»

— Mas que foi que v. disse? — perguntei-lhe.

— Sei lá? Tudo que me vinha ao espirito. Era tal, entretanto, a suggestão que a todos dominava — proseguiu elle — que foram acceptas e tidas por acertadas as minhas respostas.

— Assim me falou o meu parente — prosegue o

nosso comunicante — e referiu-me ainda outros pormenores, sempre debaixo de um fogo rolante de gargalhadas.

No dia seguinte, quando chegava á Academia, avistei, formado sob o alpendre, um grupo numeroso, em cujo centro falava o Corrêa, com o maior entusiasmo, dos seus triumphos na sessão da vespera. Deixei-o terminar e chamei-o de parte para scientificál-o de que elle havia sido victima de uma mystificação. Elle — um veterano da Academia — ludibriado por um *bicho*!

Por mais que me esforçasse, não consegui desabusál-o. Tive, pois, que deixál-o com a sua fé de carvoeiro.» (¹)

O Corrêa compoz, por esse mesmo tempo,

(¹) Sem dispormos, para a critica do caso ocorrido, de seguros elementos de apreciação, affigura-se-nos, todavia, que o mais enganado não tenha sido o Corrêa e sim o *bicho* Floriano, que imaginou ter-se ludibriado do seu magnetizador. É possivel, senão provavel, que o *sujet* estivesse apenas no estado que De Rochas denomina superficial da hypnose, e não em hypnose profunda. Podia, então, como é commun, conservar a consciencia do que dizia e fazia, sem deixar de estar hypnotizado.

Não nos é necessario, para a demonstração dessa hypothese, descermos a livraria. Basta citarmos o seguinte trecho do nosso illustre compatriota dr. Fajardo, no seu *Tratado de Hypnotismo*:

«Um individuo hypnotizado é um individuo que pensa, que fala, que age por sua propria deliberação ou de estranho, com consciencia ou sem ella, conforme condições complexas e obscuras. Com quanto certos hypnotizados tenham consciencia do que dizem e praticam per suggestão, todavia não podem fugir ao automatismo, que é o traço caracteristico do estado hypnotico.»

uma ligeira comedia que foi levada á scena por estudantes, sob o titulo — *O Magnetismo*.

Compoz tambem um romance intitulado — *A Praia da Glória*.

Esta producção teve notoriedade serodia, pois foi reproduzida vinte annos depois nas columnas da *Reforma*, quando Corrêa no ministerio, e com o fito de ridicularisál-o por aquelle peccado literario dos seus verdes annos.

Já na sua quadra de estudante, tinha Corrêa a paixão pela oratoria. Nas reuniões academicas, nos comícios populares, nos espectáculos de gala, na maçonaria, etc., era indefectivel o discurso delle.

E foi assim até á edade madura.

É sabido que nas conferencias dominicaes da Escola da Glória, no Rio de Janeiro, ás quaes nunca faltava o imperador, o Corrêa falava sempre, quando não havia orador inscripto ou este não comparecia, e, por vezes, depois do discurso official.

O numero de seus discursos nessa instituição ascende a perto de duzentos, segundo uma estatistica que foi dada á publicidade.

Ao sahir da Academia, o dr. Manuel Francisco Corrêa occupou o emprego de segundo e depois primeiro official na Secretaria da Fazenda, no Rio; dahi, foi transferido para emprego cor-

respondente na Secretaria do Imperio, e, por ultimo, na da Justiça.

Foi secretario do governo da Provincia do Rio de Janeiro, official de gabinete de mais de um ministro de Estado, e presidente da Provincia de Pernambuco, de 30 de abril de 1862 a 9 de outubro do mesmo anno.

Após a ascensão do partido conservador ao poder, em 1868, o dr. Manuel Francisco Corrêa apresentou-se candidato á deputação geral pelo Paraná, foi eleito para a decima quarta legislatura (1869-72) e consecutivamente reeleito ás decima quinta e decima sexta, até que, vagando em 1876, por morte do Barão de Antonina, a cadeira de senador pelo Paraná, foi votado e escolhido para occupál-a.

A lista triplice era a seguinte :

Manuel Francisco Corrêa.....	153 votos
Manuel Antonio Guimarães (Visconde	
de Nacar).....	153 votos
Manuel Ignacio do Canto e Silva...	150 votos

Realmente, não precisava o laureado nome do Corrêa, para forçar a escolha imperial, do amparo de duas honradissimas «cunhas», como aquellas que o escoltaram!...

Na camara vitalicia, durante mais de vinte e dois annos, o distincto senador pelo Paraná

desempenhou com inexcediveis talento, dignidade e patriotismo, o seu mandato politico. Em certo periodo, assaz dilatado, foi tal a sua assiduidade na tribuna a ponto de occupá-la diariamente, orando com proficiencia sobre todos os assumptos da ordem do dia.

Por seus inolvidaveis serviços, sua culta intelligencia e a nobreza do seu caracter, havia conquistado para o seu nome uma aureola de popularidade e de prestigio no seio do partido conservador, que o contava entre os seus mais auctorizados chefes.

Era membro effectivo do Conselho de Estado.

Em junho de 1889, por occasião da quéda do ministerio João Alfredo e já malogradas as tentativas de organização ministerial em sentido conservador pelos senadores Vieira da Silva e Visconde do Cruzeiro, foi chamado a Petropolis o conselheiro Corrêa e incumbido pelo imperador de organizar gabinete.

Como se sabe, ainda essa tentativa abortou. Pretendem mesmo alguns que, sufficientemente avisado da trama já vencedora nos recessos do paço, elle comprehendeu que todos aquelles vaevens do Rio a Petropolis e as conferencias imperiaes celebradas na estação ferro-viaria não passavam de méra enscenação incompativel com a gravidade do acto e que «in alta mente re-

posta» já estava apparelhada a mudança da situação politica. Empenhado em não descobrir a Corôa, talvez mesmo depositario de alguma confidencia do imperador sobre os seus designios politicos, prestou-se a representar o papel que lhe foi distribuido e para bem desempenhál-o inventou — «uma preliminar», que foi, para elle, a porta de sahida da collisão em que se encontrava.

Essa «preliminar», que se tornou celebre na nossa historia parlamentar, o conselheiro Corrêa não n'a quiz jámais esclarecer.

Acredita, por isso, muita gente que ella jámais teve existencia real. Outra coisa não era senão um pedido do imperador ao eminente chefe politico para que não organizasse ministerio, afim de facilitar a ascensão do partido liberal ao poder.

O advento da Republica não encontrou no preclaro brazileiro um adversario intransigente. Desde os primeiros dias que succederam á revolução de 15 de novembro de 1889, promptificou-se elle a prestar os valiosos serviços da sua alta capacidade politica á patria republicana.

Assim, com effeito, se exprimiu em carta endereçada ao redactor do «Correio Paulistano»:

«Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1889. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. dr. José Luiz de Almeida Nogueira. — Acabo de receber a carta de 25 do corrente mez, em que v. ex.^a me diz que, estando

na redacção do «Correio Paulistano», necessita, para a conveniente orientação da folha, conhecer a minha opinião sobre a actualidade, e a de outros cidadãos que serviram lealmente a monarquia. Pergunta v. ex.^a: «Devem os brazileiros conformar-se com o actual estado de coisas?»

A resposta que vou dar a v. ex.^a corre exclusivamente por minha conta. A ninguem consultei; a ninguem pretendo mostrar esta carta, cujos termos só serão divulgados quando v. ex.^a a publicar, como deseja.

Tenho para mim que, nas presentes circunstancias do Brazil, não aproveitaria á causa publica a restauração monarchica.

É consequencia: que os brazileiros temos que nos conformar com o actual estado de coisas.

Na pacifica annuencia que por toda a parte se nota não vejo acto de pusillanimidade: seria dar ao caracter nacional feição repugnante.

Se não é condenação do regimen anterior (e eu acceito inteira a responsabilidade da parte, embora pequena, que nella me cabe) essa annuencia exprime a esperança de que o regimen republicano não será desfavoravel ao engrandecimento da patria, que assenta na integridade nacional; e esta reclama a reunião, no mais curto prazo que fôr possivel, de uma assembleia constituinte por meio da qual a nação manifeste a sua vontade quanto á organização definitiva da Republica.

Não considero ponto de duvida a superioridade do regimen definitivo regular, que exprima a coparticipação directa dos Estados na adopção da nova constituição sobre o regimen provisorio, imposto pelas circumstancias e por sua natureza discrecionario.

Cumprida como fica a determinação de v. ex.^a, permita que com a mesma sinceridade manifeste os votos que faço para que lhe seja reservado na assembleia constituinte o logar a que lhe dão direito incontestavel illustração e provado patriotismo.

Sinto que, se os meus votos se realizarem, como espero, não me permittam a edade e a fortuna disputar a honra de ser seu companheiro nessa importante assembleia, comquanto (e consinta que o declare, ainda que não seja opportuno o momento, mas para resalvar desde logo a minha responsabilidade perante o futuro) eu não me recuso, se o mandato legislativo me fôr espontaneamente renovado, ao serviço do Brazil, como nunca me recusei no passado.

De v. ex.^a collega e amigo obrigado. — *Manuel Francisco Corrêa.*»

No regimen republicano, exerceu o cargo de director geral do Tribunal de Contas, no qual se aposentou.

Triste e acabrunhado com o trucidamento do Barão de Serro Azul, seu dilecto irmão, uma

das victimas da reacção legalista no Estado do Paraná, o conselheiro Corrêa retrahiu-se da vida publica.

Falleceu o illustre cidadão no Rio de Janeiro a 11 de julho de 1905.

MANUEL JOSÉ DE LACERDA TRANCOSO.—Fluminense, nascido em Campos, em 1829; filho de Cândido Narciso Bittencourt.

Um homemzarrão, espadaúdo, tez morena, cabellos pretos, ar imponente, dotado de uma força de Hercules, e, além disso, corajoso, bulhento e temivel cacetista. Vejam só quanto perigo!

Amigo inseparável do Joaquim da Cruz, typo interessante de que falámos na chronica da turma de 1852.

Cumpre, todavia, accrescentar em abono do Trancoso: elle não puxava barulho, a não ser com os *futricas* valentões e inimigos dos estudantes.

Nas aulas, embora talentoso, não fazia figura, porque as suas preoccupações eram outras.

De posse da carta de bacharel, estabeleceu escriptorio de advocacia em Campos, onde sempre residiu e se envolveu na vida politica local.

MANUEL MARCONDES DE MOURA E COSTA.—Paulista, nascido em Taubaté em 1829; filho do

capitão-mór Victoriano Moreira da Costa e de D. Mariana Justina de Moura e Costa.

Alto, cheio de corpo, tez clara, meio louro, pouca barba. Usava oculos.

Bacharel em letras pelo Collegio D. Pedro II.

O *Maneco*, como todos o tratavam, era jovial e sympathico, porém bastante refractario ao estudo. Muito maior pendor experimentava para o bello sexo do que para os soporiferos textos do Direito.

Dava-se muito com elle o *Bento boticario*, aliás o pharmaceutico Bento Joaquim de Souza e Castro, que se affligia com a vadiação de seu joven amigo.

Para vêr se o *Maneco* se corrigia, empenhava-se o Bento com o Brotéro para que o chamasse frequentemente á lição.

Atormentado com a inexplicavel insistencia do lente em chamál-o tão repetidamente á lição e sabbatina, lembrou-se o estudante de pedir a intervenção do seu amigo para que o lente o deixasse em paz por algum tempo.

— Como lhe hei de pedir tal coisa — respondeu o Bento — uma vez que é por solicitação minha que elle o tem chamado tantas vezes á lição...

— Você?!

— Sim, para vêr se V. deixa em paz as moças e abre os livros.

— É inutil: preferirei sempre o inverso...

Era estylo na *republica* do Maneco dividirem-se os dias do mez pelo numero dos companheiros de casa, ficando a cada um a incumbencia das despezas de *bolsa* correspondentes a numero igual de dias.

Cada um desempenhava-se dessa obrigaçāo durante o prazo que lhe era distribuido.

Por occasiāo de ser servido o chá, o criado procurava o caixa do dia, pedia-lhe o dinheiro necessario para a compra de velas, e obtinha-o com pontualidade. Quando, porém, chegava a vez de um dos companheiros, tido com razāo por grande *vinagre*, nāo era dada verba para aquella despeza, e entāo tinham os outros companheiros de trazer á mesa do chá as vélas dos seus quartos.

Indignado com essa desegualdade, propoz o Maneco aos companheiros uma reacção contra aquella anomalia.

E combinaram o seguinte: Quando fossem chamados para o chá, viriam todos, sem levar as vélas, e cada um reclamaria do criado um tição de fogo e o agitaria ao redor da mesa para produzir luz.

O programma foi executado com extraordinario sucesso e muita hilaridade.

O *caixa*, entretanto, que era um *cara dura*, nāo se desconcertou com a pilheria e ordenou ao criado que abrisse as janellas, pois que o luar estava esplendido e aquella illuminaçāo a archothes — era demasiado luxo.

Dopois de formado, o dr. Maneco Marcondes (como continuou a ser por todos conhecido) foi principalmente juiz municipal do Bananal. Deixou, porém, esse cargo e foi residir em Pindamonhangaba, onde se casou com sua prima D. Maria Francisca Salgado, filha do Visconde da Palmeira.

Ahi teve, por algum tempo, escriptorio de advocacia, o qual depois fechou, para se dedicar á vida de lavrador.

Sempre affeito a gracejar, e tambem mais dado á leitura de romances que ao estudo do Direito e ao serviço forense, o dr. Maneco vaõ um dia visitar um advogado provisionado, seu amigo, e assaz habil, que gosava de certa nomeada no logar, o sr. Manuel Eufrazio de Toledo, e cumprimenta-o, chasqueando:

— Sr. advogado sem livros, como tem passado?

O Manuel Eufrazio não apreciou a brinca-deira e intimamente protestou vingar-se. Não fosse elle rabula intelligente!... No dia seguinte, em visita ao amigo, logo ao penetrar no escriptorio do dr. Maneco, fez uma reverencia ás suas bem providas estantes, e disse:

— Bom dia, srs. livros... sem advogado.

Dispondo de poderosos elementos politicos que lhe vinham da familia e outros grangeados

pela sua popularidade pessoal, o dr. Manuel Marcondes era um chefe influente e de muito prestigio no grande partido liberal de Pindamonhangaba.

Foi deputado á Assembleia Provincial de S. Paulo no biennio de 1862-63 e fez parte da lista sextupla para senador, eleito em agosto de 1879. Dessa lista foram escolhidos Carrão e José Bonifacio.

Como quarto vice-presidente da Provincia de S. Paulo, esteve na administração da mesma, de 7 de janeiro a 10 de abril de 1882.

Por essa occasião, partiram contra elle algumas settas alvejadas de uma secção humoristica do *Correio Paulistano*. Coisas anodynias, como fossem — gracejos sobre sua faceirice, o uso indefectivel de botões de brilhantes... quer chovesse quer fizesse sol, referencias á sua perenne paixão pelo bello sexo e allusões a certo predicado, que, segundo a tradição academica, muito o avantajava.

Embora não houvesse offensa nesses espírituosos gracejos, attribuidos á pena de Eduardo ou de Caio Prado, todavia o dr. Manuel Marcondes preferia que cessasse a brincadeira. Procurou approximar-se de Rodrigo Silva, muito seu camarada e amigo velho, e, contra todos os estylos, deu em frequentar, elle, o presidente da provin- cia, a sala de redacção da folha oppositionista.

— Ora, Rodrigo — disse elle, um dia — v. e estes meninos andam a chasquear-me por amor das moças e de um predicado que me attribuem. Se é por inveja, soceguem, porque ambas as coisas são inexactas...

— Isto, agora, é modestia sua.

— Em todo o caso, se essa inclinação é um peccado, delle tambem v. deve penitenciar-s. . . Como quer que seja, eu lhes ficarei agradecido se me derem treguas.

Foram gentis os jornalistas conservadores. Desde o dia seguinte não mais figurou na chronica alegre do *Correio Paulistano* o sympathico vice-presidente da provincia.

Por duas vezes, o dr. Manuel Marcondes foi eleito vereador e presidente da camara municipal de Pindamonhangaba, a saber, no quatriennio de 1865 a 68 e no de 1882-85. No desempenho dessa função, atesta um seu biographo, prestou ao seu municipio relevantes serviços. (¹).

Falleceu a 27 de setembro de 1888, deixando um filho, o tenente-coronel Antonio Marcondes Salgado.

MANUEL RODRIGUES JARDIM. — Goyano, nascido em 1833; filho de José Rodrigues Jardim.

(¹) ATHAYDE MARCONDES, Pindamonhangaba, *Apontamentos historicos, geographicos, genealogicos, biographicos e chronologicos*. S. Paulo, 1907.

Alto, magro, claro, cabellos castanhos, pouca barba, physionomia sympathica.

Intelligent, vivo e bom estudante. De indole muito sociavel, e, por isso, bemquisto dos collegas e da melhor sociedade paulistana.

Havia naquelle tempo, em S. Paulo, uma senhorita, filha de opulento capitalista, graciosa e bem educada. Era um *partidão*.

Multiplicavam-se os candidatos á sua mão e com elles os sonetos e as serenatas consagradas a essa deidade. O mais constante dos namorados era um que usava do accogramma *Oriebir*. Ao coração da menina eram indiferentes todas essas homenagens. Ella suspirava exactamente por quem lhe não fazia a corte, o Manuel Jardim. Irritada com a insensibilidade de Telémaco, teve um dia Calypso a ideia temeraria de falar-lhe no fundo da chácara paterna.

O velho pae, homem de rigidos costumes, veiu a saber do caso e irritou-se com o procedimento inconveniente da filha, a ponto de castigá-la physicamente, como era usual naquelle tempo.

Ao sahir da Academia, o dr. Manuel Jardim foi nomeado promotor publico da comarca de Itaguahy e depois juiz de direito de S. João do Principe.

Casou-se em Itaguahy com uma filha do

commendador José Pinto Tavares, genro do grande capitalista Manuel Cornelio dos Santos.

Em 1872, foi juiz do direito da comarca do Bananal.

Na administração e na politica exerceu o cargo de chefe de policia da Provincia do Rio de Janeiro, e foi, em mais de uma legislatura, deputado á Assembleia Provincial.

É fallecido ha muitos annos.

MATHIAS ANTONIO DA FONSECA MORATO. — Maranhense, nascido em 1829; filho de Antonio José da Fonseca Morato.

Foi juiz municipal na Provincia do Maranhão em 1855; no anno seguinte obteve remoção para o termo de Bragança, em S. Paulo, onde se conservou por pouco tempo.

Mudou-se para esta capital e aqui exerceu a advocacia e foi supplente do juiz municipal.

Obteve mais tarde a nomeação de juiz de direito de uma comarca do norte do Imperio.

Na qualidade de primeiro vice-presidente da Provincia do Rio Grande do Norte, esteve duas vezes em exercicio do governo, a saber — de 31 de janeiro a 7 de fevereiro de 1879 e de 20 de abril a 1 de junho de 1881.

PEDRO XAVIER ALVES CARNEIRO. — Fluminense, nascido na capital do Imperio, em 1826; filho do conselheiro Francisco José Alves Carneiro.

Era bacharel em letras pelo Collegio D. Pedro II.

Não temos a respeito delle nenhuma outra informação.

RODRIGO ANTONIO MONTEIRO DE BARROS.— Paulista, nascido em 1831; filho do desembar gador de igual nome, que foi deputado geral por S. Paulo, e neto do visconde de Congonhas do Campo, Lucas Antonio Monteiro de Barros.

Moço fidalgo cavalleiro, em 1855; deputado provincial supplente no biennio de 1858-59, e efectivo no de 1862-63.

Possuidor de avultada fortuna, não fez uso profissional do seu grau scientifico. Residia nesta capital e era fazendeiro de café no municipio de Jundiahy.

Foi delegado de policia e primeiro supplente de juiz de orphams, nesta capital, em 1860, e juiz de paz mais votado no norte da Sé, em 1862.

Falleceu em 1864, deixando filhos e filhas, que educou primorosamente e fazem parte do *high-life* paulistano.

SEBASTIÃO JOSÉ PEREIRA.— Paulista, nascido nesta capital, em 1831; filho de pae de igual nome.

Alto, cheio do corpo, tez clara, cabellos castanhos, barba escassa, olhar ligeiramente estra-

bico, aspecto grave, de poucas falas; dicção evada por leve gagueira. Para vencer esse obstáculo á oratoria, elle declamava.

Talento e applicado: um estudantão.

Temperamento pouco expansivo, mas a lealdade, a bondade e a honradez personificadas.

Seguiu a carreira da magistratura, na qual se abriram sómente dois parenthesis para o exercício de funcções administrativas, nada menos que a chefia de polícia, e, pouco depois a presidencia da Província de S. Paulo, esta de 8 de junho de 1875 a 18 de janeiro de 1878.

O tirocinio judiciario do dr. Sebastião Pereira foi o seguinte: promotor publico da comarca de Guaratinguetá, em 1854; juiz municipal na Província do Paraná, em 1855; na de S. Paulo, em 1857; juiz de direito de Uruguayana, em 1862; e de Taubaté, em 1870, de onde foi removido para a segunda vara desta capital.

A administração do dr. Sebastião Pereira na Província de S. Paulo, comquanto dispondo de escassos recursos orçamentarios, assinalou uma phase fecunda de progresso, especialmente pelo extraordinario impulso que elle soube dar ao desenvolvimento da viação ferrea em todo o oeste da zona paulista.

O benemerito cidadão falleceu repentina-

mente, nesta capital, victimado por uma syncope cardiaca, ha cerca de vinte annos.

Era casado com D. Maria Angelica Cidade Pereira, de familia rio-grandense, e pae do dr. Sebastião Pereira Junior, formado em direito em 1897 e de D. *Sinhá* Pereira Munhoz.

THOMAZ ALVES JUNIOR. — Fluminense, nascido na Côrte, a 8 de junho de 1830; filho de Thomaz Alves.

Estatura regular, tez clara, rosto cheio e quasi imberbe, physionomia viva e expressiva.

Era bacharel em letras pelo Collegio D. Pedro II, onde havia feito excellente curso.

Inteligente e estudosso, era com razão enumerado entre os mais notaveis estudantes do anno.

Tomava parte activa nos trabalhos das associações literarias e collaborava na *Revista Mensal do Ensaio Philosophico*.

No seu quinto anno teve uma polemica sobre assumpto philosophico com o terceirannista Rodrigo Silva, cujo fino talento já então irradiava na Academia.

Para os actos do terceiro anno, em 1852, fôra assim constituida a commissão examinadora: Brotero, Cabral, Manuel Dias e Chrispiniano.

Na ante-vespera do seu acto, obedecendo á praxe então existente, o Thomaz Alves foi fazer uma visita ao Chrispiniano:

— Venho participar a v. ex.^a que vou tirar ponto amanhã...

— Eu hei de ter communicação official.

— Bem sei, sr. doutor, mas é estylo que encontrei na Academia...

— Não fui eu quem o criou.

Percebeu o Thomaz Alves, por este começo, que o Chrispiniano, de um genio muito desegual, não estava de bom humor naquelle momento; todavia, proseguiu:

— Eu vinha tambem pedir a v. ex.^a o favor de deixar-me expôr o ponto que fôr sorteado, ainda que seja sómente por uns dez minutos.

— Havemos de vêr — disse o Chrispiniano, sempre seccamente.

Retirou-se surprehendido o talentoso estudante, sem saber a que attribuir aquelle tom risrido com que era tratado, sem perceber que o lente estava num dos seus dias de *spleen*.

Na occasião do acto, a 25 de outubro, era o Thomaz Alves o primeiro a ser examinado. Logo ao tomar assento em frente ao terrivel tribunal, foi elle enunciar o titulo do ponto de Direito Civil, e já a interrompê-lo o Chrispiniano:

— *De jure dotium...* — começou o Thomaz Alves.

— Basta! — atalhou o examinador, assentando o monoculo sobre o estudante. — Diga-me a razão pela qual Mello Freire emprega ahi essa

epigraphe *De Jure dotium*, e não, simplesmente, *de Dotibus*.

— Será, talvez — aventurou o examinando — em attenção á importancia do assumpto...

— Isso, não. São, egualmente, ou mais importantes, o casamento, o patrio poder, o poder marital, as doações, a tutela, a successão etc.; entretanto, o compêndio usa dos titulos — *Nuptiæ* — *De parentum potestate* — *De donationibus* — *De tutelis* — *De successione*, etc.

— Então, será pela complexidade da materia dotal? .

— Tambem não — insistiu Chrispiniano. — Mais complexos são os pontos que apontei.

— Talvez porque, em relação ao dote, não se estuda o objecto delle, mas o direito applicavel?

— A mesma razão prevalece quanto ás outras materias; nem nesta Faculdade se estuda qualquer instituição, a não ser sob o ponto de vista do direito.

— Então, não sei responder a v. ex.^a

— Nisso, estou de acordo. O sr. deveria ter começado por essa declaração. É bastante.

O Thomaz Alves levantou-se furioso por lhe ter sido burlado com a impertinencia do lento o seu *brilhareto* tão affagado...

— Objecção de algibeira!... — saiu elle, dizendo, indignado.

Ao deixar a Academia, o dr. Thomaz Alves

estabeleceu-se na Corte, onde grangeou merecida nomeada de habil e erudito advogado.

Em 1860, foi presidente de Sergipe, cargo que exerceu de 15 de agosto daquelle anno a 26 de março de 1861.

De volta para o Rio de Janeiro, reabriu seu escriptorio de advocacia, sendo por alguns annos advogado do Banco Rural e Hypothecario e lente de direito na Escola Militar.

Era agraciado com a commenda de Christo e o titulo de conselho.

Devem-lhe as letras patrias varias publicações, entre as quaes mais merecem as *Annotações ao Código Criminal* e o *Curso de Direito Militar*.

Falleceu no Rio de Janeiro a 6 de julho de 1895.

VICENTE JOAQUIM TORRES. — Fluminense, nascido no Rio de Janeiro, em 1832; filho de Thomé Joaquim Torres.

De estatura inferior á mediana, cheio de corpo, tez clara, face corada, olhos azues, cabellos louros, pouca barba. Expressão physionomica extremamente sympathica. Trato fino e amavel, o que o fazia estimado dos collegas e bemquisto na alta sociedade paulistana.

A sua festa de gráu fez época em S. Paulo, pelo esplendor com que foi celebrada. Profusa e delicada mësa de doces foi servida no palacete

dos *Quatro Cantos*, posteriormente ocupado pelo *Hotel de Italia*, depois *Hotel de França* e ultimamente *Rotisserie Sportsman*. Era então residencia do capitão Quartim. Este prédio está presentemente em reconstrucçao.

Cestas e cestas de flores, vistosos festões e innumeros ramalhetes foram enviados pelas principaes familias da Paulicéa, além de varios outros mimos, ao novo bacharel. O que, porém, constituiu grata e captivante innovação nas praxes de taes festejos, foi a presença do bello sexo numa «opa» de estudantes. Desde o começo da Rua de S. Bento, até á entrada do palacete, no amplo saguão dêste e na sua vasta sala de jantar, o Vicente Torres caminhava sob uma chuva de flores e sobre um matizado tapete de folhas e flores.

O mais, musica, foguetes, applausos, discursos, etc., etc., como em todas as grandes manifestações populares.

A ornamentação das salas e a direcção da festa, confiadas á maestria e apurado gosto do capitão Quartim, excederam toda a expectativa. Nunca se presenciára em S. Paulo tão encantadora diversão.

De volta para o Rio, o dr. Vicente Torres abriu ahi escriptorio de advocacia.

Os seus dias, porém, estavam contados. Veiu a falecer na flor da edade, a 27 de julho de 1861.

De seu consorcio com D. Pureza Torres deixou dois filhos, o dr. Thomé Torres, formado em direito, e D. Maria Henriqueta, casada com o dr. Manuel Antonio da Silva Reis, engenheiro, pae do dr. Vicente Torres da Silva Reis, bacharel em direito e apreciado comediographo.

A viuva do dr. Vicente Torres casou-se em segundas nupcias com o conselheiro Raymundo Ferreira de Araujo Lima, e teve durante muitos annos uma importante loja de fazendas na Rua da Quitanda, que era o *rendez-vous* dos paulistas no Rio de Janeiro.



CAPITULO IX

A turma academica de 1874-78

PARTE PRIMEIRA

Preciosa collaboraçao para a presente chronica — Por mares tempestuosos — Affonso Celso Junior, Bernardes de Gouvêa e Joaquim Vidal — Joaquim Vidal, o primeiro estudante — Auspicioso futuro cruelmente malogrado — A sua selecta livraria — O cutello do Justino de Andrade — Turma de gente séria — Agremiações e jornalismo politico — Outros jornaes, não politicos — A oratoria academica — O corpo docente — Resenha biographica da turma — Accioli Vanderley — Adolpho Tourinho — Alfredo Rocha — O *bicho* Rocha — Politica, philosophia e dialectica — A alma dos animaes — Consequencias de uma controversia philosophica — O epicurismo de outróra — O lobo e a ovelhinha — Idyllio ou poema? — Explicação opportuna — Agua não fura — Ladrão sympathico! — Protesto para *flirt* — Na vida publica — Entre parenthesis — Mais dados biographicos — No lar — Obras publicadas — Barbosa da Silva — Grande estudante — A sua mordacidade — Em politica — Na vida publica.



PROPONDO-NOS a escrever a chronica da turma academica de 1874-78, dirigimo-nos, como tem sido o nosso habito, a varios collegas que della nos pudessem dar authenticas informaçoes.

Em geral, de muitos aos quaes endereçamos taes pedidos, poucos nos attendem; por vezes, nenhuma resposta satisfactoria nos chega ás mãos. Outros promettem e não cumprem.

Assim, felizmente, não aconteceu em relação ao quinquennio academico acima referido.

Desta feita, batemos a boas portas. Ainda bem. De cinco pessoas, cujo auxilio impetrámos para este trabalho, quatro nos deram importante subsidio, do qual gostosamente nos vamos utilizar.

Nesta menção genérica, é dever de consciencia especializarmos a contribuição generosa que nos foi prestada pelo dr. Sampaio Ferraz. Dizemos que é dever de consciencia, porque, tendo-nos vindo tão copioso e redigido com elegancia o trabalho com que elle nos brindou, não resistimos á tentação de reproduzil-o por vezes literalmente, e noutras partes com ligeiras modificações. Esta declaração cumpria ser aqui registada, para nos salvar da pecha de plagiato.

Os tres outros collaboradores, que tivemos, são os drs. Julio Ottoni, Barbosa de Oliveira e mais um que não me permitti tirar-lhe a mascara... *et pour cause.*

A geração academica, que perambulou pelas arcadas da Academia de S. Paulo de 1874 e 1878, soffreu, nos cinco annos do seu curso juridico, duros e terriiveis revezes.

No 1.^º anno, achando-se já matriculado, afastou-se da turma, por motivos de saude, o eminente literato, poeta, orador e parlamentar, Afonso Celso Junior, hoje um dos astros mais fulgorantes do firmamento intellectual brazileiro.

No 2.^º anno, essa turma perdeu, por falecimento inesperado, Lucio Soares Bernardes de Gouvêa, filho do desembargador Bernardes de Gouvêa, da Relação da Côrte.

Tinha sido até então estudante de grande valor, salientando-se pelo talento e applicação.

Nas férias do 4.^º para o 5.^º anno, falleceu no Rio de Janeiro, victimado pela impiedosa febre amarella que então grassava, Joaquim Vidal Leite Ribeiro Junior.

Todos os collegas hoje sobreviventes ainda se recordam com profunda magua de tão funebre desastre.

Esse moço, desapparecido aos vinte annos, fôra o mais notavel estudante do seu grupo academico, senão pelo seu grande talento e capacidade, ao menos pela indomavel tenacidade com que se dedicava ao trabalho.

Basta lembrar que Joaquim Vidal consumia doze horas do seu afanoso dia, em constante labutar na mësa de estudante.

A sua memoria, por muitos e legitimos titulos, merece mais algumas referencias justissimas, que irão certamente despertar, nos seus bons

companheiros daquelles tempos, a inconfundivel recordaçao do moço illustre, do sereno e meigo collega que tinha para todos um carinho empolgante e uma compostura de affabilidade que já mais desapparecia.

Não foi sómente na Academia que brilhou como estrella de primeira grandeza aquelle infortunado joven.

Na imprensa, alistado nas fileiras do partido liberal, elle escreveu longamente, publicando, por vezes, séries brilhantes de artigos de doutrinaçao politica, em folhas do Rio, e em S. Paulo, no jornal dirigido, naquelle tempo, pelo conteleiro Bento de Paula Sousa.

Já nas férias do 2.^º anno, Joaquim Vidal havia publicado, na Corte, um romance ligeiro, mas cujo entrecho e descripçao de caracteres havia inspirado um magnifico acolhimento. Esse trabalho literario teve o nome de *Hellen* e pelo seu valor augurava para o joven estudante um bello futuro nas letras patrias.

Joaquim Vidal Junior tinha um pae extre-moso, que foi o Barão de Itamarandiba, hoje falecido, e que via no auspicioso porvir do amado filho um mundo de glorias e de conquistas intellectuaes.

Possuidor de grande fortuna, o bom velho cercava o estudante do maior conforto, pondo á

ua disposição ordens francas junto do seu correspondente em S. Paulo.

No entretanto, Vidal era modestissimo, e só uma solicitação importante fizera ao pae.

Desejando possuir uma livraria de primeira ordem e conhecendo as relações delle com o eminentíssimo professor conselheiro Ribas, pediu-lhe obvisse dêste uma relação completa de todos os mais auctorizados tratadistas de Direito e melhores literatos. Conseguida essa judiciosa selecção, seu pae lhe mandasse vir da Europa a esplendida bibliotheca indicada.

É excusado accrescentar que o pedido do estudioso joven foi de ponto em ponto, e com sincero gaudio, satisfeito pelo pae, á custa embara de alguns pares de contos de réis.

Após, por occasião do rude golpe que sofreu, fôra essa bella livraria, por intermedio do estudante Sampaio Ferraz, intimo amigo do fidalgo, offerecida, como lembrança dêste, á bibliotheca da Faculdade de S. Paulo, onde está constituindo uma secção magnifica, conhecida sob o nome de *Joaquim Vidal Junior*.

Essa mesma turma passou no seu terceiro anno, em 1876, por adversidades e revezes de outra natureza.

Toda a gente que estudou em S. Paulo até hoje se recorda da inexorabilidade do velho lente dr. Justino de Andrade.

Emerito professor de Direito Civil, disciplina que constituia o objecto da sua cadeira, o dr. Justino *estudava* os seus discipulos, e raros eram aquelles que conseguiam escapar de uma simplificação ou reprovação, quando, no entender do mestre, não apresentavam em aula provas de estudo e de bastante interesse pela matéria.

Foi assim que, com grande magua para essa turma academica, se desgarraram della em 1876, reprovados no acto de Direito Civil, diversos bons companheiros, entre os quaes Manhães de Campos, Carmo Cintra, Santos Wernek, Felisberto Milagres, Assis Vieira e Fontoura Palmeiro.

Este *naufragio* produziu, além de muita pena, grande impressão no espirito collectivo dos que delle se salvaram...

O estudo recrudesceu e os costumes melhoraram do terceiro anno em deante, se bem que, a respeito dêste ultimo ponto, pôde-se dizer que se assignalava como exemplar a turma que ora nos occupa; era uma turma de gente séria, de habitos *quasi* burguezes.

Em 1875, uma companhia lyrica, que tinha como estrellas a Cortesi e a Pezzoli, trouxe modificações aos habitos da rapaziada. Foi substituido o chapéo molle pela cartola, e sobre a cervejaria do Jacob predominou o Cafê Europeu.

Nesse quinquennio, accentuou-se a divisão da Academia em agremiações políticas, tendo cada uma o seu club e o seu órgão na imprensa. *A Reacção*, *O Constitucional* e *A Republica* defendiam com calor as suas ideias; e os seus redactores davam-se reciprocas alfinetadas, como posteriormente continuaram alguns a fazer cá fóra. Cada jornal tinha a sua secção apimentada, e esse era, como até hoje, o maior attractivo para a generalidade dos leitores.

Foram redactores da *Reacção*, entre outros, E. Leão Bourroul, Sylva Filho e João Mendes.

Do *Constitucional* faziam parte Alfredo Rocha, Carlos França e Tristão da Fonseca.

Do *Liberal*, fundado em 1877, foi nesse anno principal redactor Esperidião E. de Barros Pimentel, e em 1878 França Vianna e Julio Ottoni. Eram seus colaboradores Sinimbú Junior, José Queiroz, Wenceslau Escobar e Luiz Albino Barbosa de Oliveira.

A *Republica* teve como redactor-chefe em 1877 Lucio de Mendonça, e em 1878 Pedro Paulo do Amaral.

Além disso, tentou-se reviver a *Imprensa Academica*, que com o nome de *Academia de S. Paulo* teve ephemera duração. Foi seu redactor-chefe Antonio Tiburcio Figueira.

Appareceram varios outros jornaes de agremiações diversas, entre elles o *Lábaro* e a *Con-*

sciencia, orgam précieux de Fernandes da Cunha Filho, Magalhães Castro e outros.

Viçava tambem a mania oratoria. Os *copos d'agua* do conselheiro Leoncio, que naquelle tempo começava a sua carreira politica, e as manifestações á Cortesi forneceram propicio ensejo para as exhibições e os ensaios.

Era tal o abuso dos tropos e outras figuras de rhetorica que um orador num dos arroubos de eloquencia chegou a qualificar a Cortesi de *Diva divina!*

Antes de passarmos á chronica analytica da turma, daremos a relação dos lentes que compuseram o corpo docente dêsse quinquennio :

Primeiro anno — Direito Romano, dr. Sá e Benevides ;

Direito Natural, conselheiro Leoncio de Carvalho.

Segundo anno — Direito Ecclesiastico, conselheiro Martim Francisco ;

Direito Publico, conselheiro Leoncio de Carvalho.

Terceiro anno — Direito Civil, dr. Justino de Andrade.

Direito Criminal, conselheiro José Bonifacio.

Quarto anno — Direito Civil, dr. Justino de Andrade.

Direito Commercial, dr. Antonio Carlos.

*Quinto anno — Processo Civil e Criminal e
Praxe Forense, o Barão de Ramalho;
Economia Politica, conselheiro Carrão;
Direito Administrativo, conselheiro Furtado
de Mendonça.*

Dêsse notavel grupo de provectos professores nenhum hoje existe.

O conselheiro Leoncio, o ultimo que a morte arrebatou, em fevereiro do corrente anno, era director de uma das Faculdades Livres de Direito, do Rio de Janeiro.

Passemos agora, baseados nos dados que de diversas fontes haurimos, á resenha da turma academica, bacharelada no anno de 1878.

Como de estylo, observaremos a ordem alphabeticá.

ADOLPHO ACCIOLI WANDERLEY — Pernambucano (¹); filho de Sebastião Antonio Accioli.

Era homem feito, mais que simples adolescente, quando, já no terceiro anno, veiu a S. Paulo completar o seu curso juridico. Alto, claro, olhos

(¹) Informações de collegas dão-no como filho da Bahia; entretanto, da relação dos bacharcis formados em 1878 consta que elle é natural de Pernambuco.

Inclino-me a acreditar (e seria solução conciliatoria) que elle é nascido em Pernambuco, mas de origem bahiana. Os Wanderley, a cuja estirpe pertence o inclito Barão de Cotegipe, são, como se sabe, uma familia bahiana, das margens do S. Francisco.

expressivos, bigodes e suissas á ingleza, espessos e bem cuidados. Trajava bem.

Estudante regular, pouco expansivo, ligando-se mais com os collegas nortistas.

Depois de formado, voltou á Bahia, onde, consta, seguiu a carreira da magistratura.

ADOLPHO FREDERICO TOURINHO — Bahiano; filho de José Vicente Gonçalves Tourinho.

Alto, esguio, muito louro, cabellos crespos, ligeiro buço lhe sombreava o rosto. Bastante myope, usava elegante *pince-nez* de ouro. Apurado no trajar.

Estudante intelligente e applicado. Como o precedente, consta que seguiu a magistratura, no Estado da Bahia.

ALFREDO AUGUSTO DA ROCHA — Mineiro, nascido em Baependy, em 1854; filho do desembargador Antonio Cândido da Rocha, de quem já nos occupámos, quando escrevemos sobre a turma de 1841-45.

De estatura regular, claro, louro, olhos azues, escassos bigodes, barba em costelletas. Depois, deixou-a crescer, discretamente. Usava monoculo quadrado, o que lhe dava ao primeiro aspecto um ar petulante. O seu trato, porém, era amabilissimo e aquella primeira impressão defazia-se logo, substituida por attrahente sympathy.

Desde os seus estudos secundarios procurava, em consequencia do seu precoce desenvolvimento intellectual e moral, as rodas dos mais adeantados. Assim, quando estudante de preparatorios, hobreava com os *cursistas*, nas associações, na imprensa, nos theatros e em todas as diversões, «o *bicho Rocha*», como lhe chamavam. Matriculado na Academia, a todos os collegas tratava com affabilidade e era de todos estimado, por seu temperamento jovial e prazenteiro e sua physionomia aberta e sympathica, principalmente depois que sacrificou o tal monoculo quadrado e... petulante.

Era muito dado á politica e a estudos philosophicos.

Em politica, ardia de entusiasmo pela doutrina conservadora; em philosophia, apesar das suas tendencias epicuristas, embrenhava-se nas escuras neblinas ou na luminosa videncia (como prefira o leitor) de Swedemborg, Martinez de Pasqualy, João Reynaud e outros.

O seu caracter expansivo fazia-o apaixonado pela discussão. Falava com calor, argumentando sempre com a maior sinceridade.

No seu primeiro anno, em certa occasião, com grande estranheza de um sacerdote, seu interlocutor, sustentou o Alfredo Rocha — que os animaes irracionaes... teem alma.

Essa opinião ecoou pelas arcadas da Academia, e, apesar da tolerancia da mocidade, provocou extranheza aos positivistas, aos scepticos, aos materialistas, aos catholicos e o riso dos ignorantes.

O peor foi, porém, que, no primeiro dia subsequente de *trotte* (dizia-se então — *vaias*), quizeram alguns veteranos castigar o caloiro philosopho, obrigando-o a abraçar um canito. O Alfredo Rocha revoltou-se:

— Isso, não! Abraçar cachorro, não!!!

— Mas não é teu semelhante, caloiro?! Pois elle não tem alma?!

— Tem, sim, mas tambem tem pulgas.

Dissemos que *era* epicurista o Alfredo Rocha. Sim, porque hoje, apesar da curva abdominal que lhe deturpa a figura romantica de outróra, apostariamos que elle é antes dyspeptico do que *gourmet*. E são coisas incompativeis.

Sob outros pontos de vista, é natural que o mesmo tenha acontecido e que elle, presentemente, já não disponha das mesmas disposições physicas, outróra exuberantes.

É mesmo assim este mundo terrestre, onde

...les plus belles choses
ont le pire destin!

Voltemos, porém, á narração de um episodio que nos está a cahir do bico da penna.

Tinha o Alfredo uma namorada. Elle teve-as em grande numero, não simultanea, mas sucessivamente. Valha a verdade. Era esta uma gentil e inocente menina, filha de uma modista franceza de sensacional corpulencia.

A mocinha, entretanto, era esbelta, e, como dissemos, gentilissima.

Depois de alizar em continua peregrinação breve trecho da Rua da Imperatriz, conseguiu o nosso Romeu comunicar ao coração da sua Ju-lieta o fogo da paixão que lhe incendiava a alma.

Esta respondeu-lhe num bilhete, adoravel de ingenuidade e de erros de orthographia.

O Alfredo, que sempre teve bom coração, commoveu-se profundamente e deu por findo o idyllo amoroso.

Desta vez, o lobo teve dó da inocente ovelhinha. E o conquistador, rendida a praça, por generoso não penetrou nella.

Por outra paixão mais séria e menos ephemera foi elle atormentado nos ultimos annos da sua quadra academica. E era *pour le bon motif*.

Esta, porém, ainda que talvez correspondida platonicamente, ficou sem o seu natural seguimento, unicamente porque... assim estava escripto pois, como diz o vulgo, sem grammatica mas com muita convicção fatalista:

Casamento e mortalha
No céo se talha.

Poderá arguir-nos alguem por estas indiscreções.

Bem venial, porém, seria o nosso peccado: primeiramente, porque não fizemos referencia expressa a quem quer que seja, mas vago esboço de um sonho que se esvaeceu em longinquo passado; em segundo logar, porque, ora, adeus! dêsses episodios romanticos, ou dêsses poemetas da quadra academica, triste do circumspecto burguez de hoje, que, tendo bebido na mocidade os ares vivificadores da Paulicéa, não possa mencionar algum em que tenha sido heroe ou voluntaria vítima! Quem não conserva nos recessos da memoria um nome querido e uma risonha imagem aureolada de poesia, nympha ou sylphide, Virginia ou Phryné, cuja vaga recordação, de espaço acode saudosa no perpassar da existencia?...

Estas doces sensações d'alma em nada prejudicam os deveres, mesmo subjectivos, do exemplar esposo e do carinhoso pae que evolvem, ao sol do mundo real, da auspiciosa cystalida de luz que é a vida academica.

Sem energia para superar os obstaculos que lhe contrariavam a inclinação natural, a joven a quem alludimos pedia em tom sentimental ao Alfredo — que se esquecesse della. Era um cadaver ambulante!

— Esquecêl-a!!! Como poderei?? Ao contrario, hei de ser constante... Este amor é eterno!

— Excusada persistencia !

— Vencerei a sua indecisão. Ha de ver. Agua molle em pedra dura...

— ... Pode bater que não fura !

Concluiu ella, truncando o adagio. Elle sorriu tristemente, ella córou.

Já dissemos que o Alfredo Rocha era... perdão, ainda é, muito sympathico.

Pois, bem: esse predicado, concretamente indefinivel mas de incontestavel realidade, deu occasião uma vez a um conceito amphibologico, de que elle não pediu explicações.

Um amigo do dr. Rocha apresentava-o a um fazendeiro em cidade do interior dêste Estado.

Este, muito jocoso, depois dos cumprimentos banaes de méra cortezia que nessas ocasiões se pronunciam, accrescentou em aparte, a meia voz:

— Que ladrão sympathico !

O dr. Rocha ouviu e... sorriu de satisfação.

Noutra occasião, foi elle tambem objecto de uma apreciação do mesmo modo ambigua, mas, por fim, accepta como innócula, ainda que com a restricção — mal comparando.

Desta feita, a sentença cahiu dos labios gentis de uma espirituosa menina, a quem elle era apresentado ao lusco fusco,

Perguntou-lhe alguem :

— Então, Sinhazinha, bonito ou feio?

— Á noite, todos os gatos são pardos — respondeu ella.

Esse dicto, inocente reproduçao de um adagio, deu logar a muita intriga espirituosa: simulado cavaco de uma parte, de outra explicações, desculpas, etc.

Bom pretexto para muito *flirt*.

Pouco depois da formatura, o dr. Alfredo Rocha exerceu a advocacia na cidade de Brotas; mudou-se posteriormente para S. Paulo, onde permaneceu até 1883. Veiu, então, para o Rio, e nesse fôro advogou até 1886.

Em maio dêsse anno, foi pelo governo Cotegipe, sendo ministro da Agricultura o conselheiro Antonio Prado, nomeado chefe de secção da Directoria de Commercio, da qual era director o Barão de Guimarães.

Foi então um dos officiaes do gabinete daquelle preclaro ministro, até dezembro de 1888, quando se viu promovido a director da Directoria da Agricultura. Nesse logar permaneceu até janeiro de 1890, quando o exonerou o ministro Demetrio Ribeiro, por suspeito ao regimen republicano, que se iniciára, como se sabe, desde 15 de novembro do anno anterior.

O dr. Alfredo Rocha era então casado, em segundas nupcias, com uma das filhas do mare-

chal Visconde da Penha, que não adherira á Republica e se conservára fiel á familia imperial, que o contára sempre como amigo devotado. Dahi, a suspeita.

Entre parenthesis :

Comprehende-se que o dr. Alfredo Rocha, ainda que funcionario administrativo, não devia, como fez, mostrar-se pressuroso em adherir ao novo systema de governo. Não por obstaculo politico, mas motivo de ordem pessoal.

Elle pertencerá, certamente, ao partido conservador e sempre se manifestou politico de cabeça alevantada. Filiava-se, entretanto, naquelle partido, á escola mais adeantada, á de Rio Branco, Antonio Prado, João Alfredo Duarte de Azevedo, Corrêa, Taunay, e, em esphera inferior, á do auctor desta chronica. A couraça conservadora não lhe reprimia assomos de amor ao progresso, á liberdade e á democracia.

Não lhe impunha, portanto, a consciencia, em nome da coherencia doutrinaria, o repudio da forma republicana, quando implantada, como foi no Brazil, pela evolução, pois, se assim não fosse, jámais teria triumphado na Capital do Imperio e em todo este vasto Brazil a incruenta revolução de 15 de novembro.

Sobre o espirito, ou, antes, sobre o bondoso coração de Alfredo Rocha, pesava razão ou impressão de melindre pessoal. Eram as suas relações de affinidade numa respeitavel familia esti-

mada e affeçoada no Paço Imperial e o particular affecto que a sua esposa devotava a princesa D. Isabel.

Fecha-se o parenthesis.

O dr. Alfredo Rocha acompanhou o sogro quando, em 1890, com toda a familia se retirou para a Europa; de lá voltou viuvo, em dezembro de 1894.

Em 1895, fez-se fazendeiro de café no município de Jahú.

Em 1900 deixou a lavoura e no anno seguinte voltou a advogar no Rio de Janeiro.

Sob a presidencia da Republica do conselheiro Rodrigues Alves, o dr. Alfredo Rocha foi nomeado, por decreto de 7 de maio de 1904, para o logar de director geral da Imprensa Nacional.

Dêsse logar, em 1910, sob a presidencia do dr. Nilo Peçanha, foi transferido para o logar, que acabava de ser creado, de chefe da Directoria do Patrimonio do Estado.

Em 1905, o então ministro da Fazenda, dr. Leopoldo de Bulhões, encarregou-o, em commissão, de estudar a reorganização das Caixas Economicas. Dessa commissão tambem fizeram parte os deputados federaes Anisio de Abreu, Pandiá Calogeras, Ignacio Tosta e Teixeira Brandão.

Casou-se em primeiras nupcias, em 1879, com D. Maria Carolina Alves Pereira, filha do

commendador Bento José Alves Pereira, de S. Paulo, tendo dêsse consorcio um filho, Alvaro Rocha, engenheiro agronomo pela Escola Polytechnica de S. Paulo; em segundas nupcias, com D. Maria Amalia da Fonseca Costa, filha do marechal Visconde da Penha, fallecida em Paris; em terceiras nupcias, com sua sobrinha D. Maria do Carmo da Rocha Gomes, de cujo enlace tem cinco filhos menores.

O dr. Alfredo Rocha é membro correspondente do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, e tem dado á publicidade, além de inumeros artigos em jornaes e revistas, as seguintes obras:

- *Memoria sobre as Caixas Economicas*, 1906;
- *Parecer e Projecto em separado sobre as reformas das Caixas Economicas*, 1906;
- *As Caixas Economicas e o Credito Agricola* (1.^º vol.) 1906.

ANTONIO JOAQUIM BARBOSA DA SILVA — Mineiro, natural de Ouro Preto; filho do desembargador Quintiliano José da Silva, a quem já nos referimos na chronica da turma academica formada em 1832.

Alto, espadaúdo, moreno claro, quasi imberbe, com ligeiro buço negro a sombrear-lhe o labio superior; fronte espaçosa e ampla, olhos

brilhantes, perpetuo sorriso sardonico, deixando entrever dentes miudos. Toda a sua physionomia revelava talento e capacidade.

Intelligent, espirituoso e sarcastico. Uma das primeiras figuras do anno. Ainda que estudosso, achava tempo para ir saborear os afamados bifes do Fischer, a cerveja do Jacob e apreciar as apraziveis excursões á Ponte Grande. (¹)

Era notavel a sua mordacidade, e como frequentemente os dictos espirituosos vāo adubados com alguma pimenta, quando a veia satirica do Barbosa da Silva victimava algum collega, por vezes lhe creava, da mesma cajadada, um desafecto.

Dahi, uma certa desconfiança das suas expansões amistosas. Jámais se sabia se elle falava sério ou brincando.

(¹) O Fischer era o proprietario da *Sereia Paulista*, casa de banhos e *bar*, no Largo de S. Bento, e que se extendia da esquina da Rua do mesmo nome até à da Rua de S. José, hojo Libero Badaró, predio assobradado, substituido presentemente por grande sobrado de dois andares, que tem sido hotel, e, durante certo tempo, Policia Central.

O Fischer, de nacionalidade hungara, importador de vinho Tokai e outros, era um typo interessante e muito apreciado dos estudantes. Não o eram menos os seus bifes à Leypsic, ou, como se dizia, «*bifes à cavalo*».

Tomando ao pé da letra uma expressão metaphorica, elle não tolerava que na sua casa alguem *falasse mais alto* que elle. Scientes disso, os estudantes, sempre trocistas, elevavam propositalmente o diapasão, mais que de commun, ao dirigirem-lhe a palavra. Fiel ao seu sistema, o Fischer respondia mais alto ninda; o interlocutor replicava, cobrindo-lhe a voz, e elle alteava ainda mais a sua, tra-

Desde a Academia, filiára-se na phalange liberal, e, dentre os chefes dêsse partido, votava particular affecto e ardente admiração ao Visconde de Ouro Preto, ou, antes, sem anachronismo, ao conselheiro Affonso Celso.

Ao sahir da Academia, teve logo uma nomeação de promotor publico, em sua provincia natal.

Foi deputado á Assembleia Provincial de Minas nos biennios de 1884-85, 1886-87 e 1888-89, conseguindo sempre posição de destaque, sem se desfazer da sua temivel e temida mordacidade.

Sob o ministerio Ouro Preto, foi nomeado director geral da Secretaria da Marinha, e, logo após, agraciado com o titulo de Conselho.

Com a proclamação da Republica, o dr. Bar-

vando-se então berreiro ensurdecedor sem objecto que justificasse a celeuma: isto com verdadeiro gaudio do rapazio.

Quanto ao Jacob, ou Jacob Friederiks, era tambem um dos typos populares daquella época, e tradicional na chronica academica. Tinha *bar* e confeitaria na Rua Dircita, num predio, já substituido, velho e pequeno sobrado. O andar terreo era de pequena elevação, pouco arejado e bastante sombrio. Tinha a casa algumas especialidades, entre as quaes — o melhor presunto afiambrado, boa cerveja em *chops*, e excellentes *sandwichs*.

O Jacob accumulava as funcções de patrão, gerente, e *maître d'hotel*. Homem bom e de facil acesso, muito se acamaradava com os estudantes, emprestava-lhes dinheiro ou abria-lhes conta na casa, não se tendo livrado de alguns calotes. Sabemos de uma transacção dessas em que elle veiu a perder uns pares de contos de réis. Foi successivamente arrendatario do botequim do Jardim Publico, da Ilha dos Amores, e, por ultimo, do Parque do Ypiranga. Deixou filhos, que ainda vivem e prosperam no commercio paulistano.

bosa da Silva acompanhou o seu illustre chefe, afastando-se, como elle, da politica militante.

Dedicou-se, então, á advocacia, primeiramente na Capital Federal, e, depois, no seu Estado natal, onde ainda a exerce nobremente.



CAPITULO X

A turma academica de 1874-78

PARTE SEGUNDA

Muniz de Sousa — O seu retrato — A sua vida academica — Valente republicano — Na Assembleia Provincial — Culminancia e declinio — Dados biographicos — Carlos França — Original, mas talentoso; orudito e distinco — Apurado *causeur* — Alma bondosa — Appellido irreverente — Vêzos e virtudes — Uma troça dos collegas — Outra, menos espirituosa — No jornalismo — No magisterio — Sempre celibatario — Prematuro passamento — Carlos Aranha — Na Academia — Na vida practica — Frederico França — Fernando Pacheco — Veterano — Intelligent, mas exquisito — Prodigios de gastronomia — Seu typo physico e moral — Aventura malograda — Episodios caracteristicos — Depois da formatura — Sousa e Mello — Continentino.



ANTONIO MUNIZ DE SOUSA. — Paulista, nascido nesta capital, em 1855; filho do capitão Domingos José de Sousa.

De pequena estatura, face clara e corada, cutis delicada, cabellos e ligeiro buço aloirados, olhos azues de uma limpidez magnifica e com essa humidade oleosa que se destaca nas grandes

mentalidades. Doce e perenne sorriso nos labios, por entre os quaes fulguravam duas carreiras de perolas alvissimas.

Muniz realiza um verdadeiro tipo de rapaz bonito, antes, porém, effeminado que varonil. Isto, sómente quanto ao physico, pois no moral era de espirito alevantado, se bem que jovial e comunicativo. Palavra facil e de uma fluencia encantadora. Nelle se podia divisar uma das figuras mais suggestivas e queridas da Academia naquelle tempo.

Dialectico apuradissimo, sem o menor esforço, a tribuna seduzia-o, onde quer que ella se levantasse, nos clubs, nas associações, nas festas, nas patriotadas, na praça publica.

Ao matricular-se no Curso Juridico, em 1874, tinha já sido *ouvinte* no anno anterior. Conhecendo a *tachygraphia*, encarregou-se de tomar as apostilhas da aula de Direito Romano, as quaes, depois de litographadas pelo Jules Martin, (¹)

(¹) O Jules Martin, a principio, desenhista, pintor, depois lithographo, era estabelecido, primeiramente, na Rua da Boa Vista, num predio, que já não existe, mais ou menos onde hoje se levanta o *Hotel da Bella Vista*; mudou-se, depois, para a Rua de S. Bento, num casebre, de muito fundo, substituido posteriormente pelo palacete onde esteve installada, por algum tempo, a *Rotisserie Sportsman*, e agora o *Majestic Hotel*.

Jules Martin era francez e artista, no sangue, no typo e atô na cabelleira basta e crescida. Posto que estrangeiro, affeçoava se

eram distribuidas aos collegas na alfaiataria do Cruz. (¹)

Era frequentador do Jacob, do Fischer, do Levy, do *Café Europeu* e da *Ilha dos Amores*; não deixava, comtudo, de fazer boa figura nas aulas, tal a ductilidade e agudez do seu talento. Para acompanhar a moda, affectava maior vadiação que a real. Cedia assim á mania da época: ser intelligente e *fazer figura* — sem estudar.

Ainda na Academia, já Muniz de Sousa era republicano ardoroso e do coração.

Depois de formado, foi advogar na cidade do Amparo, nos tempos da propaganda republicana, em que alli fulgurava o civismo de Bernardino de Campos.

Nesse florescente centro agricola, fez Muniz de Sousa as suas primeiras armas nos prélios da politica, e viu-se eleito deputado á Assembleia Provincial de S. Paulo, em plena monarchia.

Está na memoria de todos o papel saliente

muito ás coisas paulistas. Foi o auctor e ardente paladino do projeto da construcção do Viaducto do Chá, hoje uma das bellozas do moderno S. Paulo.

(¹) O Cruz, ou José Dias da Cruz Junior, era portuguez, cremos que naturalizado brazileiro, e casado em familia paulistana, a saber, com uma irman do dr. Victorino Caetano de Brito. Teve, de facto, alfaiataria no Largo do Thesouro, esquina da Rua da Imperatriz, no predio hoje ocupado pelo *Café Americano*. Mais tarde, por occasião da febre do *ensilhamento*, em 1890-91, envolveu-se em emprezas industriaes e ganhou muito, perdendo em seguida tudo ou quasi tudo, como aconteceu a muita gente boa.

que então representou no biennio legislativo de 1884-85.

Fôra eleito pelo setimo districto, juntamente com o Gabriel Piza, da chapa republicana, José Alves dos Santos, conservador, e Carlos Norberto de Sousa Aranha, liberal.

A phalange republicana compunha-se, alem de Muniz de Sousa e Gabriel Piza, dos intemeratos representantes Moraes Barros e Martinho Prado Junior, este pelo nono, aquelle pelo oitavo districtos.

Era, como se vê dêsses quatro nomes, reduzida mas brilhante a representação republicana na Assembleia Provincial de S. Paulo naquelle biennio. Difficilimo fôra classificar pela ordem do merecimento esse quarteto parlamentar. Cada qual se salientou dos outros por um predicado particular e merecia assim o primeiro logar. Martinho Prado Junior, o mais ardente, era o verbo eloquente e inflammado que sublevava contra a monarchia as paixões populares; Gabriel Piza, o de maior cultura scientifica, era a dialectica serena mas inflexivel, a logica positivista, impressionando pela moderação as classes conservadoras; Moraes Barros, espirito alevantado, palavra incisiva e dominadora, inexcedivel coragem cívica; Muniz de Sousa, finalmente, o Benjamim daquelle grupo fraternal, sem o ascendente moral dos seus companheiros, devido ao verdor dos annos, tinha entretanto a vantagem de reunir to-

dos os predicados que lhe davam proeminencia, — a eloquencia arrebatada de Martinico, o vigor de argumentação de Gabriel Piza e as apostrofes intemeratas e ferinas de Moraes Barros.

Depois de proclamada a Republica, é doloroso dizer-se, quiz a fatalidade que empallidecesse aquelle astro tão resplendente e promissor.

Muniz de Sousa foi pouco a pouco perdendo serreno.

Todavia, ainda assim, foi eleito vereador da Camara Municipal de S. Paulo e desempenhou com bastante civismo esse mandato popular. O declinio, porém, continuava.

Por ultimo, extremamente desgostoso da politica, só tinha para ella e para os seus pró-homens referencias pungentes, expendidas em queixas amargas contra tudo e contra todos.

Em seu desalento, tornava-se pessimista e misanthropo.

Percebia-se com profunda magua que caminhava em gradual decadencia o seu espirito, cuja luz vivissima diariamente se amortecia, vivendo só das bellas recordações de fulgurante passado...

Moço ainda, aquella mesma inexoravel fatalidade que lhe deprimia o espirito e lhe roubava o glorioso futuro, arrebatou-o para o seio da morte, orvalhando de lagrimas o Estado que lhe foi berço.

Finou-se o dr. Muniz de Sousa, nesta cida-
de, no dia 16 de janeiro de 1909.

Era casado com D. Paulina Muniz de Sousa,
filha do fallecido dr. Theodoro Reichert, antigo
e conhecido clinico, desde longos annos estabe-
lecido em S. Paulo e muito relacionado na fami-
lia paulista.

O dr. Muniz deixou viuva e seis filhos, dr.
Brenno Muniz de Sousa, distinto medico, Cas-
sio, Mauro, Linneo, Alcindo, Aglae e Paula.

CARLOS FERREIRA FRANÇA. — Paulista; filho
de Carlos Ferreira França. Bacharel do Collegio
de D. Pedro II, trouxera para S. Paulo o pre-
paro literario commum a todos os estudantes
que teem cursado aquelle acreditado instituto de
ensino, ao qual se acha indissoluvelmente ligado
o nome do segundo imperador.

Carlos França era tão talentoso quanto eru-
dito e bom.

Apreciando festas e reuniões mais do que os
livros de Direito, foi, entretanto, um dos estu-
dantes de nota e acompanhou, quasi na mesma
linha, as primeiras figuras do anno.

Foi caracteristicamente um rapaz original e
exotico.

Delgado de corpo, bastante claro, a sua cutis
côr de leite ensombrava-se por uma barba casta-
nha cerrada, que usava á ingleza, resplendendo

de brilhantina Lubin; cabellos rectilinearmente divididos ao centro, terminando em duas pastinhas muito lizas e irreprehensives, que jámais se amarfalhavam á pressão do chapéu, á força de cosmetico.

Vestia-se elegantemente, trajando costumes de gosto e trabalhados pelas melhores tesouras da Corte.

A qualidade primordial do França estava no encantamento e na variedade sem limites da sua conversação.

Era o mais fino e apurado *causeur* daquelle tempo.

Não havia assumpto que lhe fosse desconhecido. Tanto entendia de literatura como de culinaria.

Commentava Balzac e Zola com tanta segurança e *aplomb* como, em circulo de moças bonitas, fazia a critica detalhada dos melhores *corsets* ou das mais novas *guipures*.

Se, nas *soirées* de familia, que frequentava habitualmente, vinham as bondosas matronas paulistas a tratar de algum guizado escolhido e dos seus respectivos condimentos, o *Bacharel*, como lhe chamavam os collegas, não pestanejava, e fazia, alli mesmo, até noite alta, uma adequada prelecção sobre o caso, expondo de chofre o numero de camarões, a dóse de azeite, a quantidade de manteiga, que especie de alface—deve-

riam compor uma boa *mayonnaise*, ou, em minúcias infindas, qual o processo melhor de assar um bolo de forno...

Palrava sobre tudo e sobre todas as coisas com um ar de affectada solennidade, que muitas vezes o assumpto não comportava.

A sua linha de soberana gravidade mantinha-se identica recommendando á lavadeira o lustro dos collarinhos ou entrincheirando-se em argumentos admiraveis na mais arrevezada polemica, no seio de uma associação literaria.

Conversando sempre, desde pela manhan até... franca madrugada, interminavelmente, sem um signal de fadiga, imperterrita e invencivel, tinha gestos medidos, palavras rebuscadas, um tom dogmatico que lhe dava á *pose* habitual uns ares de prégador que doutrinava crentes da sua fé, apontando-lhes as veredas da vida.

Mas, quanta alma e quanto coração !

França era a bonhomia de caracter, até ao extremo da ingenuidade; a meiguice do trato, até ao excesso da passividade.

Dahi, as troças innarraveis com as quaes o perseguiram desde a Academia, e o *sobriquet* um tanto desrespeitoso que o acompanhou para sempre em toda a sua breve e brilhante existencia.

Sem offensa á sua saudosissima memoria, tornaremos conhecida a injusta alcunha.

Bacharel Cacete — era o nome intempestivo que lhe davam os academicos da época, quem sabe se dominados, muitos delles, pela incontestavel superioridade daquelle formoso espirito, servido por erudição que se impunha.

Carlos França tinha pelo asseio um culto que ia até ao exagero.

Gostava de viver sósinho, num dos quartos da *republica*, para evitar as pontas dos cigarros hostis, as salivas desattenciosas e o desbragado *communismo* dos companheiros de casa.

De uma feita, penetrando no aposento delle, arrancaram alguns travessos collegas todas as cabeças dos phosphoros existentes sobre o creando-mudo, e, ao mesmo tempo, substituiram com geiso por um prégo o pavio da véla.

Chega o França á *republica*, tarde da noite, como de costume, e, sendo muito myope, toma dos phosphoros e vae-os riscando um por um, sem o menor resultado. Prevendo algum gracejo, desperta o famulo e consegue nova caixa de phosphoros.

Desta vez, accende-os successivamente e applica-os, sem exito, sobre o intemerato pavio. Descobriu, afinal, a boa pilheria...

Noutra occasião, os companheiros, que aliás o estimavam muitissimo, apanham uma infeliz

ébria, bastante enxoavalhada, que dormia sobre a calçada proxima, e, com a maior cautela, transportam-na para a casa, deitando-a na cama do França.

Horas tardias, chega este das suas tradicionaes visitas e... imaginem o quadro unico e indescriptivel daquelle encontro com a pobre creatura. Numa suprema angustia, perguntava-lhe o França, solennemente, em respeitosa attitude:

— Que explicação me dá, minha senhora, de tudo isto?! Vamos! Esclareça a situação, minha senhora! Explique-se!

A troça era, realmente, *un peu trop fort*, mas tudo perdoavam a longanimidade e o coração de ouro do bondoso França.

Depois de formado, dedicou-se Carlos França, por algum tempo, ás lides do jornalismo e revelou-se polemista de pulso nas luctas politicas. Conservador convencido, foi um auxiliar poderoso, na imprensa, dos reputados chefes daquelle partido, na Corte, junto de Duque Estrada Teixeira, Ferreira Vianna e outros.

Sympathico ao Collegio D. Pedro II, onde havia iniciado a sua carreira escolar, alli entrou em concurso para a cadeira de Rhetorica e Literatura, e, com justiça, alcançou a nomeação.

Exerceu por muitos annos o magisterio, com

a mais brilhante competencia e reconhecida dedicação.

Era tão excessiva a sua bondade, que jamais reprovou um estudante. Conta-se até que, afastando-se um dia do Gymnasio, sem haver cumprimentado um dos seus discípulos, da rua voltára ao instituto para fazê-lo e desmanchar-se em explicações ao estudante.

Carlos Ferreira França sempre se conservou celibatario. Nunca houve, entretanto, um *charmeur* mais alegre e mais espirituoso nos salões do Rio de Janeiro.

Parecia que o seu coração lhe adivinhava o proximo desfecho de uma existencia que correrá sem luctas, sem tempestades, mas sem o brilho e sem as culminancias a que faziam jus o seu talento de escól e o seu vasto preparo intellectual.

Minado por insidiosa arterio-scleroze, finou-se o França, no Rio de Janeiro, em meados de 1908, e acha-se sepultado no cemiterio de S. João Baptista, para onde o acompanharam as lagrimas sinceras dos collegas e dos numerosos amigos que contava na sociedade fluminense.

CARLOS NORBERTO DE SOUSA ARANHA. — Paulista, natural de Campinas; filho do commendador Manuel Carlos de Sousa Aranha, (depois Barão de Anhumas) de uma respeitável

familia de abastados agricultores daquelle municipio.

Foi estudante applicado e sempre fez boa figura na Academia.

Caracter purissimo e de grande cordialidade para com os collegas.

Claro, alto, de barba castanha, rala em todo o rosto, era um rapaz sympathico, modesto e reservado.

Bacharelando-se, filiou-se logo no partido liberal, entao no poder, e, dentro em breve, em 1884, alcançou a votação necessaria para uma cadeira de deputado provincial, pelo entao setimo districto da Provincia de S. Paulo.

Nessa legislatura e na de 1885, o dr. Carlos Aranha foi eleito primeiro secretario da Assembleia Provincial, cargo esse que exerceu com a devida correccão.

Proclamada a Republica, retirou-se da arena politica, concentrando a sua actividade nos labores da agricultura e tambem, desde alguns annos, no desempenho de um dos logares de director da importante Companhia da Estrada de Ferro Mogyana.

Ainda quando estudante, cremos que no seu quinto anno, contraiu matrimonio com uma prima sua, filha do coronel José Egydio de Sousa Aranha.

FREDERICO FERREIRA FRANÇA. — Bahiano; filho de Francisco Ferreira França e primo de Carlos França.

Estudante modesto, porém considerado entre os condiscípulos e pelos professores.

De estatura inferior á mediana, moreno, barba preta e cerrada, *soícas* incipientes, feição inexpressiva, Frederico França era reconcentrado e cercava-se apenas dos seus patrícios da Bahia, do grupo que tinha vindo do Recife já com dois annos de curso naquella Faculdade.

É magistrado.

FERNANDO PACHECO DE VASCONCELLOS. — Paulista, natural de S. João de Capivary; filho de Salvador Nogueira de Vasconcellos.

Vinha de anno anterior, por ter interrompido o seu curso, pois se matriculára no primeiro anno em 1869 com a turma que se formou em 1873, e á qual pertenceram Bulhões Carvalho, Francisco Bernardino, Cândido de Mendonça, Eduardo Durão, Campos Carvalho, Bulhões Jardim, Genuino Vidal Montenegro e outros, incluísse o auctor destas *chronicas*.

Tendo interrompido os estudos jurídicos em 1871, sómente reatou o curso em 1876, matriculando-se no 3.^º anno e encorporando-se então na turma de que ora nos ocupâmos.

Nesse longo intervallo de cinco annos andou elle peregrinando aqui e acolá e passou longo tempo nos Estados Unidos.

Bastante intelligente, eivado embora de algumas excentricidades, tinha o Fernando Pacheco muita lucidez na exposição e não pouco vigor na discussão dos assumptos juridicos. Entretanto, a sua exquisitice de maneiras e de costumes e o seu physico desgracioso como que lhe desvirtuavam o merecimento intellectual. Os accessorios sobrepujavam o principal... Quantas vezes isto aconteceu!

Suspeitoso, retrahido, neurasthenico, de invencivel acanhamento, vivia mais ou menos fóra do convívio academico — o que o tornava mais desconfiado ainda e um tanto misanthropo.

Gastronomo terrível, mais de uma vez fôra forçado a pagar pensões duplas nos restaurantes em que tomava as refeições. Era grande comilão, principalmente de ovos, que lhe serviam, no minimo, uma duzia, nas ceias do *Café Europeu*.

Em resultado dêsses abusos de alimentação, veiu a soffrer de uma dyspepsia nervosa tão profunda, que pouco a pouco o fez um vesanico com phases de franco desequilibrio mental, acompanhado de delirio de perseguição.

Era um typo acaboculado, de rosto magro

terminado por longo e grosso *cavaignac*; baixo, tronco reforçado e abdomen algo desenvolvido.

Usava *pince-nez*, prêso a vistoso trancelim de ouro. Trajava mal, por falta de elegancia, mas nunca dispensava magnifico chapéu de Chile.

Passeava sempre só e jámais convidava um collega ou amigo para os opiparos manjares que sybariticamente saboreava.

Era conhecido nas rodas academicas e extra-academicas pelo appellido *Panthera* ou *Fernando Panthera*.

Em certa época, estando o Fernando de Vasconcellos a cursar o seu primeiro anno, assentou de namorar uma menina, filha de uma lavadeira, residente á Rua de S. João, num casbre, hoje substituido pelo vistoso palacete que foi o do Salão Steinway e é hoje do Conservatorio Dramatico e Musical. Quasi em frente, em casa contigua ao palacete da familia Sousa Barros, hoje *Hotel Milano*, havia uma *republica* de estudantes...

Como se armam as coisas!

A mãe da Violeta (se é que devam ser *Violetas* as namoradas dos *Fernandos*) lavadeira dos estudantes vizinhos, tendo interceptado um *billet doux* endereçado á menina, entregou-o aos seus freguezes, e, a pedido delles, prometteu fazer o mesmo com os que fosse apprehendendo.

Collocadas as respostas apocryphas no ponto determinado pela primeira carta, travou-se assim interessante correspondencia entre o Fernando e os officiosos procuradores da sua namorada.

Dahi, a principio, troca de phrases poeticas e apaixonadas; depois, pedidos e exigencias reciprocas: pelo Fernando, de entrevista nocturna; pela menina, ou, antes, em nome della, doces e outros pequenos regalos.

Achavam os *veteranos* da mencionada *republica* que era uma audacia merecedora de castigo a pretenção do caloiro; por isso, não por um principio de moralidade, mas por amor á disciplina academica, convinha reprimir severamente aquelle atrevimento.

Compuzeram um conselho deliberativo, e, depois de propostos, discutidos e rejeitados varios alvitres mais ou menos crueis, como fossem só-vas de páu e outros analogos, prevaleceu o da solução pelo ridiculo. Na execução dêsse plano, tornaram-se caprichosas as exigencias de Violeta ou de alguem por ella. Ora, queria ver o Fernando passear a cavallo em horas e pontos determinados, ora lhe pedia versos, ora exigia que elle cortasse á escovinha a sua bella cabelleira negra.

A satisfacção dêste desejo teria como premio o colloquio nocturno por elle suspirado e as consequentes emoções de tal entrevista.

Como resistir?

No dia seguinte, eram numerosas as interpelações dos collegas :

— Que é isto, Fernando? Que lembrança foi esta de *tosar* assim os teus cabellos?

— *Tosar*, vá elle.

— Mas, que foi isto?

Elle explicava, dizia a uns que o calor, a outros que para prevenir a calvicie, etc.

Á hora aprazada da noite, encaminha-se á Rua de S. João. Quando, no meio da ladeira, enfrenta a casa onde suppunha ser esperado, eis que repentina e estrepitosamente se abrem ao mesmo tempo todas as janellas da *republica* fronteira, profusamente illuminada, acódem todos os seus moradores e prorompem numa tremenda vaia, cuja vozearia é entremeada com trechos amorosos em prosa e em verso muito conhecidos do infeliz namorado.

A proposito dos seus predicados de Gargantua, era elle o primeiro a fazer epigrammas contra si mesmo.

Contam que, em certa noite, após um espetáculo de cavallinhos a que assistira, dirigiu-se o Fernando a uma «casa de pasto», em certa cidade do interior e pediu uma ceia.

A dona da hospedaria applicou toda a boa vontade em satisfazer o pedido e fez servir uma boa canja e mais alguns pratos de carnes e de legumes.

O Fernando, num apice, deu cabo de todas as iguarias; depois, dirigindo-se ao creado:

— As amostras estão boas; agora, pôde trazer-me a ceia.

A madama quasi desmaiou.

Quando elle almoçava ou jantava em casa de pessoa com quem tinha familiariedade e onde o serviço era feito á brazileira, se a dona da casa lhe recommendava certo guizado, elle respondia gracejando, mas talvez com sinceridade:

— Acceito, acceito, mas nada de delicadezas. Quero que me sirva com alguma selvageria...

— Selvageria?!

— Sim, prefiro a quantidade á qualidade.

E quando a pergunta era feita por outra forma, e indagavam de que desejava servir-se, elle respondia que de tudo; e, de facto, fazia mais do que provar e petiscar de todos os pratos, comia realmente de tudo, assim como saboreava todos os doces e fructas, á sobremesa.

Depois da formatura, o dr. Fernando de Vasconcellos exerceu a promotoria publica em Ubatuba e depois o juizado municipal em S. Roque.

Findo o quatriennio do juizado municipal, veiu para S. Paulo, e aqui, durante algum tempo, teve escriptorio de advocacia.

Entrou varias vezes em concurso para o

cargo de juiz de direito, e sempre revelou, nas provas dêsse exame, talento e cultura juridica.

É fallecido ha cerca de dez annos.

FRANCISCO LUIZ SOARES DE SOUSA E MELLO — Fluminense, natural de Iguassú; filho do commendador Manuel Luiz de Sousa e Mello, portuguez, e, pelo lado materno, descendente da importante familia Soares, daquelle municipio.

Foi estudante applicado e tido como talentoso pelos collegas.

Muito pichoso na *toilette*, recebia toda a sua roupa da casa Raunier, da Côrte, e sabia *trazê-l-a*.

De estatura regular, feições correctas, claro, tez corada e pequeno bigode preto.

Gracejador e trocista, tinha, como o Barbosa da Silva, o vezo do sarcasmo e da satira contra os collegas.

Afóra isso, companheiro bondoso e alegre. Inseparavel amigo do Sinimbú Junior.

Foi promotor publico em sua provincia natal, e, apôs a proclamação da Republica, transladou-se para a Europa, onde vive, em Paris, dos seus pingues rendimentos.

Sousa e Mello é moço ainda. Tem a epiderme liza de joven, e, não obstante, ostenta hoje cabellos de neve e bosto bigode branco, que lhe dá um tom fidalgo á physionomia... sempre satisfeita da vida.

Ao que se suppõe, uma só nuvem sombreia

aquelle céo limpido de venturas. É a ferocidade desta Republica, que elle jámais viu com bons olhos, em manter banida da patria a familia imperial, de cujos membros é fervoroso admirador e amigo.

Raramente vem ao Brazil, e, quando o faz, nunca se esquece de lamentar as decepções da Republica, que suppõe fadada ainda para maiores catastrophes!...

JOÃO PEREIRA DA SILVA CONTINENTINO — Fluminense, carioca; filho do conselheiro Manuel Pereira da Silva Continentino.

Seu pae fôra um medico popular no Rio de Janeiro: camarista e do corpo de saude do Paço Imperial.

De pequena estatura, imberbe, moreno claro, olhos garços, rosto redondo e cabellos castanhos.

Tinha a apparencia de muita juventude, que conserva até hoje.

Foi um dos bons estudantes do anno.

Aprazia-se em discutir philosophia, sustentando com grande ardor as theorias espiritualistas do tempo.

Foi, depois de formado, promotor publico em Barbacena e posteriormente juiz de direito em Goyaz.

Após a Republica, tem sido magistrado no Estado de Minas, onde se casou.

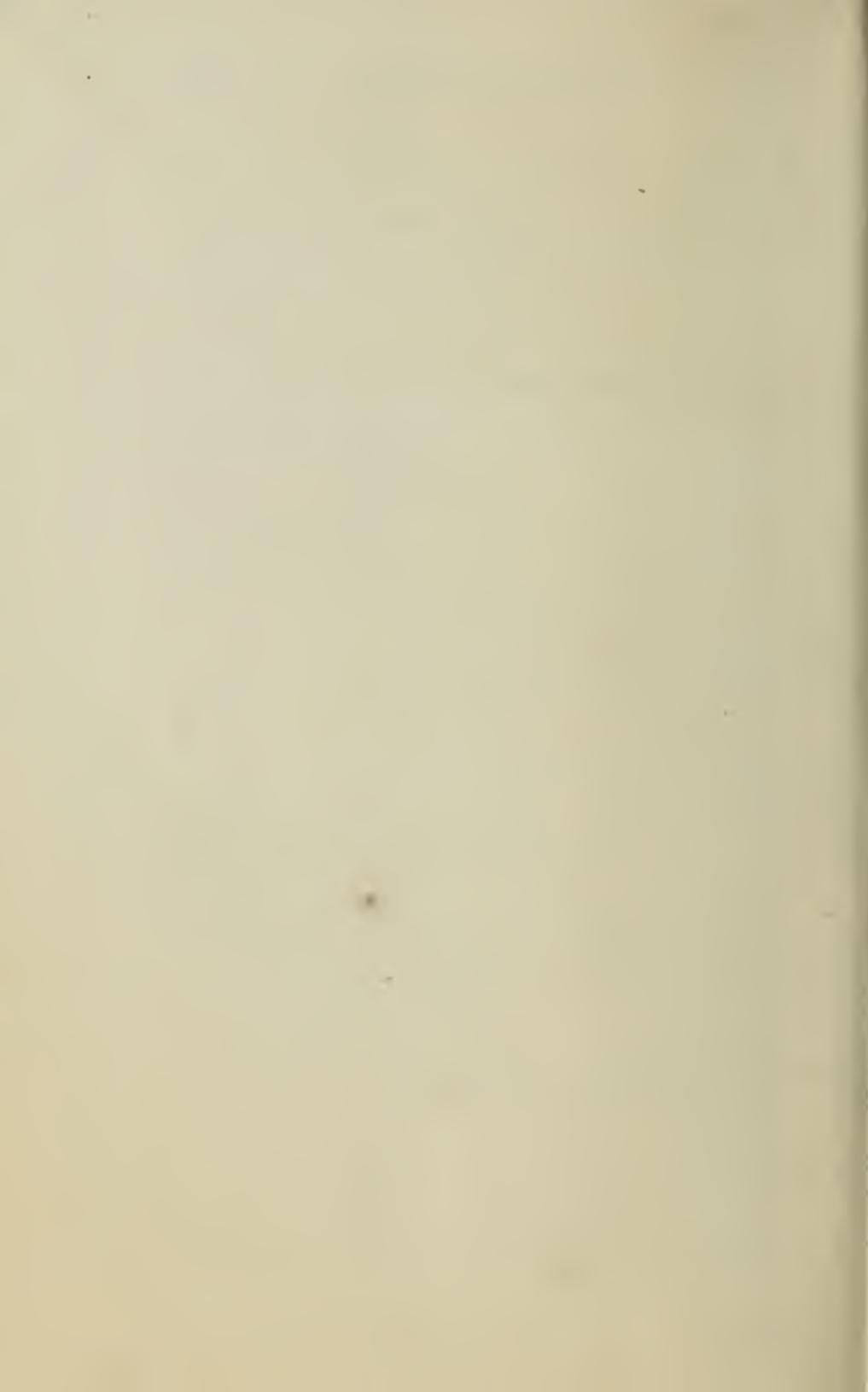
Exerce actualmente o cargo de juiz de direito

da comarca de Oliveira, que vem ocupando há longos annos.

É reputado um espirito altamente culto em assumptos juridicos e decide com grande competencia todas as questões affectas á sua illibada consciencia.

Há pouco tempo, deu á publicidade uma boa obra de direito, na qual se pôde verificar o seu raro preparo e a justeza com que sabe abordar a vasta materia da sua especialidade.





CAPITULO XI

A turma academica de 1874-78

PARTE TERCEIRA

Sinimbú Junior — Na Academia — Na vida publica — Sampaio Fer-
raz — Physico e moral — As vaias em 1874 — O seu casamento —
Republicanismo intransigente — Promotoria publica da Corte —
Numa conferencia republicana — Testemunho de Silva Jardim —
O «Correio do Povo» — Na Republica — Guerra à capoeiragem —
«A Tribuna» — Attitude do chefe de policia — Desenlace fatal —
Coronel honorario do Exercito — Dicto de Pellegrini — Nova
série de serviços publicos — Pinheiro Machado — Na Academia —
O general do futuro — Gostos e habitos de gaúcho — Ainda as
vaias em 1874 — Duello a muque — Na propaganda republicana —
Depois da Republica — De lança em riste — «O primeiro general
do Brazil» — Incidente tragi-comico — Os vae-vens da politica —
Na culminancia do poder



JOÃO LINS VIEIRA CANSANÇÃO DE SINIMBÚ
JUNIOR. — Natural do Rio Grande do Norte; filho
do conselheiro Visconde de Sinimbú, chefe politico
do partido liberal nos ultimos annos da monarquia.

- Sua familia é oriunda de Alagoas, mas parece que elle nasceu no Rio Grande do Norte,

pois é essa a declaração constante da relação dos bachareis archivada na Academia.

A sua intelligencia, clara e subtil, suppria com a vivacidade e os dotes naturaes o desamor dos livros massudos de direito.

Bonito moço, algum tanto adamado, de altura regular, face clara e corada, cutis finissima, cabellos castanhos penteados para traz, breve e delgado par de bigodinhos negros.

Educou-se na Inglaterra, de onde era natural sua mãe.

Trajava com esmero, e, embora não vivesse em companhia de collegas, era, todavia, bem-quisto nos circulos academicos.

Quando veiu a S. Paulo matricular-se na Faculdade de Direito, contava dois annos de curso na Polytechnica do Rio.

Justamente no anno da sua formatura, abriam-se-lhe de par em par as portas de risonho futuro. Seu eminente pae havia inaugurado, a 5 de janeiro de 1878, a situação liberal.

Sinimbú Junior foi eleito deputado geral em duas legislaturas, e proferiu na Camara alguns discursos, que foram bem acolhidos.

Proclamada a Republica, afastou-se da politica e conservou-se por alguns annos na Europa.

Ultimamente, acha-se no Rio de Janeiro e tem escriptorio de advocacia.

JOÃO BAPTISTA DE SAMPAIO FERRAZ. — Paulista, natural de Campinas; filho de Joaquim de Sampaio Góes. (¹)

Passou a infancia no municipio de Indaiatuba e fez em Itú os estudos preparatorios.

Estatura regular, esbelto, tez morena pallida de brazileiro, barba em projecto, cabellos castanhos, crescidos e levantados para fóra nas extremidades inferiores, sobre o collo, — o que lhe dava á physionomia uma expressão romantica.

Além da apreciavel vantagem de um physico elegante e sympathico, era favorecido com as vantagens, ainda superiores, de lucida intelligencia, espirito recto e caracter alevantado.

Certo, não morria sobre os livros; estudava, porém, *quantum satis*, para, com o auxilio da aguda intellectualidade, manter-se sempre, no conceito de lentes e collegas, entre os primeiros estudantes do anno.

(¹) O dr. Sampaio Ferraz, que tão bondoso se mostrou para connosco, proporcionando nos amplas e interessantissimas informações para a organização destas chronicas, relativas ao seu quinquenio academico, nonhum auxilio nos quiz prestar quanto á parte que lhe é pessoal. Mal conseguimos vencer a sua tenaz resistencia, para apenas extorquir do seu modesto retrahimento escassos e deficientissimos dados meramente chronológicos.

A desenvolvida noticia que conseguimos registar aqui, mais que a outra pessoa, ha de surprehendê-lo e dar-lhe tratos à imaginação, se elle quizer atinar com a origem, tão segura, das nossas informações.

Em 1874, não sómente no principio do anno, mas durante quasi todo o periodo lectivo, recrudesceram as vaias contra os caloiros.

Por vezes, mesmo, como adeante veremos, occasionaram conflictos materiaes, pois nem sempre os caloiros teem paciencia angelica para supportar a maldade diabolica dos veteranos.

Ainda quando o *trote* não passa de mero vazerio mais ou menos deprimente e desaforado — *transeat...* Quando, porém, ás assuadas succedem vias de facto — então o caso passa ao tragico, e a caloirada cogita seriamente de solver a crise ameaçadora da sua integridade physica. Tem de optar entre a resistencia temeraria ou a prudente retirada.

O Sampaio Ferraz não se encontrou nessa collisão.

As vaias contra elle desencadeadas não passaram de innócuo alarido. Apupavam-lhe a côr do *paletot* — e não se ouviam, além das amenidades banaes — «caloiro», «burro», «ladrão de galinha» — senão «abacate», «caloiro abacate», em allusão a um casaco esverdeado de que elle usava.

Concluindo com successo o seu curso juridico, pouco tempo se conservou em Campinas.

Mudou-se logo para o Rio de Janeiro, onde contrahiu nupcias com uma filha do Barão de Itamarandiba, irman do seu malogrado collega de anno e companheiro de casa, o talentoso Joaquim

Vidal Junior, de quem já nos occupámos na *Parte Primeira* das narrações referentes a este quinquénio.

Desde as lides academicas, muito agitadas então, manifestou-se fervoroso adepto da ideia republicana.

Embora quizesse dissimular as suas crenças politicas, não no poderia. O seu temperamento, não diremos impulsivo, mas expansivo, como o de Campos Salles, de quem é primo, não lho permitiria.

Era, pois, republicano militante, desde a quadra academica. Na vida publica continuou a professar abertamente as mesmas ideias.

Esse facto não obstou a que aceitasse, no ministerio Saraiva, em 1881, a nomeação de promotor publico da Côrte. A *Côrte* quer simplesmente dizer — o Rio de Janeiro. Era a expressão corrente da época, a principio empregada por metáfora, ou antes por synedoche, desde a chegada de D. Maria I e do Príncipe Regente, depois D. João VI, em 1808; passou, depois, a terminologia legal.

É de suppôr que aquella nomeação tenha sido obtida para Sampaio Ferraz pela influencia politica de seu sogro, altamente cotado no partido liberal, então no poder.

Entendiam, por outro lado, os propagandis-

tas republicanos que nenhuma incompatibilidade os inabilitava a aceitarem da monarchia cargos publicos que não fossem de confiança politica.

Está é, na verdade, a boa doutrina, não raro observada, mesmo pelo governo, no regimen anterior e no actual. Os cargos publicos não pertencem aos governos: são, sim, nacionaes. Não constituem, portanto, prerogativa dos governistas: devem ser accessiveis a todos os cidadãos idoneos.

De 1881 a 1889, desempenhou Sampaio Ferraz com inexcedivel zelo, independencia e brilhantismo, os arduos deveres do ministerio publico. Teve ensejo de medir-se na tribuna do jury com as summidades do nosso fôro criminal, deixando sempre em posição airosa a causa da justiça.

A policia fluminense, brutal então como ainda hoje, fôra accusada, com apparencia de justiça, de haver barbaramente espancado na prisão um infeliz, de nome Castro Malta, cuja morte occasionára, seguindo-se clandestina exhumaçâo. Pelo menos, corria com insistencia essa fama.

A imprensa denunciou o crime, alvoroçou-se a opinião e o escandalo subiu ao auge.

Sampaio Ferraz requereu inquerito, exhumaçâo e corpo de delicto e acompanhou solicitó todas as phases do processo.

Em dezembro de 1888, achando-se no poder

o gabinete João Alfredo, ardente se tornára a agitação republicana.

Silva Jardim, desobediente á serena direcção de Quintino Bocayuva, havia emprehendido uma campanha politica, inspirada por outras normas, substituindo a prudencia e a feição conservadora até antes observadas pelos chefes republicanos, pelo fogo da paixão, pela diatribe violenta e pela repulsa, á mão armada, á repressão policial.

A esse tempo, formára-se no Rio a *Guarda Negra*, composta de homens de côr, com o programma ostensivo de oppor combate extermindor á agitação republicana.

A Silva Jardim não apavoraram taes ameaças; parece, ao contrario, que a imminencia do perigo mais lhe incitava o animo. Era imperterritor, e, como os martyres pregoeiros de grandes ideaes, ávido de dedicação e de sacrificio.

Annunciou uma conferencia popular no salão da *Société Française de Gymnastique*, na travessa da Barreira: lá compareceu e deu começo ao seu incendido discurso.

Sampaio Ferraz estava presente.

Eis como o proprio Silva Jardim, nas suas *Memorias e Viagens*, descreve, com o seu estylo impressionista, a scena horrorosa e emocionante que então se seguiu:

«... Realmente sentia-se um grande rumor na rua. Os gritos chegavam até nós.

Subito, ouvimos o ruido dos projectis e dos tiros que lançavam contra a frente do edificio. Todos são prêsa de uma agitação enorme. Muitos correm para a entrada e para o andar superior, afim de repellirem os aggressores.

Estabelece-se uma lucta horrivel, que dura cerca de uma hora.

Fechada a principal porta, um grupo defende-a dos esforços que faziam os aggressores para pôl-a abaixo. Estes atiravam pedras e disparavam tiros. Por duas pequenas janellas lateraes, a modo de setteiras, os nossos respondiam não menos valentemente.

Conservei-me de pé, na tribuna, protestando não me retirar dalli, mau grado solicitações geraes em contrario. Tirei o meu revólver e dispuz-me a defender a vida com a liberdade de pensamento. Ahi fiquei para bem symbolizar esse direito: era alli que devia morrer, ou continuar a falar. De resto, era o melhor ponto para dirigir o combate. As pedras vinham cahir-me aos pés, e o ruido dos tiros chegava-me cada vez mais forte aos ouvidos.

Além de outros amigos, Barata Ribeiro estava a um lado, e Sampaio Ferraz a outro, dessa tribuna que, por alta, me expunha ao olhar geral. Um moço, empregado no commercio, subira-a e collocava-se a par de mim, declarando-se prompto a morrer alli em minha defesa: tinha já um dedo ferido por uma bala, donde o sangue

corria fortemente. Um bravo estudante do Rio Grande do Sul estava ferido na testa; com uma das mãos amparava o sangue que gottejava e com a outra desfechava tiros. Luiz Pires gritava como um louco, por não ter mais munições. Um rapaz, dos nossos, chamado Jacaré, quebrava todos os moveis para que pudesse servir de projectis. Candido Mariano, da Escola Militar, mau grado a enorme responsabilidade da sua farda, batia-se sereno e denodado. No andar superior, os estudantes Menna Barreto, Mascarenhas e outros dirigiam o ataque das janellas para fóra. Esteves Junior combatia com vigor, animava a todos, sem que suas barbas brancas lhe impedissem a valentia. Silverio Barbosa, como elle negociante e chefe de familia, tambem combatia. Perto de mim, Francisco Pessanha, o meu companheiro de infancia, inteiramente desarmado, guardava a calma que sempre lhe conhecéra.

Houve um momento em que a todos pareceu que íamos ser esmagados, porque as portas começavam a ceder, e alguns dos companheiros, mais timidos, tinham achado meio de se retirar pelos fundos da casa. Falta de coragem que não cortava o perigo, pois lhes fôra preciso saltar uma grande altura, sendo de novo cercados pelos malfitores. Vendo a situação, Sampaio Ferraz observa-me:

— Jardim, o mais prudente é retirarmo-nos.

— Não — disse-lhe. — Se vocês pensam assim, saiam. Eu fico aqui.

— Nós ficaremos contigo, — respondeu-me um dos mais valentes batalhadores da campanha republicana.»

Forçoso nos é interromper aqui a narrativa. Aliás, a attracção do assumpto e a seducção do estylo nos levariam a reproduzir, até á pagina final, o livro de Silva Jardim.

O relatorio policial assignalava a presença e coparticipação de Sampaio Ferraz naquelles disturbios e descreviam-no de revólver em punho ao lado do heroico tribuno republicano.

A consequencia não se fez esperar. Em breve trecho, era elle demittido da promotoria publica, apesar dos seus relevantes serviços e da sincera e honrosa estima que lhe votava o ministro da Justiça, o grande Ferreira Vianna.

Em consciencia, a ninguem se afigurou injusto esse acto do governo; nem mesmo contra elle reclamou o proprio Sampaio Ferraz. Este, em seu intimo conceito, deixava de cumprir um dever para obedecer a dever mais elevado. Comprehendia que o governo não pensasse do mesmo modo, e por isso não se queixava.

Sampaio Ferraz fundou então o *Correio do Povo*, em cujas columnas, com sacrificios de toda especie, assestou formidaveis baterias em defesa da Republica.

Alguns meses depois, com o advento do novo sistema de governo, espinhosa missão devia caber-lhe, em circumstancias da mais grave responsabilidade. Nada menos que o cargo de chefe de policia do Distrito Federal.

Investido nessas arriscadas funcções, de tão alto momento politico, dellas se desempenhou com extrema habilidade, conciliando, com a necessaria energia e firmeza, admiravel tacto e uma vigilancia indefectivel.

Entre outros relevantes serviços que assinalaram a sua administração policial, tornou-se memoravel e digna do reconhecimento da população fluminense a sua acção efficazmente represora da capoeiragem, flagello tradicional que deshonrava a capital brazileira e constituia uma força temerosa que zombava de todos os governos, protegida não raro pelos interesses da paixão partidaria.

Por muitas vezes, nesta accerrima campanha, Sampaio Ferraz arriscou a vida, e não raro teve de defender-se pessoalmente, empregando os proprios recursos da coragem, da força e da destreza physica, que adquirira, tornando-se elle mesmo, segundo era fama, um valente capoeira.

Com sagaz estudo a que procedera, auxiliado pelos meios de que sabe dispor uma intelligente policia, deu caçada, nos seus proprios antros, aos chefes *nagôas* e *guayamús*, quasi todos criminosos relapsos. E não mandava — ia prendel-os. Depois

deportava-os, após um simulacro de processo, limpando a cidade.

E todo esse trabalho era desempenhado com muito geito e tanta celeridade, que não ecoavam reclamações na imprensa, nem appareciam pedidos de *habeas-corpus*.

A população fluminense brindou-o, por esse serviço, com um retrato a oleo, que foi collocado na sala principal da Policia Central.

De outro serviço menos celebrado por ser menos notorio, são devedores a Sampaio Ferraz os primeiros dias do governo republicano. Infelizmente, o desatino alheio não se demorou em vir desfazer a sua obra de benemerito patriotismo.

Referimo-nos ao assalto brutal, na noite de 29 de novembro de 1890, ao escriptorio e officinas da *Tribuna*, installados então na Rua Nova do Ouvidor.

Os antecedentes dêsse verdadeiro desastre politico, que tanto maculou a vida do governo provisorio, vieram, ao contrario, pela eloquencia mesmo do contraste, realçar o sincero liberalismo de Sampaio Ferraz e a sua tempera varonil na mais difficult emergencia.

Como ainda se acha na memoria dos contemporaneos, a *Tribuna*, sucessora da *Tribuna Liberal*, movia, sob a direcção de Antonio de Medeiros, violenta opposição ao governo do marechal Deodoro.

Este, e, ainda mais do que elle, os seus parentes e alguns officiaes militares, soffriam com mal contida impaciencia aquelles ataques. Não tinham a mais tenue intuiçao do que fosse a liberdade de imprensa, nem, tão pouco, a responsabilidade do governo de garantir os direitos, mesmo á oposição que o aggredia injusta e acrimoniosamente.

Em certa occasião, foi procurado o dr. Sampaio Ferraz, na sua secretaria da Policia, por dois officiaes militares, sendo um de patente superior—o general Piragibe—e outro, que presentemente... sim, presentemente... mas então não passava de capitão, ainda que capitão e sobrinho de seu Tio...

Ao chefe de policia vinham declarar que haviam deliberado pôr cobro á injuriosa campanha da *Tribuna* contra o marechal, e por isso preveniam a policia de que estava assentado para a noite seguinte um assalto á mão armada áquella redacção e ás suas officinas.

—Jámaiſ consentirei nesse attentado!—interrompeu-os com severidade o dr. Sampaio Ferraz.

Piragibe sorriu com ligeiro laivo de zombaria e depois perguntou:

—Mas não consente... de que modo?!

—Oppondo-me... por todos os modos!

—Ah! E se, apesar disso...

—Farei sahir á rua, com as armas embaladas, toda a força da brigada policial, a cuja

frente pessoalmente me collocarei. Mandarei, sem reluctancia, fazer fogo contra os perturbadores da ordem e na acção procederei com a maior energia: prenderei e mandarei processar os criminosos, quem quer que sejam, mandantes e mandatarios. Se tiver de enfrentar forças superiores, luctarei sem pavor, succumbirei talvez, cumprindo o meu dever, mas succumbirei em defesa dos direitos do cidadão, da liberdade de pensamento e da honra da Republica !

Esta nobilissima resposta, proferida com firmeza e energia varonil, teve o effeito de conjurar, por algum tempo, a medonha borrasca que devia mais tarde desabar.

Com effeito, dias depois, por desavença com o governo, a proposito de um acto administrativo que o contrariava, Sampaio Ferraz pediu e obteve demissão do elevado cargo que exercera com zelo, nobreza e patriotismo.

Com a sua retirada, desapparecera o mais poderoso amparo na defesa da *Tribuna*, e esta, a 29 de novembro, cerca de um mez depois, succumbia victimada pelo ignominioso attentado que contra ella perpetraram amigos ursos do inclito fundador da Republica.

Apreciando com justiça a relevancia dos serviços delle, o governo provisorio galardoou o benemerito ex-chefe de policia com a patente de co-

ronel honorario do exercito. E era, e é, na verdade, quando adornado do seu bello uniforme, um bonito official de aspecto bizarro e marcial.

Quando, ha cerca de vinte annos, em viagem á Argentina, Sampaio Ferraz teve occasião de visitar o presidente da Republica, então o dr. Carlos Pellegrini, este, admirando o contraste entre a mocidade do visitante brasileiro e a sua patente de coronel, insinuou amavelmente que muito honrosa deveria ser a sua fé de officio para que tão joven já houvesse alcançado a alta patente de coronel.

— Sou official honorario — explicou Sampaio Ferraz — e os meus serviços não são de caracter militar.

— Muito bem — concordou Pellegrini. — Não é sómente com a espada que o cidadão serve a patria.

No periodo revolucionario que assinalou certa phase da presidencia do marechal Floriano Peixoto, sendo chefe de policia o dr. Bernardino Ferreira, foi collocado, não se sabe por que deducções, na lista dos *suspeitos*, o dr. Sampaio Ferraz. Sciente do facto, elle apresentou-se ao Chefe de Policia:

— Sei que estou considerado como *suspeito* e que ha contra mim mandado de prisão. Venho, por isso, apresentar-me para ser preso e proces-

sado. Devo, porém, advertir de que, se isto é uma perseguição (a consciencia de nada me accusa) tratem de assassinar-me, pois se eu sobreviver á affronta, hei de tirar desforço — hoje, amanhã ou em qualquer tempo. Não hei de ser uma victima resignada... Reparo agóra que foi retirado daquella parede o meu retrato. Porquê?! Não foi o governo que mo deu: foi o povo. O governo, portanto, não tem o direito de retirál-o. Esse retrato foi o premio de serviços que prestei e o seu logar é alli.

E proseguiu noutro tom:

— Permitta-me agora referir-me a um facto que não me interessa directamente, mas antes ao decoro do governo. Porque é que no Largo do Rocio está, sendo velada, para as festas de 7 de Setembro, a estatua de Pedro I? Não é elle o heroe da nossa Independencia? Pode-se destruir a verdade historica? Eu sou republicano historico, e, portanto, insuspeito para falar assim. Acho indecoroso esse fingido republicanismo que se manifesta por este excesso de zelo...

Essas nobres e corajosas palavras produziram admiravel effeito, pois — moralidade da fábula — foi revogada a ordem de prisão do dr. Sampaio Ferraz, o seu retrato voltou ao logar de honra que occupáva e a estatua equestre de Pedro I fulgurou gloriosa no dia 7 de Setembro.

Sampaio Ferraz voltou ainda, durante todo

o periodo presidencial do dr. Campos Salles, ao cargo de chefe de policia do Districto Federal, em cujo desempenho continuou a prestar os mesmos serviços assinalados que lhe haviam distinguido a primeira administração policial.

Foi deputado ao Congresso Constituinte, á primeira e á penultima legislatura ordinaria do Congresso Nacional. Em ambas as occasões foi eleito, como candidato do partido republicano, pelo Districto Federal.

É advogado no Rio de Janeiro.

JOSÉ GOMES PINHEIRO MACHADO. — Rio-grandense, filho do dr. Antonio Gomes Pinheiro Machado, formado por esta Faculdade em 1839 e de quem já nos occupámos na chronica do quinquenio de 1835-39.

Foi um estudante modesto, porém cumpridor de deveres.

Vivendo com irmãos e parentes, na antiga Rua da Consolação, alli recebia os seus camaradas, pouco frequentando os circulos academicos.

De caracter reservado e pouco communicativo, gostava de ter o seu pequeno grupo, em que dominava e exercia ascendencia.

Tinha estado na guerra do Paraguay, donde trouxera o posto de tenente honorario do Exercito.

Alto, de tez clara requeimada, usando apenas bigode, de grande cabelleira castanha, em aneis sobre o busto, olhos vivos e olhar penetrante; delgado de corpo, movimentos morosos, attitude habitualmente fria. A sua figura impunha uma certa atmosphera de circumspecção aos circumstantes.

Desde academico, revelava inclinação para o mando.

Gostava, como bom rio-grandense, da equitação, que fazia pela escola da sua terra, em arreios prateados, apreciando o uso do *pála*.

Na sua residencia, a sua mesa e os seus habitos demonstravam grande apêgo aos costumes gaúchos.

Alli não faltavam nunca o magnifico churrasco e o estimado matte-chimarrão.

Desde esse tempo, era ardoroso amador das brigas de gallos, e delles tinha em casa numerosa criação.

Como temos dicto por vezes, no anno de 1874 recrudesceram as vaias.

Cursava então o primeiro anno Pinheiro Machado. Era, portanto, salvo o respeito ao supremo chefe do P. R. C... *caloiro* e estava sujeito ao trato irreverente a que teem jus os caloiros.

Como todo o homem corajoso, elle era prudente: não provocava a ira dos veteranos. Quando se armava a borrasca, elle não na arrostava: seguia caminho opposto, sem voltar-se, qualquer

que fosse a vozeria. Entretanto, não fugia, ou, melhor, não corria. Os veteranos, em geral, faziam vista gorda: respeitavam-lhe o aspecto marcial e o prestígio de valentia, pois era corrente que se crestára ao sol das batalhas, na guerra do Paraguai.

Um dia, porém, este Cyrano de Bergerac encontrou um Christian, igual na coragem e superior na intelligencia ao namorado de Roxane.

Um cabra bahiano, de nome Velloso, grande estudante e também vigoroso pulso, resolveu quebrar o encanto do herói gaúcho.

Trava-se entre elles medonha lucta, na qual cada um dos contendores, do que recebeu, deu logo o troco, sem levar á casa qualquer saldo a resgatar.

Dizem, com tudo, que durante muitos dias o Velloso andou sobresaltado á espera de algum brinde, a mais, do temeroso caloiro. As coisas, porém, ficaram por aquillo mesmo.

Logo após a formatura, voltou Pinheiro Machado para o seu patrio Rio Grande, e fixou-se em Cruz Alta, seu municipio natal, e na estancia paterna, dedicando-se á industria pecuaria.

Emprehendeu, então, em toda a zona circumvizinha, sob a vigorosa direcção de Venancio Ayres, ardente propaganda republicana. Por morte d'este intemerato chefe e infatigavel campeão, o seu discípulo foi-lhe um condigno successor.

E, assim, quando, em novembro de 1889, sobreveiu a revolução republicana, era Pinheiro Machado, ao lado de Julio de Castilhos, Demetrio Ribeiro e Assis Brazil, um dos chefes de maior influencia daquelle partido no Rio Grande do Sul.

Por isso tambem, coube-lhe de *jure*, na representação rio-grandense, conspicuo logar no Congresso Constituinte da Republica, em 1891, e a cadeira de senador, na primeira legislatura do Congresso Nacional, mandato politico que sem interrupção lhe tem sido renovado pelo eleitorado republicano do seu Estado natal.

Ainda no Congresso Constituinte, no dia imediato ao da proclamação da Constituição da Republica, Pinheiro Machado, com a deputação quasi compacta do Rio Grande do Sul, sob a direcção de Julio de Castilhos, sustentou a candidatura do marechal Deodoro à presidencia da Republica.

Deu-lhe, em seguida, seu apoio politico, até ao advento do golpe de Estado, a 4 de novembro de 1891. Nessa emergencia, durante os dezenove dias do regimen dictatorial, pouco definida se tornou a sua attitude. Veiu a S. Paulo e aqui se conservou, na intimidade politica do dr. Americo Brasiliense e seus amigos, não menos que na do gremio dos *generaes*.

Dir-se-ia que correntes diversas o attrahiam em sentidos oppostos. Se, por um lado, os seus

sentimentos republicanos deviam afastá-lo do golpe de Estado, por outro, a solidariedade com o governo de Julio de Castilhos, vinculado por necessidade á dictadura federal, tambem lhe não deixava a liberdade de acção. Via-se atado, até certo ponto, ás consequencias desastrosas do erro politico de Deodoro e do Barão de Lucena.

Com o governo do marechal Floriano Peixoto, restaurada a legalidade, a 23 de novembro, em breve trecho se compuzeram os republicanos *castilhistas*, e o seu prestigioso chefe, por uma contra-revolução, sabiamente conduzida, foi de novo alçado ao poder.

A lucta politica recrudesceu no Rio Grande e transformou-se em guerra civil.

Esta ainda perdurava intensa, quando em setembro de 1893 se deu na bahia do Rio de Janeiro a revolta da Armada.

Contra o governo federal congregaram-se então todos os elementos de resistencia e de agressão, e ao redor do marechal Floriano Peixoto todos os republicanos sustentadores do principio da legalidade.

Entre estes, encontrava-se, com a dupla tarefa de defender o governo do seu Estado e o governo da União, Pinheiro Machado, de lança em riste, á frente de numerosas e aguerridas hostes, que congregára e arregimentára nas cochias da campanha rio-grandense.

Pelos relevantes serviços que então prestou, teve Pinheiro Machado como galardão a patente de general honorario do Exercito, titulo que tanto lhe quadra.

Accrescentam que, ao assignar o respectivo decreto, o marechal Floriano Peixoto proclamou o novo official, sem offensa aos effectivos — «o primeiro general brazileiro».

Assim se enunciando, o presidente da Republica fazia justiça ao valor, á prudencia e á habilidade estrategica do eminente chefe republicano.

Em 1895, sob o governo de Prudente de Moraes, os vae-vens da politica haviam collocado na oposição, com uma parte do partido republicano federal (o P. R. F.), o general Pinheiro Machado.

Estava elle em constantes viagens do Rio a S. Paulo e vice-versa.

Esse continuo movimento incutiu suspeitas ao governo, sem nelle despertar a curiosidade de perscrutar a verdadeira causa dessas excursões.

Afinal, foi interceptado um telegramma que do Sul trazia o endereço de Pinheiro Machado. Era a confirmação das suspeitas. A policia exultava, e, cheia de razões, expedia mandado de prisão contra o temerario chefe, que, em pleno estado de sitio, preparava tropas para marchar contra o governo.

Com effeito, o despacho telegraphico assim rezava:

«*Tropa prompta para seguir. Aguardo suas ordens. — F.*».

Estava convencido o governo de que deitára as mãos sobre a flagrancia de um crime. Pinheiro Machado, por seu lado, acreditava que era victima inocente de uma perseguição.

Não havia, entretanto, nem crime nem perseguição. Déra-se um equívoco, produzido pela amphibologia do despacho apprehendido. O auctor do telegramma era o capataz da estancia de Pinheiro Machado e a tropa a que elle se referia eram muares destinadas á feira de Sorocaba.

Ao governo de Campos Salles prestou constante apoio o general Pinheiro Machado, durante todo o quatriennio presidencial. Do mesmo modo procedeu em relação ao governo de Rodrigues Alves, até quasi á terminação do seu periodo constitucional. Poz-se, então, em divergência com o mesmo, sob o fundamento de que o presidente da Republica não deve ter candidato á sua successão, e o conselheiro Rodrigues Alves infringia esse preceito moralizador.

Até aos penultimos tempos da presidencia do conselheiro Affonso Penna, foi-lhe fiel amigo o senador rio-grandense. Essa fidelidade, porém, desapareceu, por motivos cuja explicação é complicada, nascidos da ambição de dominio politico.

A sua accão foi capital nos preliminares que determinaram a apresentação da candidatura do marechal Hermes da Fonseca á presidencia da Republica, e mais tarde na direcção do pleito eleitoral em toda a Republica.

Durante o breve governo de Nilo Peçanha, assim como, presentemente, sob a presidencia Hermes da Fonseca, toda a gente sabe quem foi e quem continua a ser o *maire du palais*, mais poderoso que os reis *fainéants*.

Chefe supremo de um partido adrede constituido para governar o governo, que se considera seu preposto no exercicio da soberania nacional, o senador Pinheiro Machado representa, na actualidade, em consequencia da myopia official, o primeiro poder da Republica.

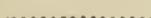
Acabâmos de falar em *reis fainéants*. Não nos estará reservando o futuro algum Pepino o Breve?



CAPITULO XII

A turma academica de 1874-78

PARTE QUARTA E ULTIMA



Costa Braga Junior — José de Sousa Queiroz — Castro Amaral — Júlio Ottoni — Seu tirocinio academico — Contraste pittoresco — Industrial e philanthropo — Leonce Pinheiro — Barbosa de Oliveira — Casa de tradições fatidicas — Troça monumental — Na vida publica — Curiosa scena da escravidão — Dados biographicalcos — Sousa Neves — França Vianna — Marçal de Escobar — Manuel Dutra — Na Academia — Na vida publica — Sylva Filho — No carnaval de 1874 — Depois da Academia — Seu espirito de justiça — Dados complementares — Olympio de Magalhães — Francellino Guimarães — Pedro Mariani Junior — Pedro Muniz Leão Velloso — Pedro Paulo do Amaral — Dito chistoso — Sua veia sarcastica — Tristão da Fonseca — Providencias dos vadios — Notas biographicalcos — Floriano de Assis.



JOSÉ JOAQUIM FERREIRA DA COSTA BRAGA JUNIOR. — Natural da cidade do Rio de Janeiro; filho de José Joaquim Ferreira da Costa Braga, commerciante, de nacionalidade portugueza.

De pequena estatura, magrinho, tez pallida, escassa barbica e bigodes ainda em buço.

Muito amavel e bondoso.

Intelligencia regular e regular applicaçao ao estudo.

Era de todos estimado.

Casou-se, no seu quarto anno, na familia do commendador M. J. da Costa e Silva, commer-
ciante em S. Paulo.

Após a formatura, residiu por algum tempo
em S. Paulo e depois mudou-se definitivamente
para o Rio, onde ainda hoje exerce a advo-
cacia.

JOSÉ DE SOUSA QUEIROZ. — Paulista; filho do
senador Barão de Sousa Queiroz; o Benjamin
dessa antiga familia paulistana.

Alto, cheio de corpo, moreno pallido, cabel-
los negros e anelados, bigodes negros e pouco
desenvolvidos.

Serio, circumspecto e bom estudante.

Liberal, por tradição de familia, não se con-
servou alheio ao movimento politico das rodas
academicas. Collaborava no *Liberal*, como já dis-
semos.

Era muito apreciador do sólo e bastante ha-
bil nesse jogo difficult. Às quartas e sabbados, o
seu quarto de rapaz no palacete paterno trans-
formava-se em *club fechado*, e até fechadissimo,
pois não dava accesso a não ser ao Dutrinha e
ao Luiz Albino, raramente a mais outro collega
e parceiro do sólo. Ahi passavam uma ou duas

horas a dar expansão ao vicio... e bem inocente esse vicio, valha a verdade!

De posse do seu pergaminho, aliás dignamente conquistado, delle tem feito uso meramente decorativo, pois, fazendeiro e fazendeiro abastado, applica a actividade á rendosa exploração da sua propriedade agricola, o que, todavia, lhe não absorve o tempo a tal ponto que não lhe permitta passar nesta capital uma parte do anno e mesmo periodicamente refazer as forças, que ainda não reclamam repouso, em aprazivel excursão ao velho mundo.

É casado com uma distincta senhora austriaca. Dêsse enlace tem já uma prole de Jacob, robusta e formosa... e ainda não fez ponto final.

JOSÉ VICENTE CASTRO DO AMARAL. — Fluminense, a saber, da cidade do Rio de Janeiro; filho de José Innocencio Gomes do Amaral.

Estatura mediana, tez macilenta, physionomia sympathica e algo melancolica, cabellos castanhos claros, quasi louros e anelados.

Estudante regular.

Advogado no Rio de Janeiro.

JULIO BENEDICTO OTTONI — Fluminense, mas de familia mineira, pois é filho do benemerito conselheiro Christiano Benedicto Ottoni.

De pequena estatura, tez morena, imberbe,

cabellos castanhos, olhos vivos, physionomia franca e expressiva, testa intelligente... e não mentia.

Effectivamente, Julio Ottoni possuia em alto grau o tradicional predicado dos Ottonis — era dotado de grande intelligencia e muita elevação de caracter.

De temperamento impulsivo e irrequieto, era prompto na réplica — e a réplica transformava-se em repulsa, desde que lhe soasse mal alguma expressão do interlocutor.

Não o imaginem, por isso, um mata-moiros, de trato difficult — era, ao contrario, bom camarada, joven amavel e bem educado.

Durante os dois ou tres primeiros annos do curso, morou na casa do conselheiro Leoncio de Carvalho, de quem mais tarde se tornou cunhado.

O seu 4.^º anno fê-lo Julio Ottoni na Faculdade do Recife, vindo completar o curso em S. Paulo.

No 5.^º anno, foi eleito redactor-chefe do *Liberal*, órgam academico dessa parcialidade politica, e dizem as tradições da época que elle se desempenhou brilhantemente daquelle encargo.

Como acima dissemos, foi Julio Ottoni um grande estudante. No seu acto do 1.^º anno alcançou a nota *distincção*. Era forte especialmente

em Direito Romano, materia em que com proveito o ouviam alguns collegas.

Em certo dia, já de caminho para a Academia, a fazer acto do 1.º anno, ocorreu ao Luiz Albino uma duvida sobre a interpretação de um texto. Lembrou-se de consultar o Ottoni e com o *sans façon* academico, penetra-lhe no quarto, não n'o encontra, e vae até ao banheiro, onde o vé em trajes de Adão, sob um chuveiro.

O caso era urgente, e, por isso, produziu, sem ensaios, esta scena ultra-comica: dois estudantes a discutirem sobre difficil fragmento do Digesto, um delles trajando casaca e o outro com a *toilette*... mais leve possivel.

A vida practica de Julio Ottoni tem sido um grande exemplo de tino commercial e tenacidade operosa, pois, depois de formado, applicou-se á industria e tem sabido constituir e fazer prosperar grandes emprezas, que, com proveito para a economia social, lhe teem dado, paralelamente, avultada fortuna.

Esta, dirige-a elle com muita intelligencia e uma grandeza d'alma bastante rara no nosso tempo.

É notorio o desprendimento com que, por mais de uma vez, elle tem aberto mãos de pingues haveres, fazendo generosas doações a instituições filantropicas ou a institutos scientificos.

Na sua vida conjugal, não encontrou Julio Ottoni a felicidade, por incompatibilidade de temperamentos, no seu primeiro e segundo matrimônios, terminados por separação judicial.

É hoje casado em terceiras nupcias e cremos que, na ineffavel doçura de um affecto reciproco, alcançou, afinal, compensação ao anterior soffrimento.

Quanto subsidio para o estudo empolgante da these do divorcio !

O dr. Julio Ottoni tem sempre residido no Rio de Janeiro, onde é grande industrial e philanthropo.

LEONCE AUGUSTO PINHEIRO DA SILVA. — Paulista, natural de Botucatú; filho do dr. Bernardo Augusto Rodrigues da Silva, formado em 1852, e de quem já nos occupámos.

Estatura regular, olhos e cabellos negros, tez morena, andar desgracioso a longas passadas de pernalto, modos bisonhos e acaipirados. Entretanto, estudante talentoso e applicado.

Após a formatura, seguiu a carreira judiciaria.

Foi juiz municipal do termo Rio Novo, hoje comarca do Avaré; promotor publico de Botucatú, e, presentemente, é juiz de direito de Sapuhy, íntegro e estudioso magistrado.

LUIZ ALBINO BARBOSA DE OLIVEIRA. — Flu-

minense, da Côrte; filho do conselheiro Luiz Albinho Barbosa de Oliveira, que foi presidente do Supremo Tribunal de Justiça.

Alto, esbelto, tez clara, cutis finissima, olhos grandes e negros, cabellos castanhos, barba e bigodes... em expectativa. Physionomia intelligente e sympathica. Moço gentil, de esmerada educação e trato amabilissimo.

Foi bom estudante, applicado e talentoso, todavia mais talentoso que applicado.

No seu 2.º anno, morava o Barbosa de Oliveira numa *republica* á Rua da Princeza, hoje Benjamin Constant, em frente ao sobrado de residencia do dr. Leoncio de Carvalho, onde está presentemente installada a Empreza Telephonica e ao lado do predio assobradado onde morava o desembargador Antonio Candido da Rocha.

Essa casa, ha poucos annos, tetricamente celebrizada por lugubre catastrophe, o suicidio do senador Peixoto Gomide, era, em 1875, occupada pela *republica* de estudantes acima referida, e da qual faziam parte, além do Barbosa de Oliveira, os quintannistas Accioli, Padua e Castro e Ignacio Jardim, o terceirannista Oliveira Coelho e o preparatoriano José Jardim, que é hoje o preclaro senador federal Leopoldo de Bulhões.

Esses moços... de outróra, depois graves e proiectos homens publicos, não desdenhavam alegres folguedos e troças, como se vae vêr.

Constou, não se sabe como, ao João de Sene, que se celebravam na *republica* do Barbosa de Oliveira curiosas sessões de espiritismo.

Entre parenthesis: João de Sene, então *bicho*, e de habitos excentricos, formou-se alguns annos mais tarde, vive em S. Paulo, e tem-se embrenhado em profundas investigações philologicas, cuja publicação aguardam anciosos os admiradores da sua intelligencia e tenacidade.

Constou-lhe, diziamos, que naquella casa se faziam assombrosas experiencias de espiritismo.

Impellido pela curiosidade, quiz tomar parte nos trabalhos. Recusa dos moços, insistencia do Sene. Nova recusa daquelles, e por uma razão peremptoria: é que, de facto, não havia taes experiencias.

Não obstante, o pretendente não se rendeu. Protestou, insistiu e persistiu com teimosia, opiniatica e invencivelmente.

O incidente sugeriu uma lembrança:

— Pois, bem — disse um dos rapazes — uma vez que você tem mesmo noticia das nossas sessões, apesar de occultas, e está firmemente disposto a guardar a necessaria reserva, dar-lhe-emos a iniciação desejada. Entretanto, devemos prevenir-l-o de que as provas são severas...

— Estou resolvido a arrostál-as.

No dia e hora (nocturna, já se vê) aprazados, devidamente preparadas as salas, quartos, corredores de ambos os pavimentos da casa, todo

o scenario, enfim, é recebido o neophyto á porta da entrada, no escuro, em silencio, e ainda assim lhe vendam os olhos.

Segue-se uma serie de provas estapafurdias, mixto de maçonaria e bruxaria, e outras de mera invençao, do pretendido ritual dos *iniciadores*.

Ao resignado *profano* fizeram entrever, ao verde e amortecido clarão da chamma do alcool com enxofre, o supposto cadaver de um violador dos *sagrados mysterios*; fizeram-no percorrer a sala dos *passos perdidos*, penetrar na *caverna escura*, saltar *precipicios*, beber o *calix da amargura*, a saber, um preparado de molho inglez, café e agua do doutor Pierre, etc., etc., etc.

Afinal, sempre conduzido pelos *irmãos terríveis*, descalço, de olhos vendados, sem chapéu, com as calças arregaçadas, o *paletot* pelo avesso e ao som de uns textos do Digesto devotamente rezados em musica de cantochão, o pobre do iniciando foi levado para a rua, onde o deixaram, dando-lhe, por despedida, estrepitosa vaia...

O Sene, castigado da sua curiosidade:

*Jura, mais un peu tard,
Qu'on ne l'y prendrait plus.*

De posse do pergaminho de bacharel, o dr. Barbosa de Oliveira por pouco tempo esteve residindo no Rio de Janeiro. Logo foi nomeado promotor publico da comarca de Campinas, cargo este em que se conservou até fins de 1886, exer-

cendo-o com brilho e exacção. Era tão devotado ao culto dos deveres do seu ministerio, que em familia o designavam pelo apellido de *Lulu Justiça*.

Mais tarde, dedicou-se á vida agricola, assumindo a direcção de importante fazenda de café, que possuia no municipio, de sociedade com um seu irmão, no delicado periodo que antecedeu a abolição do elemento servil.

O dr. Luiz Albino, de espirito elevado e bondoso coração, sabia conciliar com a imprescindivel disciplina da fazenda um regimen brando e humanitario para com os escravos. Era, por isso, muito estimado delles.

Consciente dêsse affectuoso respeito que lhe era tributado, aprazia-lhe observar que, á medida que nas outras fazendas do municipio, os escravos manifestavam por palavras e actos significativos a impaciencia que lhes causavam os soffrimentos da condição servil, na sua fazenda permaneciam todos contentes e submissos.

Elle mencionava com certo desvanecimento esse contraste: jactava-se mesmo disso, em intima conversa com seu cunhado e dilecto amigo o Barão Geraldo de Rezende.

Era, por isso, felicitado, com pequeno laivo de scepticismo, pelo Barão, que, todavia, accrescentava:

... *Mais attendons la fin!*

De facto, alguns dias depois, realizava-se o malicioso prognostico.

Ao retirar-se da fazenda, numa visita que ahi fizera, viu o dr. Luiz Albino cercado o seu troly por todo o pessoal escravo... oh! na verdade, em attitude respeitosissima, mas, enfim, muito destoante das normas de humildade e passividade do regimen da escravidão.

— Que é que vocês querem?!

— Sinhô môço — disse um delles, commovido e com os olhos para o chão — nois queria sabê... Toda a gente 'tá forrando negro... Vancê não diz nada... Vancê não fais fala... Nois qué sabê...

Assim interpellado, teve o «Sinhô môço» de «fazer a fala». Declarou-lhes, em linguagem que entendessem, que já havia resolvido, desde muito, dar-lhes liberdade condicional, com a prestação de serviços por pouco tempo, e depois pagaria salario aos que quizessem conservar-se na fazenda, etc., etc.

Teve o episodio festivo desenlace.

Antes que lho pedissem ou o tomassem de motu proprio, o dr. Luiz Albino declarou feriado aquelle dia. Em seguida, mandou melhorar o rancho, «molhar o cabo» e «correr a ronda» (¹)

(¹) «Molhar o cabo», a saber — o cabo da enxada, significa, ou antes significava, na gíria dos trabalhadores escravos — dar-lhes carne, & comida; «correr a ronda» era distribuir-so-lhes aguardente.

Proferiam, como estas, outras expressões figuradas, nos pon-

e sahir a terreiro tambor, urucungo, puita e inguaia, para o jongo e o condombe.

Em 1887, depois de ter-se exonerado da promotoria publica, o dr. Luiz Albino abriu por algum tempo escriptorio de advocacia em Campinas. Mudou-se, depois, para S. Paulo, onde, aliás, residiu por pouco tempo.

Voltou, afinal, para Campinas, onde tem fazenda de café.

É casado com D. Camilla Nogueira Barbosa d'Oliveira, filha do Barão de Ataliba Nogueira.

Por ser monarchista, de convicção, e, mais ainda, por tradição, tem-se abstido de tomar pé no ambiente republicano, que, desde 1889, envolve a nossa vida publica.

LUIZ ANTONIO DE SOUSA NEVES — Fluminense; filho do dr. Laurindo de Magalhães Neves.

Alto, magro, pallido, cabellos anellados.

Rapaz de poucos recursos e genio socegado; dado ao estudo e servido por bella intelligencia.

Trazia o curso quasi completo do Collegio Pedro II, que seguira até ao 6.^º anno.

Seguiu a carreira da magistratura, no Estado de Rio de Janeiro.

tos que propunham, quando no *site* ou noutro trabalho collectivo, para pedirem ao senhor alguma coisa. Este, em regra, não deixava de attender aos enigmas assim propostos, cuja decifração lhe era conhecida.

LUIZ DE FRANÇA VIANNA. — Mineiro; filho de Felicissimo de Sousa Vianna.

Estatura regular, tez morena, de má pelle, barba crescida, olhos e cabellos negros.

Intelligenzia bastante desenvolvida.

Foi redactor-chefe do *Liberal* na primeira eleição, em 1874.

Na legislatura de 1888-89, teve uma cadeira de deputado á Assembleia Provincial de Minas.

É fallecido e consta que por suicidio.

MARÇAL PEREIRA DE ESCOBAR. — Rio grandeense; filho de José Pereira de Escobar.

Alto, moreno claro, cabellos e bigodes pretos, de oculos fixos no nariz acavalletado. Modos bruscos.

Talentoso e bom estudante, figura caracteristica.

Era republicano, já na sua quadra academic.

Formado, de volta para o Rio Grande do Sul, exerceu a advocacia em Porto Alegre.

Politico militante, arregimentado, sob a suprema direcção de Julio de Castilhos, fez parte, em 1891, da Assembleia Constituinte do Rio Grande do Sul, e é um dos signatarios da constituição politica daquelle Estado, decretada a 14 de julho do mesmo anno.

De então em deante, o dr. Marçal de Escobar tem tomado parte activa nas luctas politicas

do seu Estado, que tem representado, ora como membro da Assembleia dos Representantes, ora, como deputado ao Congresso Nacional.

MANUEL ANTONIO DUTRA RODRIGUES. — Fluminense, da Côrte; filho de Manuel Antonio Rodrigues. Irmão mais moço do illustrado lente da Faculdade, dr. Dutra Rodrigues, era, por isso, geralmente appellidado pelo diminutivo — Dutrinha.

De estatura pouco inferior á mediana, e já com incipiente abdomen a prejudicar-lhe a esthetica anatomica; claro, olhos vivos, cabellos louros, barba toda, desde o primeiro anno (o que lhe dava ares de mais velho do que era), *pincenez* fixo, de myope, que o era em extremo.

Casára-se bem joven, em familia paulistana descendente da Marqueza de Santos, e começára desde logo, sob a affectuosa direcção de seu irmão e protector, a fazer pela vida, trabalhando no fôro e auxiliando-o no seu rendoso escriptorio de advocacia.

Era um excellente e alegre companheiro, muito querido de todos os collegas pela sua jovialidade, temperamento expansivo e espirito servicial.

Apesar de folgazão, não se descuidava do estudo, e, dotado de aguda intelligencia, fazia honrosa figura nas aulas.

Depois da formatura, exerceu a advocacia em S. Paulo. Desempenhou varios cargos publicos e gosou de regular influencia politica, reflexa, em parte, do grande prestigio e popularidade do seu distincto irmão, dr. Francisco A. Dutra Rodrigues, e tambem devida ao seu merecimento pessoal.

O dr. Dutrinha falleceu na flor da edade, em 1889, alguns mezes depois do passamento de seu irmão mais velho.

Deixou viuva e filhos menores.

MANUEL JOAQUIM DA SILVA FILHO. — Fluminense; filho do dr. Manuel Joaquim da Silva, medico e publicista, fallecido em Rezende em 1898.

Fazia questão (ainda faz, segundo acreditamos) do *y* no Silva, ou Sylva, do seu nome.

Baixo, corpulento, cabeça grande, em todos os sentidos, pois era, na verdade, intelligentissimo, um grande estudante. Fala fina, em falsete, e olhar de soslaio, o que lhe dava, injustamente, uns ares de Tartufo.

Escrevia na *Reacção* com E. Leão Bourroul e João Mendes Filho, e era, como elles, catholico ultramontano.

No carnaval de 1874, presenciamos um incidente ao qual não foi estranho o Silva Filho, então caloiro.

Dera-se, na Rua da Imperatriz, pequena troca

de palavras entre dois mascarados. A discussão tornou-se altercação e esta gradativamente se foi encandescendo até transformar-se em alta vozaria.

Extranhavam, entretanto, os circumstantes, que, apesar da colera com que clamava, um dos mascarados não abandonava o tom de falsete, considerado obrigatorio para os devotos de Mômo.

O episodio terminou em riso, ao ouvir-se uma voz, que denunciava:

— Querem vêr que é o *Pato Macho*?...

Depois da formatura, o dr. Sylva Junior defendeu theses, e, como era de justiça, obteve o grau de doutor.

Na vida pratica, exerceu primeiramente cargo de magistratura e foi juiz municipal do termo de Belém do Descalvado. Ahi fez o seu quatrienio, 1882 a 1886.

Por esse tempo, deixou a magistratura e recolheu-se á vida agricola, no municipio de Quatis, da Barra Mansa, e dizem nos que em divorcio com as letras, ao menos, com a jurisprudencia.

Assim presumimos, porque, em 1893, tendo-lhe ocorrido a ideia de disputar uma vaga de lente substituto, na Faculdade de Direito, o dr. Sylva Filho encontrou grande dificuldade em desempenhar-se da prova de prelecção. Impressinava-o a contingencia de preencher a hora regimental, dis-

sertando em estylo didactico sobre o ponto sorteado, que foi — *Hasta Publica*.

O outro candidato, inferior, se não no talento, pelo menos no renome deixado na Academia, não foi mais feliz. O concurso, pois, não deu resultado, e teve-se de mandar abrir nova inscripção.

O que é interessante é que pelo proprio dr. Sylva Filho foi considerado e qualificado como justissimo o julgamento da Congregação.

Em seu intimo conceito, o concurso que fizéra estava abaixo do seu merecimento, e elle acreditava, com desgosto, que se atrazára intellectualmente no periodo em que havia habitado no meio rustico já mencionado.

Uma vantagem, porem, logrou — a modificação do timbre, outróra desagradavel, de sua voz. Ella tem hoje o volume normal e corrigiu-se do falsete primitivo.

O dr. Sylva contrahiu matrimonio em Belém do Descalvado com uma filha do sr. Joaquim Pacheco de Mendonça, fazendeiro naquelle municipio e de nacionalidade portugueza.

Reside, presentemente, em S. Carlos do Pinhal, onde foi lavrador, e é, hoje em dia, advogado.

OLYMPIO ALVARES DE MAGALHÃES. — Paulista, de S. José do Barreiro; filho de Roque Alvares de Magalhães.

Magro, alto, rosto redondo, olhos vivos e ne-

gros, barba preta e pouca: physionomia sympathica.

Estudante intelligente e de regular applicação; de trato amabilissimo.

Depois da formatura exerceu cargos judiciarios na Provincia e depois Estado de S. Paulo.

Tem fazenda no Bairro de Formoso, no seu municipio natal, onde por vezes se tem envolvido na politica local e gosa de geral estima pela sua affabilidade, espirito tolerante e nobreza de caracter.

Parece que tenciona voltar ao exercicio da magistratura, pois ainda o anno passado requereu titulo de habilitação para o cargo de juiz de direito.

PEDRO FRANCELLINO GUIMARÃES FILHO — Bahiano; filho de Pedro Francellino Guimarães.

Moreno, alto, *buen hombre*, isto é, bem parecido, e trajando com elegancia.

Talentooso e bom estudante.

Seguiu a carreira da magistratura. É juiz no Rio de Janeiro ou em Nictheroy.

PEDRO MARIANI JUNIOR — Bahiano; filho de Pedro Mariani, de importante familia do sertão do Rio S. Francisco, e aparentado com o Barão de Cotegipe, que, como elle, era natural da cidade da Barra.

De reduzida estatura, olhos pequenos, com *pince-nez* fixo, e rosto cheio de espinhas.

Culta e vigorosa intelligencia.

O dr. Mariani, desde que deixou a Academia, correu todos os estadios da magistratura bahiana e chegou até ao seu mais elevado posto, a presidente do Tribunal de Appellação e Revista, em que se apostou.

No ultimo e no penultimo triennio foi eleito deputado federal pelo 4.^º districto da Bahia, onde é influencia legitima.

PEDRO MUNIZ LEÃO VELLOSO — Bahiano; filho de Marcos Leão Velloso e primo-irmão do dr. Pedro Leão Velloso (*Gil Vidal*).

Claro, aloirado, de olhos azues e *pince-nez* fixo.

Era intelligente e trabalhava bem.

Companheiro inseparável de Marçal Escobar. Chamavam-no *O Gato*, em allusão ao aspecto algo felino da sua physionomia.

Cursou os dois primeiros annos na Faculdade do Recife.

Poucos mezes depois da formatura, foi nomeado promotor publico de Mogy-mirim, pelo presidente Baptista Pereira, a pedido do conselheiro Leão Velloso, seu tio.

Deixou depois S. Paulo, porque se viu eleito deputado provincial na Bahia.

Foi juiz de direito, na monarchia, começando a carreira pela comarca de Maroim, em Sergipe.

Morreu no exercicio do cargo de juiz do Tribunal de Conflictos, na Bahia.

PEDRO PAULO DO AMARAL — Fluminense, da Corte; filho do conselheiro Angelo Thomaz do Amaral e cunhado de França Junior.

Altura regular, magro, tez entre morena e clara, pallido, cabellos castanhos, barba nenhuma ou quasi nenhuma. Physionomia despreoccupada, ligeiro sorriso zombeteiro.

Era o maior bohemio da turma. Tão intelligente quanto vadio, trocista e indefectivel devoto dos 39 pontos... alem dos das apostas com os bedeis.

Isso não impediu que tomasse a sério o cargo e encargo de redactor-chefe da *Republica*, jornal academicico, na ultima eleição do anno.

Logo nos primeiros dias do seu primeiro anno academicico, travando conhecimento, á porta do Garraux, com o Carlos Ferreira, que lhe era apresentado como o poeta das *Rosas loucas*:

— Tambem eu — replicou elle com fleugma — estou escrevendo um livro de versos, que vou publicar, com o titulo de *Cravos idiotas*. (¹).

(¹) Não tem cabimento a critica. *Rosas Loucas* — é a denominacão vulgar de uma variedade de rosas multicores e pequeninas, produzidas por vivazes roseiras que se alastram sem cultura às margens dos caminhos.

O Pedro Paulo era muito espirituoso e dotado de inexgottavel veia sarcastica.

Infelizmente, não se podem publicar, nem em latim, os melhores dos seus dictos e epigrammas.

Foi promotor publico em Petropolis, cargo em que por pouco tempo esteve em exercicio, pois morreu prematuramente.

TRISTÃO PEREIRA DA FONSECA. — Mineiro; filho do dr. Claudino Pereira da Fonseca, de quem já nos occupámos.

Baixo, tez morena, testa larga e grandes entradas, bigodes castanhos.

A melhor cabeça juridica do anno. Estudioso e de robusta intelligencia: um estudantão!

Gastava indefectivelmente os quartos de hora, antes das aulas, a explicar a licção aos collegas vadios. Estes, com tal *tintura*, em dóse homeopathica, entravam affoitos, na esperança de não serem chamados.

Era commum encontrarem-se, á porta da aula do Justino, dois ou tres dêsses vadios, medrosos da chamada, quando um delles, mais animoso, se lembava de que *audaces fortuna juvat...* e entrava. O exemplo dava coragem aos outros, que, completando o proloquio... «*timidos que repellit*», seguiam-lhe o passo.

Tristão da Fonseca casára-se, ainda estudante, numa familia paulistana.

Formado, estabeleceu-se em Ouro Preto, sua cidade natal, e ahi abriu escriptorio de advocacia.

Como tinha sido grande estudante, fez-se grande advogado e jurisconsulto, de nomeada em toda a Provincia de Minas.

Teve, porem, infelizmente, prematuro passamento.

FLORIANO LEITE DE ASSIS. — Fluminense, de Vassouras; filho de Francisco José de Assis.

Alto, pallido, cabellos anelados, com signaes de variola quasi apagados.

Teve, no quinto anno, grave molestia cerebral, que o obrigou a afastar-se dos estudos, por muito tempo.

Conseguiu, todavia, reconquistar o anno e formar-se no segundo periodo de exames, a saber, em março subsequente.

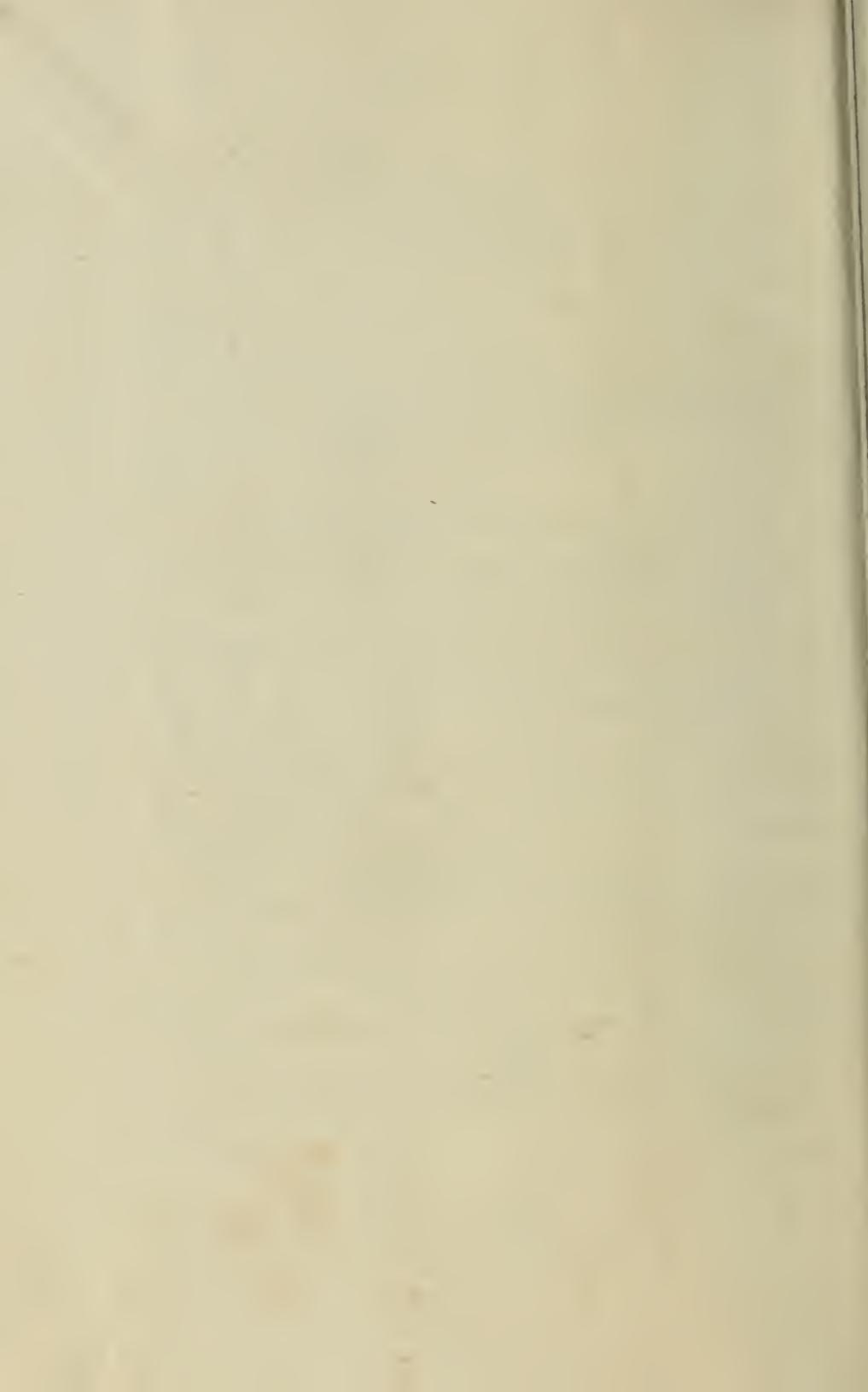
Não temos delle outras informações.



INDICE

	Pags.
PREFACIO	I
CAPITULO I — A turma academica de 1835-39 (parte primeira)	1
CAPITULO II — A turma academica de 1835-39 (parte segunda)	31
CAPITULO III — A turma academica de 1835-39 (parte terceira)	53
CAPITULO IV — A turma academica de 1850-54 (parte primeira)	73
CAPITULO V — A turma academica de 1850-54 (parte segunda)	99
CAPITULO VI — A turma academica de 1850-54 (parte terceira)	123
CAPITULO VII — A turma academica de 1850-54 (parte quarta).	149
CAPITULO VIII — A turma academica de 1850-54 (parte quinta).	173
CAPITULO IX — A turma academica de 1874-78 (parte primeira)	205
CAPITULO X — A turma academica de 1874-78 (parte segunda)	227
CAPITULO XI — A turma academica de 1874-78 (parte terceira)	249
CAPITULO XII — A turma academica de 1874-78 (parte quarta).	273





DO MESMO AUCTOR:

- Direito Civil** — «Na herança ou legado condicional trans-
mitte-se a esperança *debitum-iri?*» — S. Paulo. 1872.
- Ensaios Juridicos e Sociaes**. — S. Paulo. 1873.
- Processo Civil**. — «A licitação é meio razoavel de corrigir
as avaliações nos inventarios?» These para douto-
ramento. — S. Paulo. 1874.
- Direito Constitucional**. — «Podem os Estados e os Muni-
cpios contrahir emprestimos externos?» — S. Pau-
lo. 1904.
- Economia Politica**. — Estudo sobre a denominação «*Eco-
nomia Politica*». — S. Paulo. 1905.
- Economia Politica**. — «Qual o objecto da Economia Poli-
tica?» — S. Paulo. 1906.
- A Academia de S. Paulo**. — Tradições e Reminiscencias. 1.^a
série. — S. Paulo. 1907.
- A Academia de S. Paulo**. — Tradições e Reminiscencias. 2.^a
série. — Lisboa. 1907.
- A Academia de S. Paulo**. — Tradições e Reminiscencias. 3.^a
serie. — Lisboa. 1908.
- A Academia de S. Paulo** — Tradições e Reminiscencias. 4.^a
série. — Lisboa. 1908.
- A Academia de S. Paulo**. — Tradições e Reminiscencias. 5.^a
série. — Lisboa. 1908.
- A Academia de S. Paulo**. — Tradições e Reminiscencias. 6.^a
série. — Lisboa. 1909.
- A Academia de S. Paulo**. — Tradições e Reminiscencias. 7.^a
série. — Lisboa. 1909.
- Direito Processual Brazileiro**. — Fiança ás custas. — S. Pau-
lo. 1909.

Direito Industrial Brazileiro (de collaboração com o dr. G. Fischer Junior). Marcas Industriaes e Nome Commercial. — S. Paulo. 1910

A Academia de S. Paulo. — Tradições e Reminiscencias. S.ª série. — Lisboa. 1910.

Sciencia das Finanças. — A taxa do cambio e a economia nacional (Sob o pseudonymo « Mac Leod »). S. Paulo. 1910.

Sciencia das Finanças. — É direito da União, dos Estados e dos Municipios a conversão ou o resgate antecipado das suas dívidas, sem a acquiescencia dos credores? — S. Paulo. 1912.

Direito Constitucional. — Podem os Estados, no nosso regimen federativo, legislar sobre a aposentadoria de funcionários municipaes? — S. Paulo. 1912.



EM PREPARO:

Curso Didactico de Economia Política.

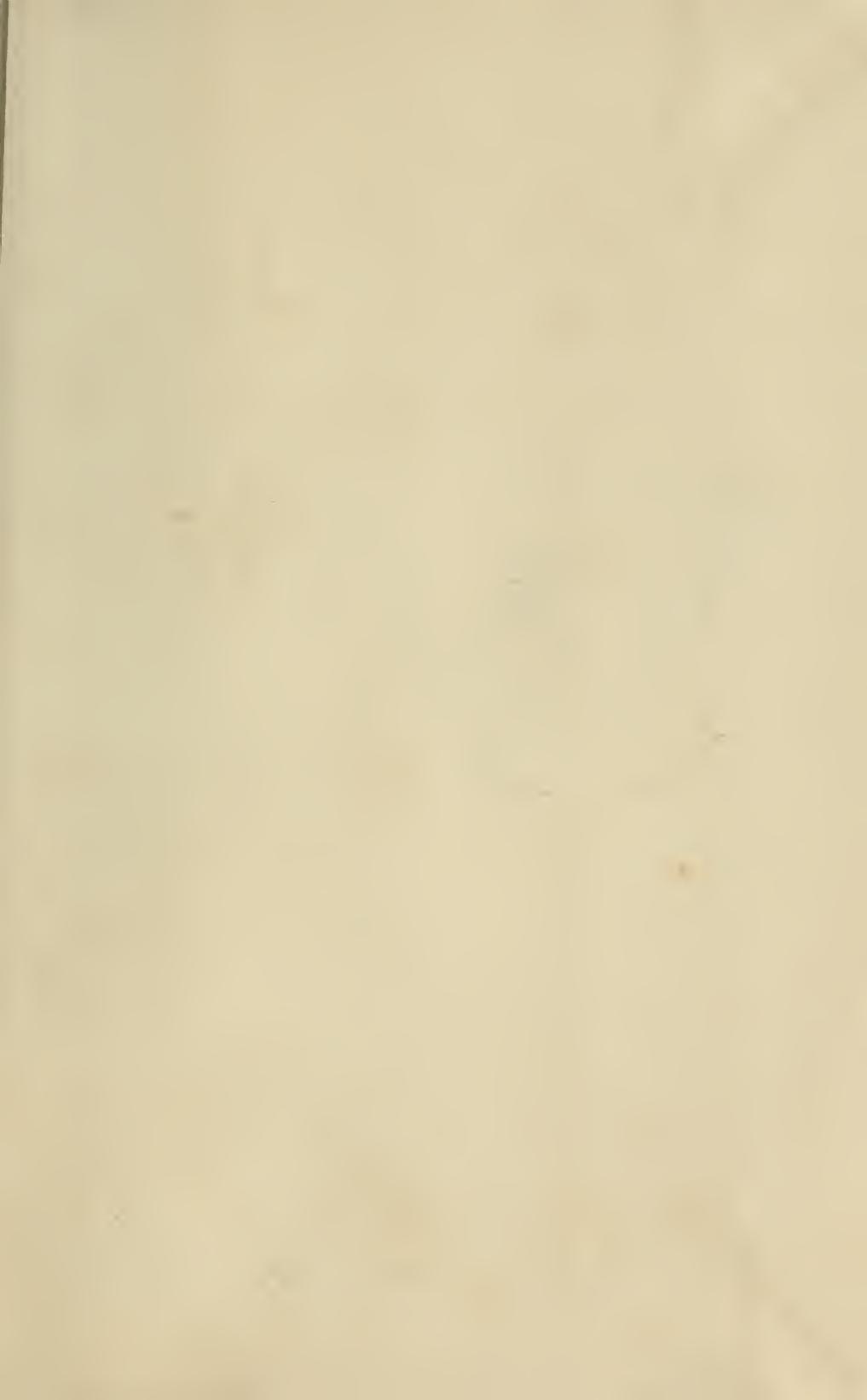
Les Crises économiques. Les crises de surproduction. La valorisation du café.

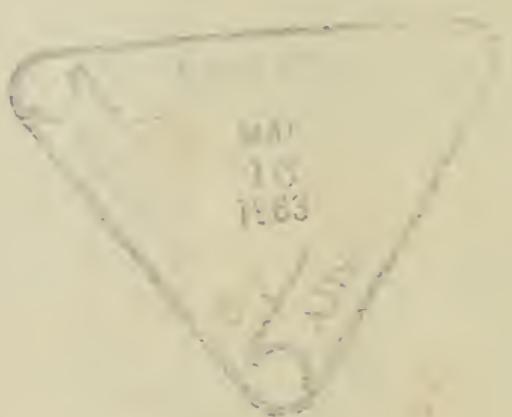
Privilegios industriaes e patentes de invenção (de collaboração com o dr. G. Fischer Junior.)

Piscicultura. — Adaptação aos cursos d'agua do Estado de S. Paulo de algumas variedades de salmonides e outros peixes nacionaes e estrangeiros.

A Academia de S. Paulo. — Tradições e Reminiscencias. 10.ª serie.











LIBRARY SECTION OCT 3 1963

**PLEASE DO NOT REMOVE
CARDS OR SLIPS FROM THIS POCKET**

UNIVERSITY OF TORONTO LIBRARY

UTL AT DOWNSVIEW



D	RANGE	BAY	SHLF	POS	ITEM	C
39	10	15	01	14	014	0